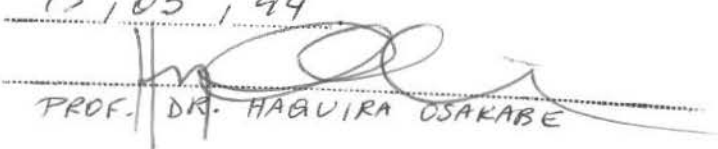


Egon de Oliveira Rangel n.º 163

SEXUALIDADE E DISCURSO: O VERBO FEITO CARNE

Este exemplar é a redação final da tese
defendida por Egon de Oliveira
Rangel

e aprovada pela Comissão Julgadora em
13, 05, 94


PROF. DR. HAGUIRA OSAKABE

Dissertação apresentada ao Curso
de Pós-Graduação em Linguística do
Instituto de Estudos da Linguagem
da Universidade Estadual de
Campinas, como requisito parcial à
obtenção do grau de Mestre.

Campinas, 1994

9401386
R163s

21996/BC

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

SEXUALIDADE E DISCURSO: O VERBO FEITO CARNE


por

Egon de Oliveira Rangel

Dissertação aprovada como requisito parcial
para obtenção do grau de mestre no curso de
Pós-Graduação em Linguística, pela comissão
formada pelos professores:


ORIENTADOR: _____


Prof. Dr. Haquira Osakabe, 1939 -



Prof. Dra. Eni P. Orlandi

Prof. Dra. Naumi Vasconcelos



Prof. Dra. Salma T. Muchail

“Quando repasso atentamente minha infância, me dou conta que minha memória das palavras começa muito antes da minha memória da carne. Na pessoa comum, imagino, o corpo vem antes da linguagem. No meu caso, antes vieram palavras; então -- pé ante pé, com toda a aparência de extrema relutância e já vestida de conceitos -- veio a carne. Já estava, nem é preciso dizer, estragada pelas palavras.”

Yukio Mishima. Sol e aço.

Para

Naumi e Marco Antônio.

Para

Dany,

por tudo quanto.

AGRADECIMENTOS

-- à CAPES, ao Conselho de Ensino e Pesquisa da PUC-SP, ao Programa CAPES-PUC e ao IEL/UNICAMP, que financiaram diferentes etapas deste trabalho;

-- a Tânia M. Camargo, pelas muitas versões datilografadas, assim como pela (presti)digitação final;

-- a Dany Al-Behy Kanaan, cujo trabalho de meticulosa revisão dos originais teria feito desse impresso a imaculada 'escrita prometida', não fosse eu um 'errante' contumaz;

-- a Eni Orlandi, Ester Gebara, Rosana Paulillo, Pedro de Souza e Fernando Taralo, com quem pude discutir diferentes aspectos da pesquisa, podendo, assim, evitar os equívocos que me apontaram;

-- ao Haqira, orientador generoso e amigo, cuja paciência e firmeza, durante minha caminhada trôpega e abusivamente demorada, foi uma verdadeira 'questão de método' para esta dura aprendizagem;

-- aos meus pais, por tudo que me ensinaram e por tudo que me permitiram descobrir sozinho.

RESUMO

Esta dissertação revisita um tema a esta altura já bastante explorado: as relações entre discurso e sexualidade, os caminhos pelos quais o verbo se faz carne.

A questão é abordada, entretanto, nos estreitos limites de uma 'análise de caso'. O centro do interesse -- e portanto da discussão -- é uma experiência pessoal de leitura, que procuro descrever com os instrumentos da análise linguística de discursos.

Dois materiais constituem o **corpus**: um diário 'íntimo', de caráter literário (o **Diário completo**, de Lúcio Cardoso), e um manual de sexologia (**Tudo que você queria saber sobre sexo; mas tinha medo de perguntar**, do Dr. David Reuben). No primeiro caso, o que procuro descrever e explicar é o 'efeito sedutor' obtido pela obra; no segundo caso, o interesse é o 'efeito enformador' desse discurso em relação ao destinatário.

Os capítulos 3 e 4, da Segunda Parte, constituem exatamente uma análise desses efeitos de sentido e dos mecanismos e funcionamentos discursivos capazes de explicá-los. Os capítulos 1 e 2, da Primeira Parte, apresentam as questões teóricas e metodológicas envolvidas na empreitada analítica; mais especificamente, discutem, nos termos da Análise do Discurso, tanto as implicações teóricas dos problemas levantados pelo tipo de **corpus** quanto a legitimidade das soluções propostas.

A Conclusão (na verdade uma **coda**) relaciona os resultados a uma discussão mais geral sobre sexualidade e discurso.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	8
PRIMEIRA PARTE: OS TRACOS DE UM ESTILO	
Preliminares: a AD e seus muitos estilos.....	21
Cap. 1 - Em torno das condições de produção do discurso 'de sexualidade'.....	36
Cap. 2 - Formas e funções no discurso: a questão do gênero.....	91
SEGUNDA PARTE: 'DIÁRIO DE CAMPO' DE UMA ANÁLISE	
Preliminares: 'aos trancos e barrancos'.....	125
Cap 3 - O 'Diário Completo': um certo Lúcio Cardoso.....	131
Cap.4 - O 'Manual': o sexo certo de um sujeito incerto....	198
CONCLUSÃO.....	229
NOTAS.....	253
BIBLIOGRAFIA.....	269

INTRODUÇÃO

Duas experiências pessoais vividas -- em que linguagem, sexualidade e subjetividade confundem-se definitivamente -- constituíram o ponto de partida da reflexão aqui apresentada. Por isso mesmo, não posso evitar, nesse momento, um tom 'subjetivo' e 'intimista', assim como não posso, antes de qualquer outra coisa, deixar de caracterizar essas experiências.

A primeira delas pode ser fixada a partir de minha leitura do **Diário completo** de Lúcio Cardoso (daqui por diante, simplesmente **Diário**). Trata-se de um texto com uma linguagem extremamente eficiente em criar climas emocionais -- religiosidade, pessimismo, erotismo difuso mas onipresente, sensibilidade exacerbada, rebeldia impotente, vocação suicida -- bastante densos e envolventes. Ao mesmo tempo, a natureza e a origem de tais sentimentos, ou seja, as razões pelas quais um diário (e não outro tipo de texto) fora escolhido, assim como os fatos e situações que o gênero faz prever, ou são mais ou menos escamoteados:

Seria difícil dizer qual o motivo real que me leva a escrever este **Diário**, depois de ter perdido um que redigi durante vários anos (...) e de ter tentado outros que nunca levei adiante. (...) Mas insensivelmente penso nos outros, nos amigos que nunca tive, naqueles a quem eu gostaria de contar estas coisas como quem faz confidências no fundo de um bar. Esse diabólico e raro prazer da confidência... (p. 5-6).

ou sua descrição e análise são questionadas:

Poderia citar fatos: estive com X, fomos ao cinema, depois jantamos. Mas são estas coisas, exatamente, as que devem figurar aqui nestas páginas? ou, ao contrário, exatamente, elas devem cair no esquecimento? Prefiro o sentimento que me causaram, e se algum houve digno de nota, este é que deve figurar aqui, ainda que seja expresso numa linguagem capenga e só corresponda a uma parcela reduzida da verdade (p. 82).

Cria-se no leitor a expectativa de que algo suficientemente 'importante', 'grave' etc., motiva esse tom confidencial, quase confessional. Mas, como tal, essa confidência/confissão nunca se dá:

João Augusto, que vem lendo este diário desde seu nascimento, aconselhou-me a ser mais sincero e a tocar em pontos que até agora, segundo ele, venho escamoteando. Não vejo, na verdade, nenhuma necessidade disto, primeiro porque não tenho nenhuma tese por assim dizer... gídana, a defender, segundo porque não vejo nenhum interesse em enumerar fatos que me parecem mais desdenháveis do que outra coisa (p. 152).

Nesse projeto mantém-se firme o autor. Os fatos e as

situações concretas que formam o material sobre o qual se constrói o *Diário* nunca são propriamente descritos ou narrados, mas sugeridos, e apenas na medida do necessário para a criação do clima, configurando-se então algo como uma 'confissão elíptica'.

Assim, mais que descrever ou narrar, esse texto seduzia. Em nome de quê ou de quem, parecia difícil dizer. Só pude respondê-lo, parcial e provisoriamente, ao tomar conhecimento, tempos mais tarde, do "Depoimento", encomendado a Lúcio como apresentação do *Diário* ao público leitor, e que por circunstâncias várias, não foi oportunamente publicado. Lá, somos informados das intenções guerreiras e demolidoras do autor, especialmente contra aqueles a quem identificou como "Minas Gerais":

Meu movimento de luta, aquilo que viso destruir e incendiar pela visão de uma paisagem apocalíptica e sem remissão é Minas Gerais.

Meu inimigo é Minas Gerais.

O punhal que levanto, com a aprovação ou não de quem quer que seja, é contra Minas Gerais (Ficções. (2):71).

Ao mesmo tempo, os editores do "Depoimento" encarregam-se de esclarecer que a publicação do *Diário* fora esperada "com interesse, por envolver uma figura muito discutida" (p. 71); o que corresponde, se atentarmos para o restante da apresentação, ao 'escândalo' da esperada confissão de uma homossexualidade

paradoxalmente notória.

A emoção exacerbada e ao mesmo tempo subtraída das condições de origem, a densidade da linguagem (oferecendo-se a interpretações pessoais diferentes), o poder de sedução que assim se garante, tudo isso me fazia, sem que o soubesse, cúmplice mais ou menos involuntário do "punhal levantado contra Minas Gerais" e identificado obscuramente com o ponto de vista do apunhalador. O que então me chamou a atenção, aqui, foi este especial poder de aliciamento. Sua análise e discussão constituem o Capítulo 3 deste trabalho.

A segunda experiência diz respeito ao papel diretor que os manuais de sexologia -- talvez pela circunstância particular de 'filho de médico' -- desempenharam no meu processo de construção dos referenciais e das representações em torno dos quais se moveria minha própria sexualidade. No sentido de concretizar a análise desse papel diretor, tomo o texto de REUBEN (1969) como exemplo de extrema oportunidade, dado o seu caráter de quase caricatura dos manuais de sexologia. É em torno a ele que organizo o Capítulo 4.

Construído sob a forma de uma longo questionário anônimo dirigido por uma espécie de 'consulente' a um autor mal caracterizado (de Reuben somos informados apenas do nome e de seu título de 'doutor'), já a partir do título -- Tudo que você queria saber sobre sexo; mas tinha medo de perguntar (daqui por diante. Manual) -- revela um pressuposto de resto presente implicitamente na maioria desses manuais: o público a que se dirige tem curiosidades específicas sobre a questão, e a função do livro é precisamente a de satisfazê-las, instaurando então

uma relação dissimétrica entre emissão (como lugar do saber) e recepção (como lugar da dúvida e da desinformação). Esse discurso 'sexológico', que apesar da diferença de caráter e de registro, parece fortemente aparentado aos discursos da escola, da medicina e da família, apresenta-se como discurso 'científico', e portanto como revelador da Verdade. Constrói linguisticamente uma sexualidade voltada para o 'natural', adulta (mas nunca velha ou sequer madura), heterossexual e no entanto quase exclusivamente masculina, genitalizada (essencialmente preocupada com o coito), familiar etc. O resultado é um modelo de sexualidade rigidamente codificado, apresentado como materialização da 'saúde' e da 'normalidade' sexuais, e frente ao qual só se torna possível a adesão incondicional ou a recusa, que então aparece como confissão de alguma 'anormalidade'.

Seja como for, era esse tipo de discurso impessoal e imaterial -- que não explicita suas intenções, que se profere 'do alto' em nome da Ciência, da Autoridade e da Verdade, e que parece dirigir-se a todos e a ninguém -- era esse tipo de discurso que parecia constituir não só o meu próprio interlocutor privilegiado mas também o daqueles consulentes cuja curiosidade o texto de Reuben pressupõe. O que me intriga, neste caso, é esse poder de criar um 'efeito de real', através do qual informar alguém sobre a sexualidade equivale a **enformar**, ou seja, a dar forma e fôrma externas a experiências em princípio particulares.

Em relação às experiências linguísticas que acabo de caracterizar, julgo relevante fazer algumas considerações apenas

preliminares a respeito do tipo de 'fato linguístico' presente, para indicar, logo em seguida, o que tomarei como problema.

Em primeiro lugar, cabe observar que tanto o poder de sedução do *Diário* como o poder de 'enformação' do *Manual* dizem respeito a um aspecto da linguagem que não é o 'sistema linguístico' da linguística imanente: são **funcionamentos linguísticos particulares e efeitos de sentido** singulares que estão em questão. Por isso mesmo, nenhuma descrição da gramática do português, ainda que nela incluamos a semântica, poderia explicar o que aqui me parece intrigante e instigante, embora não haja a menor dúvida de que qualquer descrição possível precisará contar também com a idéia de sistematicidade das línguas, e até mesmo com informações provenientes da descrição gramatical, evidentemente reinterpretadas e desviadas de seus objetivos primeiros. Isso quer dizer que a investigação tomará necessariamente o conceito de **discurso**, entendido como prática linguística socialmente regulada e historicamente determinada, como objeto teórico, inscrevendo-se portanto no âmbito da Análise do Discurso (AD), tal como se apresenta na chamada "escola francesa" (v. ORLANDI, 1986; MAINGUENEAU, 1987). As consequências de uma tal inscrição são discutidas ao longo de toda a Primeira Parte.

Por outro lado, uma vez considerados como discursos, há algo em comum aos materiais referidos, e não se trata da temática: o *Diário*, ao contrário do *Manual*, não discute o sexo nem a sexualidade, a não ser em breves passagens que, em termos estritamente temáticos, são bastante marginais. Em contrapartida, somos levados a supor conjuntos de regras de

funcionamento subjacentes aos textos: se é possível perceber no Diário um comportamento elíptico, é porque reconhecemos a ordem confessional que o cunhou; se detectamos um efeito de verdade necessária, para o modelo de sexualidade que o Manual constrói, é porque seu autor soube valer-se da interlocução dissimétrica que o privilegia ao apresentá-lo como fonte de saber e de autoridade. E, longe de parecer produto do acaso, o fato de uma dessas ordens estar associada à produção de depoimentos, confissões etc., enquanto a outra garante a enunciação de verdades, sugere uma inter-relação profunda entre ambas, como se uma e outra participassem de um mesmo 'jogo' discursivo, ou ao menos de um mesmo tipo de jogo. Em outras palavras: falar de si como forma de examinar-se e de expor-se ao exame, assim como dizer o certo e o verdadeiro, parecem participar diferenciadamente de uma mesma organização social da sexualidade, de um mesmo movimento de controle do discurso. Do ponto de vista da Análise do Discurso interessa investigar no que consistem o 'diferenciado' e o 'mesmo' dessa participação. Evidentemente, esse é o objetivo final de todo o meu trabalho e, por isso mesmo, é retomado e discutido na Conclusão.

Por fim, vale a pena repetir que ambos os textos põem em cena certos poderes: num caso, o de sedução; no outro, o de 'enformação'. Associada a esses poderes -- e de certa forma como decorrência deles -- aparece o que referi, no início desta Introdução, como a subjetividade presente nas experiências. O Diário não só apresenta a subjetividade referente ao autor quanto implica, de alguma forma, a do leitor seduzido; o Manual, por sua vez, apresenta um sujeito 'impessoal' na figura do

doutor que informa, ao mesmo tempo em que interpela o leitor, convertido agora em consulente. O quadro assim entrevisto, no que diz respeito à relação entre discurso, efeitos de verdade, efeitos de poder, subjetividade e sexualidade, é inequivocamente foucaultiano. E chama à cena tanto a arqueologia do saber -- onde Foucault reconhece ao discurso o poder de instaurar saberes através de determinadas práticas (historicamente constituídas) reguladoras da fala e que em sua vigência dão origem a uma formação discursiva -- quanto convoca sua genealogia da sexualidade, em que o que chamamos de sexualidade é visto como um produto histórico de certas práticas sociais, tanto discursivas quanto não discursivas.

Uma vez indicado o problema, delimitado o campo de estudos em que se inscreve e formulada a hipótese, resta indicar o traçado básico do caminho então percorrido. Dado o caráter de alguma forma aventureiro desse percurso, algumas explicações se fazem necessárias.

Apesar de sua inequívoca inscrição na AD -- ou talvez exatamente por isso, como discutirei mais detidamente ao longo de toda a Primeira Parte -- decidi, já nos primeiros passos de minha investigação, não adotar de antemão nenhum modelo de análise específico, e isso basicamente por duas razões que me pareceram suficientemente fortes.

Em primeiro lugar porque, com a exceção provável de algumas tentativas, como a de PÊCHEUX (1969 e 1975), desconheço, no âmbito das teorias do discurso enquanto prática linguística socialmente regulada, a existência de modelos formais (tais como os descreve APRESJAN, 1966; p. 57-73) referentes ao discurso e

que definam e limitem de forma rigorosa o conjunto de procedimentos de análise compatíveis. A análise de um discurso é, também ela, um discurso, e portanto está sujeita às constrações de suas próprias condições de produção, e não pode - - até mesmo para dar seu primeiro passo, ou seja, para fixar certos efeitos de sentido -- passar sem uma interpretação. Não é possível ler-se, já de saída, uma lista completa de todos os tipos de situação que estariam relacionados a todos os possíveis tipos de efeitos de sentido e de 'mecanismos' ou 'marcas' linguísticas, já que sua interpretação estará sempre sujeita a condições não só específicas mas únicas, em sua singularidade.

Em segundo lugar, e como decorrência da posição anteriormente assumida, porque uma vez tomado um poder de sedução particular e um poder de 'enformação', bastante específicos e historicamente determinados, e uma vez suposto um conjunto mais ou menos articulado de mecanismos de controle discursivo que os explicaria, não seria possível prever, com o mínimo de segurança, quais, entre os mecanismos linguísticos revelados pelas diferentes 'linguísticas do discurso', estariam implicados nos materiais a analisar. Ao mesmo tempo, era não só possível, mas necessário, supor que algumas ali estivessem. Preferi então partir de uma concepção bastante bem definida de discurso (situando-me com precisão no emaranhado das diferentes definições) e com sua ajuda equacionar a cada passo meu problema, designando a cada momento o instrumento de análise mais adequado. Evidentemente, era absolutamente necessário, uma vez concluída a 'aventura', explicitar o itinerário teórico-metodológico que eu fora obrigado a percorrer, discutindo não só

a legitimidade desses instrumentos, no contexto de minha pesquisa, como também a compatibilidade entre eles. Apesar de ter correspondido à última etapa do trabalho, aparece aqui como tema do Capítulo 2 da Primeira Parte, por uma exigência da clareza de exposição.

Paralelamente à questão da análise linguística dos discursos referidos, havia o parentesco desse tipo de pesquisa com a arqueologia e a genealogia de Foucault. A utilização que fiz de suas reflexões sobre o discurso, e mais especificamente sobre a sexualidade como discurso, trazia consigo todo o contexto teórico e metodológico de origem. O problema a que então foi preciso responder de alguma forma é exatamente o da legitimidade e adequação da utilização de conceitos dessa origem num contexto de análise linguística, ainda que discursiva. Evidentemente, o problema está longe de ser novo, e PÊCHEUX (1969 e 1975), ROBIN (1973), HAROCHE (1984) e COURTINE (1981 e 1982), entre muitos outros, já o enfrentaram. Entretanto, a forma particular que assumiu em meu trabalho me pareceu merecer uma discussão em separado. Pela importância que assumiu já na formulação da hipótese -- e portanto na constituição do próprio objeto teórico -- os resultados dessa discussão estão logo na Primeira Parte, especialmente no Capítulo 1.

Por fim, devo dizer que todo o esforço aqui realizado tem o sentido de revelar, apesar da subjetividade e singularidade do ponto de partida, o caráter mais geral -- ou melhor, discursivo -- das experiências que lhe deram origem. É esse o motivo pelo qual não só trabalho com a Linguística do discurso e com a

arqueologia e a genealogia foucaultianas, como ainda tenho a intenção (talvez pretensão) de, através de um máximo de fidelidade à singularidade e concretude dos discursos com que me envolvo, contribuir também para uma reflexão mais ampla e mais ambiciosa a respeito da natureza e do funcionamento do discurso.

PRIMEIRA PARTE

Os Traços de um Estilo

Preliminares: a análise de discursos e seus muitos estilos

A AD é frequentemente apresentada como um território teórico de formação relativamente recente e, por isso mesmo, ainda muito disputado e de fronteiras mal definidas.

Inscriver um trabalho nesse campo é, portanto, um gesto demarcatório a ser esclarecido, cuja legitimidade precisa ser estabelecida. Nesse sentido, meu primeiro esforço talvez devesse ser o de propor um mapa aplicadamente elaborado desse terreno -- ainda que, por força das circunstâncias, necessariamente precário -- para em seguida apresentar o itinerário nele pacientemente palmilhado. Mas considereei que uma apresentação detalhada das dificuldades e obstáculos com que me defrontei, acompanhada de uma descrição dos instrumentos e estratégias utilizados para enfrentá-los cumpriria essa função, ao mesmo tempo em que evitaria os lugares-comuns de uma paisagem que, apesar de recente (caracterização que talvez já seja seu mais antigo lugar-comum), já é suficientemente conhecida para dispensar apresentações gerais. Por outro lado, tal como pretendo argumentar nas páginas seguintes, uma opção desse tipo é quase inevitável em momentos chave do trabalho em AD.

Mais que uma apresentação da AD como disciplina é, portanto, dos esforços, dificuldades e caminhos de meu próprio trabalho que trato a seguir, sem pretender, por isso mesmo, que sejam nem exemplares, ou mesmo obedientes a um traçado prévio, nem muito menos insólitos, únicos ou mesmo originais.

Recapitulando a apresentação geral de meu projeto, quero lembrar aqueles seus aspectos que tomei como problemas: inicialmente, os efeitos de sentido presentes no **Diário** e no **Manual**; em seguida, as relações entre os textos que uma leitura 'ingênua' pode intuir.

Num primeiro nível de investigação, a questão dos efeitos de sentido pede apenas uma descrição do funcionamento de cada um dos discursos; e a resposta ao último problema parece óbvia: a relação se dá, ou é estabelecida, pela própria leitura, ou seja, pelo simples fato de ambos os discursos serem parte de uma mesma experiência pessoal vivida, e, portanto, terem participado do que FOUCAULT (1966: p. 10) chamaria de uma mesma 'ordem empírica' (1). Mas, a menos que se defenda a tese de que a leitura por si só constrói ou determina o discurso em todos os seus aspectos relevantes, o que essa primeira aproximação não explica é, exatamente, **por que e como** discursos tão diferentes do ponto de vista linguístico e extralinguístico -- gêneros diferentes, autores diferentes, épocas distintas, países e culturas diversas etc. -- podem ser aproximados por uma determinada leitura. Para responder a essa questão, é necessário responder a pelo menos duas outras: **como funcionam** esses discursos, não mais em si mesmos, mas nessa 'ordem empírica' em que foram colhidos? **o quê**, seja no funcionamento seja nos próprios textos desses discursos, permite ou mesmo provoca essa intuição de uma relação?

Nos termos da AD, essas questões implicam então as seguintes tarefas:

- a) **determinar as condições de produção (CP)** de cada um dos efeitos de sentido tomados como problema a investigar;
- b) descrever os mecanismos, o funcionamento e as formas desses discursos, ou seja, **descrever suas superfícies discursivas (SD)**;
- c) fazer esta última descrição recorrendo ao mesmo tempo às CP e aos efeitos de sentido, de tal forma que as SD apareçam como instrumento -- ou, se quisermos, **a estrutura significativa -- que, num conjunto de circunstâncias dadas, produz os efeitos apontados**;
- d) identificar o nível ou o tipo de CP comuns que tornaram possível a intuição de algum tipo de relações recíprocas entre os dois textos;
- e) **explicitar e, se necessário, descrever, essas relações.**

Na sua globalidade, posso dizer que o objetivo da pesquisa foi, então, o de descrever, a partir dos materiais escolhidos, um processo específico de construção das significações no/pelo discurso. Ao mesmo tempo, fazendo-se tal descrição, revelar-se-ia o papel estruturante do discurso enquanto prática linguística socialmente regulada e historicamente determinada: constituição de sujeitos, de saberes e de poderes. Por isso mesmo, a arqueologia do saber e a genealogia dos poderes, particularmente nos momentos em que se constituem numa teoria da sexualidade como um discurso onde se entrecruzam certos saberes, certos poderes e certos tipos de subjetividade ou 'formas' e 'posições de sujeito', foram o ponto de partida da pesquisa. Sua contribuição foi duplamente importante: como horizonte teórico e

metodológico para a pesquisa como um todo (uma vez que as tomei como análises modelares do discurso de sexualidade) e como **teorias possíveis** das CP relativas aos discursos de sexualidade, e, portanto, também daqueles reunidos no **corpus**. Nesse sentido, se bem sucedida a pesquisa, e se consistentes as hipóteses arqueológica e genealógica, o resultado final deveria implicar uma espécie de volta ao ponto de partida, mas agora para revelar, na sua especificidade, **que** sujeitos, **que** poderes e **que** saberes estariam implicados nos discursos analisados, assim como **que** nível de CP, precisamente, poderiam explicar seu funcionamento conjunto numa mesma 'ordem empírica'.

As dificuldades que então tive que enfrentar prenderam-se essencialmente ao fato de, entre a partida e a chegada, ter havido uma análise linguística (no sentido de que seus instrumentos foram buscados na Linguística do discurso) dos materiais cujos resultados não são, nem poderiam mesmo sê-lo, imediatamente creditáveis às hipóteses foucaultianas.

Como seria quase impossível prestar contas das muitas idas e vindas de todo esse percurso, retinjo-me aqui aos seus principais momentos, esperando com isto esclarecer algo dos resultados finais.

O que estou chamando de 'análise linguística dos materiais' passou por duas fases bastante distintas.

A primeira delas, ainda bastante hesitante e 'intuitiva', consistiu, essencialmente, numa primeira aproximação analítica ao material. Tratava-se de buscar o máximo de empatia possível com o imaginário e com a materialidade linguística presentes, na tentativa de localizar os trechos e os mais diferentes aspectos

dos textos que parecessem determinantes, em relação aos efeitos de sentido. Ao mesmo tempo, tratava-se de estabelecer toda a distância possível, procurando identificar quais as **formas** e os **mecanismos** daqueles discursos que seriam os maiores responsáveis pelos efeitos. A esta altura do trabalho, meus 'instrumentos de análise' resumiam-se a uma concepção de discurso claramente delimitada (OSAKABE, 1979b) e, conseqüentemente, ao arsenal previsto pela teoria da enunciação de Benveniste e por reflexões mais 'pontuais' e específicas sobre a enunciação, como a teoria dos atos de fala e a teoria da argumentação. Nesse sentido, qualquer que fosse o instrumento utilizado, a análise era essencialmente enunciativa. Temas recorrentes e/ou típicos, maneiras de dizer (e de não dizer), formas de 'colocar-se' no discurso, vocabulário empregado para tratar de certos temas, identificação dos interlocutores marcados no campo do próprio texto, estratégias argumentativas, delimitação de planos enunciativos etc., foram os resultados dessa primeira aproximação. Como meu objetivo era essencialmente 'heurístico' - - buscar nos textos as **pistas** que pudessem levar às CP dos discursos em questão -- não fiz nenhum levantamento exaustivo, nem tomei tais resultados como suficientes por si mesmos. Esforcei-me, então, por extrair, de cada dado obtido, seu potencial valor explicativo, quando confrontado com as suas possíveis CP.

A segunda fase dessa análise construiu-se como uma seleção e um recorte operados nos resultados do primeiro momento, seleção e recortes esses orientados por sucessivos confrontos com a reflexão foucaulliana relativa às CP dos discursos de

sexualidade. Um primeiro objetivo (e um primeiro resultado) dessa etapa foi a descrição dos mecanismos de coesão e eficácia dos discursos ali manifestados. O objetivo final era o de encontrar o ponto de encontro -- ou o **embrayeur** teórico-metodológico -- que permitisse compatibilizar e corrigir os resultados das aproximações intuitiva, arqueológica/genealógica e linguística. Ao contrário da primeira fase, esta vem integralmente representada nos capítulos da Segunda Parte, razão pela qual abstenho-me, no momento, de comentários mais detalhados.

Digamos, então, que, dividida entre, de um lado, as considerações sobre quais seriam as CP dos efeitos de sentido apontados, e, de outro lado, as descrições das SD, minha análise do efeito de sentido global e conjunto dos dois discursos na ordem empírica em que se deram à leitura teve como problema central a compatibilização desses dois momentos da pesquisa, bastante diferentes entre si, em termos tanto teóricos quanto metodológicos. Tratava-se portanto de buscar um lugar analítico 'intermédio', onde os resultados das análises da SD e das CP pudessem ser legitimamente comparados, permitindo então a realização das tarefas d) e e) de todo o trabalho.

Nesse ponto, posso dizer que essas dificuldades para caracterizar e descrever os objetos particulares de minha pesquisa cruzam-se com a questão relativa à construção do objeto teórico da AD, e, portanto, de sua constituição como disciplina, assim como de seu estatuto epistemológico particular.

Esse estatuto pode ser bem apreendido quando se examina mais de perto a maneira pela qual o discurso -- sempre concebido

como uma prática linguística socialmente regulada e historicamente determinada -- é efetivamente definido e trabalhado por cada 'corrente' de AD (2), por cada autor e mesmo por cada trabalho específico de análise.

As diferenças que podem se estabelecer -- ou as distâncias que podem criar-se entre o que funciona como 'objeto teórico comum' às análises em AD e o que é o objeto específico de um determinado trabalho -- prendem-se fundamentalmente a três fatores: em primeiro lugar, a maior ou menor ênfase dada seja ao caráter de 'prática linguística' do discurso, seja a sua 'regulação social' e/ou a sua 'determinação histórica'; em segundo lugar, como o discurso é sempre trabalhado como uma relação necessária e recíproca entre uma materialidade linguística (SD) e outra histórico-social (CP), temos o tipo de relação que se presume existir entre CP e SD; em terceiro lugar, uma análise pode diferenciar-se de outras pelo tipo de corpus com que trabalha, assim como pelo conjunto de operações ou escolhas utilizadas pelo analista para recortá-lo num campo discursivo determinado.

Discutindo a influência dos dois primeiros fatores na constituição da AD como disciplina, COURTINE (1981) chega a dizer que "a AD se inaugura sob o signo da articulação de duas faltas, da qual a noção de condições de produção constitui o sintoma mais seguro" (p. 20). Isso significa que a noção de CP -- e certamente a própria noção de discurso acima explicitada -- situa-se no centro do que eu chamaria de um verdadeiro 'fogo cruzado'. Há, de um lado, os 'disparos' efetuados pela Linguística do discurso: mais preocupadas em caracterizar a

prática discursiva na sua especificidade linguístico-gramatical, essas investidas levam o linguista a pressupor, como contrapartes funcionais do discurso, toda uma gama de características 'extralinguísticas' ou histórico-sociais do discurso (a situação de enunciação, o circuito de fala etc.) que, no entanto, não chegam a ser teorizadas diretamente, delegando-se uma tarefa como essa a disciplinas estranhas à Linguística. É nessa medida -- e apenas nessa medida -- que estou chamando a esses esforços teóricos, quando mobilizados pelo analista de discurso, de 'teorias da SD'. De outro lado, há as investidas do que estou chamando de 'teorias das CP', que, tomando diretamente como seu objeto de estudo as condições sociais e/ou psicológicas do exercício da fala, são frequentemente levadas a apontar ou mesmo elaborar certas unidades de análise (enunciados, gêneros, 'palavras-chave', estilos etc.) como correlatos linguísticos necessários de seus objetos, sem que entretanto sejam assumidos como objetos próprios. Nesse sentido, a dupla falta apontada por Courtine pode ser tomada como "o sintoma mais seguro" da falta de uma teoria global e unificada do fenômeno discursivo (3), cujo corolário constitui-se de uma escolha diferenciada e autônoma de objetos, por parte de teorias da SD e das CP, seguida de uma imputação recíproca de responsabilidades teóricas quanto ao aspecto do discurso que taticamente se decide pôr de lado, sem no entanto excluí-lo de uma estratégia mais ampla e ambiciosa.

Uma vez explicitado, esse estatuto epistemológico pode ser nomeado.

Ao apresentar, ao longo de toda sua obra, uma proposta de

análise discursiva destinada a cumprir um papel metodológico central em sua história das idéias, Foucault procura sempre caracterizá-la como uma analítica, por oposição a uma teoria, no seu sentido mais estrito.

Nesse momento, uma teoria é definida como "a dedução, a partir de um certo número de axiomas, de um modelo abstrato, aplicável a um número indefinido de descrições empíricas" (1969a; p. 143). Uma concepção como essa em nada difere da que pode ser encontrada na filosofia das ciências naturais (cf. NAGEL, 1962), e é inseparável da noção de modelo como construto lógico-formal destinado a simular o que se supõe serem as características básicas de um objeto inacessível à observação direta e à manipulação, de tal forma que, por esse procedimento, uma teoria permite não só "ver" o que não se dá à visão, mas também 'manipular' através da simulação o que não está ao alcance da mão (4).

Ao recusar a sua reflexão sobre o discurso o estatuto de uma teoria, Foucault está alertando seus leitores para o fato de que tanto a arqueologia quanto a genealogia não pretendem fornecer modelos do discurso em geral, nem muito menos pretendem apresentar-se como modelos de análise apropriados para o tratamento de todo e qualquer corpus.

Diferentemente de uma teoria, uma 'analítica' define-se, antes de mais nada, como o estabelecimento de "um domínio coerente de descrição" (1971a; p. 18), o que já de início faz dela um empreendimento mais descritivo que explicativo (5). Consequentemente, uma analítica torna necessárias a "designação de um objeto", a identificação/explicitação do "nível" em que é

preciso situar-se para definir a pertinência da questão discursiva e, finalmente, "a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo" (1976; p. 80).

Muito embora não empregue o termo, é sem dúvida a esse mesmo caráter de 'analítica' que ORLANDI (1986; p. 105-106) se refere, em artigo em que a AD é apresentada, em seus traços mais gerais, nos seguintes termos:

Seria cair no engano do próprio objeto, procurar responder o que é a AD através de uma definição que, aliás, não poderia ser substancial mas apenas prática: a AD é o conjunto de descrições e proposições produzidas a partir de um certo número de teses (sobre a língua, a enunciação, a história, etc.) que as tornam possíveis. Essas teses regulam a metodologia de descrição e dão um sentido aos resultados que produzem (Marandin, 1979).

Não podendo contar nem com a segurança prévia de um modelo abstrato de seu objeto nem com a garantia do rigor dedutivo, mas sem jamais abrir mão seja da explicitação de seus próprios fundamentos seja da coerência (não contradição, compatibilidade entre pressupostos teóricos e instrumentos de análise etc.), uma analítica do discurso configura-se, tal como a entendo, como uma disciplina em que tanto o objeto teórico (o discurso enquanto tal) quanto o empírico (um determinado discurso em sua especificidade) são inseparáveis do discurso utilizado pelo

analista para 'modelá-los' (6). Nesse sentido, a análise de um discurso é sempre um jogo de linguagem em que o **estilo** (7) do discurso metalinguístico, no recorte que estabelece no discurso objeto, produz seus próprios objetos e define seus próprios instrumentos de análise. E o desafio maior a que esse estilo precisa responder para cumprir sua função analítica é o de dar conta da heterogeneidade e da complexidade daquilo que acaba erigindo, quer queira, quer não, como objeto teórico: uma noção de discurso nunca inteiramente definida ou dada antes da própria análise, e sempre construída numa relação tensa e algo paradoxal -- ao mesmo tempo próxima, ou comprometida, e distante ou objetiva -- com seus objetos empíricos.

Isso quer dizer que o analista de discurso movimenta-se no espaço de uma analítica que, também ela, só pode ser paradoxal, já que precisará conciliar, com todas as implicações decorrentes, disciplinas com objetos teóricos de naturezas tão distintas como a forma linguística e as funções discursivas. É a essa situação, me parece, que POSSENTI (1988; p. 23-34) se refere, descrevendo a AD como uma disciplina com um núcleo teórico fixo -- a Linguística -- e outro vicário, a teoria auxiliar, buscada em qualquer outro domínio teórico, sempre que a teoria linguística apresenta-se como insuficiente para explicar o que se selecionou como problema num **corpus** determinado. Como se vê, ao exercer sua 'analítica' o analista é levado, quer queira quer não, a uma espécie de epistemologia amadora, ou seja, ao mesmo tempo aplicada e 'militante', já que imediatamente interessada, não só em estabelecer as compatibilidades e em definir limites e competências para as

diferentes disciplinas que forem convocadas para a análise, mas também, e em consequência, em assumir ou rejeitar certas responsabilidades. É essa militância que me leva, diferentemente de POSSENTI (1988), a acreditar que, apesar de uma teoria linguística dever necessariamente fazer parte da articulação teórica que se promove em AD, nem sempre será ela o núcleo. Como pretendo argumentar mais adiante, acredito que em meu próprio trabalho a teoria linguística desempenhe um papel que, em alguns de seus aspectos, deve ser entendido como auxiliar.

Esse processo de constituição do estilo que uma análise específica tomará, principalmente no que diz respeito à forma particular com que se trabalhará a relação entre o 'linguístico' (SD) e o 'extralinguístico' (CP), é diretamente determinado pelas necessidades e características do **corpus** que se quer analisar.

Os efeitos de sentido apreendidos por uma leitura prévia, assim como as particularidades do funcionamento discursivo em questão, tomados como objeto pelo analista, não são **dados** como tais pela ordem empírica em que ocorrem. Definir um problema discursivo a analisar, qualquer que ele seja, implica um recorte determinado no campo do discurso, implica, portanto, em constituir-se um conjunto individualizado e integrado de 'fatos discursivos', considerados, tais como manifestados num conjunto finito de textos, interessantes (8), em função de um determinado critério ou ponto de vista. Deve fazer parte do **método** da AD tematizar esse recorte, no sentido de explicitar e justificar o arbítrio que está em sua origem, revelando assim no que consiste o seu interesse, e, com ele, seu alcance e suas

implicações para a análise. Só assim os procedimentos estarão explicitados o suficiente para serem reprodutíveis e, principalmente, criticáveis, duas condições necessárias, como nos lembra COURTINE (1981; p. 11) para uma análise que se pretenda rigorosa e, acrescento eu, interessante.

Enumerando as "formas dominantes" de constituição do **corpus** em AD -- ou seja: caracterizando as "dimensões" do discurso mais frequentemente visadas na organização de um **corpus** em AD -- o mesmo COURTINE (p. 24-28) conclui:

... os **corpus** discursivos são em geral constituídos de várias sequências discursivas, produzidas por vários locutores (individuais ou coletivos) a partir, o mais frequentemente, de posições ideológicas heterogêneas ou contrastadas (p. 26).

Além dessas características, são em geral organizados sincronicamente, com materiais ao mesmo tempo homogêneos (no sentido de que supõe-se pertencerem a uma só formação discursiva) e compondo um "arquivo", ou seja, um agrupamento discursivo dado previamente como tal à análise, e estreitamente vinculado a uma instituição social determinada.

A delimitação de um **corpus** é, portanto, já uma primeira e decisiva hipótese a respeito da homogeneidade de um conjunto de CP implicadas na organização peculiar de uma SD determinada. Por isso mesmo, não é qualquer teoria das CP -- nem qualquer teoria da SD -- que pode ser mobilizada para sua análise. Lembrando que

um linguista meticoloso como MAINGUENEAU (1987) define CP, em seu manual de AD, como

... o 'contexto social' que 'envolve' um **corpus**, i. e., um conjunto **desconexo** [grifo meu] de fatores entre os quais são selecionados previamente os elementos que permitem descrever uma 'conjuntura' (p. 53),

pode-se dizer que a 'questão metodológica' de uma análise resume-se precisamente nas tarefas de revelar o nível (ou o ponto de vista) em que as CP de um discurso podem ser vistas como homogêneas (ou seja, o nível em que aparecem como 'uma conjuntura'), e de descrever sua articulação com a SD como uma espécie de organização conjunta da vida em sociedade (V. ORLANDI, 1986; p. 114). Na forma como o analista reconhece e combina os fatores que podem interferir no recorte do **corpus**, na homogeneização das CP e no tratamento dispensado ao mapeamento da SD é que reside o essencial do que estou chamando de 'estilo de análise'.

Minha decisão inicial de não assumir nenhum modelo de análise previamente estabelecido -- sem com isso recusar o campo de possibilidades teóricas e descritivas abertas pela AD -- justifica-se agora em novas bases. Tratava-se, de um lado, de respeitar o **corpus** da pesquisa em todas as peculiaridades e idiossincrasias de seu recorte subjetivo e existencial, com a consequência imediata da restrição do número de sequências discursivas ao **Diário** e ao **Manual**, em sua heterogeneidade ao

menos aparente; de outro lado, tratava-se da demanda por um estilo que contemplasse tais singularidades. Como não podia deixar de ser, esse estilo caracterizou-se como a busca de uma síntese, ou melhor, como o estabelecimento de um **compromisso**, entre três tipos de exigências teórico-metodológicas: as decorrentes da singularidade do **corpus**, as da arqueologia e da genealogia, convocadas tanto para a discussão relativa aos tipos de CP implicadas em cada um dos discursos quanto para a identificação do nível de sua homogeneização possível, e, finalmente, as da Linguística do discurso, utilizadas no mapeamento das SD.

É a indicação e discussão das principais fontes, referências e riscos desse estilo que está em questão nos dois capítulos que se seguem.

CAPÍTULO 1

Em torno das condições de produção do discurso de sexualidade.

"A questão própria à análise do discurso poderia ser assim formulada: qual é essa irregular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar?"

M. Foucault. Sobre a arqueologia das ciências.

1.1. Alguns esclarecimentos

O objetivo primeiro deste capítulo é apresentar e discutir, em suas primeiras implicações para o meu trabalho, a 'analítica do discurso' elaborada por Foucault ao longo de inúmeras reflexões mais ou menos 'setoriais' e mais ou menos *ad hoc*. Se não constituem, aos olhos do próprio autor, uma teoria, nem por isso, se consideradas em conjunto, deixam de ter um alcance que ultrapassa em muito o âmbito mais restrito das análises particulares que as exigiram. Essencial para o entendimento quer da arqueologia do saber quer da genealogia dos poderes -- os dois grandes momentos da 'história das idéias' proposta por Foucault -- essa analítica é, por isso mesmo, constitutiva também da concepção foucaultiana da sexualidade como um saber/poder articulado no discurso.

Para melhor atender a esse propósito, organizo meu texto em torno do objeto discursivo que se elabora em cada um desses dois momentos teóricos, e, em cada um deles, prendo-me à sequência cronológica dos principais textos de Foucault em que o discurso é diretamente o objeto teórico. Nos comentários a esses textos, concentro minha atenção e interesse em dois pontos básicos: os traços mais característicos e peculiares do tipo de análise discursiva proposto, e, quando for o caso, as relações previstas entre o discurso e a sexualidade. Na medida em que assumo essa concepção discursiva da sexualidade como ponto de partida (e, afinal, também de retorno) para minha investigação, indicarei, paralelamente, as consequências teóricas e

metodológicas de tal assunção para o tipo de análise da SD que pratico na abordagem do **Diário e do Manual**.

Apesar dessa organização, quero esclarecer que não atribuo ao pensamento de Foucault uma compartimentação estanque, ou ainda uma ruptura metodológica na passagem da arqueologia à genealogia, como pretendem comentadores como MERQUIOR (1985). Antes, ao contrário, procuro evidenciar, para meu próprio uso, a continuidade que, de acordo com o próprio Foucault e apesar das importantes diferenças que os individualizam, conduz de um a outro desses dois momentos de seu pensamento.

1.2. Arqueologia e discurso

A primeira formulação explícita e sistematizada, por Foucault, de uma teoria do discurso e de um projeto analítico correspondente se dá em *L'archéologie du savoir* (1969a) e nos dois textos que o antecederam e lhe deram origem: as duas respostas a questões, formuladas tanto pelo Círculo Epistemológico de Paris (1968a) quanto pelos leitores da revista *Esprit* (1968b), a propósito dos fundamentos de sua obra de análise histórico-filosófica de certos saberes (*História da loucura*, *Nascimento da clínica* e *As palavras e as coisas*). Essencialmente 'epistemológico', esse momento da obra de Foucault constituiria, então, um esforço por nomear e explicitar o ponto de vista teórico e os procedimentos metodológicos -- arqueológicos -- levados a efeito no estudo de disciplinas como

a psiquiatria, a clínica médica e as ciências humanas, tratadas essencialmente no nível dos discursos que não só as constituem como disciplinas de caráter 'científico', mas ainda constroem certos objetos (a loucura, a doença e o homem) como objeto de conhecimento.

Pode-se dizer que, na sua origem, a formulação de uma 'arqueologia do saber' é uma resposta a dois tipos de problemas enfrentados por Foucault enquanto historiador/filósofo das ciências:

O primeiro é o seguinte: podemos observar, em práticas científicas perfeitamente estranhas uma à outra, e sem qualquer comunicação direta, transformações que se produzem ao mesmo tempo, segundo a mesma forma geral, no mesmo sentido (1971a; p. 21-22);

O segundo problema foi o seguinte: pareceu-me que as condições econômicas e sociais que servem de contexto ao aparecimento de uma ciência, ao seu desenvolvimento e ao seu funcionamento, não se traduzem na própria ciência sob a forma de discurso científico, como um desejo, uma necessidade ou um impulso podem se traduzir no discurso de um indivíduo ou em seu comportamento. Os conceitos científicos não exprimem as condições econômicas nas quais surgiram (id.; p.

Desses dois problemas, Foucault extrairá: 1. a hipótese de que os limites fundamentais dos diferentes tipos de conhecimento (entendido aqui como as formas pelas quais certas culturas e/ou épocas organizam seu pensamento) não coincidem com os limites das disciplinas, ciências e técnicas habitualmente admitidas como unidades básicas e evidentes por si mesmas; 2. a hipótese de que as relações entre conceito científico e contexto econômico-social, não podendo ser descritas em termos de expressão, não podem tampouco ser vistas como relações de determinação direta, o que significa admitir **alguma autonomia** do discurso científico (ou do discurso de conhecimento, mais amplamente) em relação à instância econômico-social, desautorizando-se assim o poder explicativo da noção de ideologia.

Por outro lado, enquanto historiador/filósofo que assume como tarefa testar essas duas hipóteses, Foucault pretende que suas descrições tenham como perspectiva básica o "princípio da descontinuidade", definido por ele como o resultado de um "curioso entrecruzamento" que se teria efetuado nos estudos históricos de cinquenta anos para cá: por um lado, a atenção dos "novos historiadores" (ou seja, da "história estrutural") ter-se-ia voltado para os períodos longos, como que buscando, neles, equilíbrios estáveis e difíceis de romper"; por outro lado, ter-se-ia deslocado a preocupação das "vastas unidades que formam 'época' ou 'século' em direção aos fenômenos de ruptura" (1968a; p. 13). A consequência imediata desse entrecruzamento

consistiria em que a descontinuidade teria deixado de ser o estigma que o historiador teria por tarefa suprimir da história e teria passado a constituir exatamente aquilo que ele busca, de certa forma o seu objeto:

Poder-se-ia dizer, de uma forma esquemática, que a história e, de uma maneira geral, as disciplinas históricas, cessaram de ser a reconstituição dos encadeamentos [situados] além das sucessões aparentes; elas praticam de agora em diante o acionamento sistemático do descontínuo (1968a p. 14).

Desse ponto de vista, a arqueologia do saber surge então como uma consequência da adoção, no campo específico da história das idéias, dos princípios de autonomia relativa do discurso de conhecimento (em relação ao seu contexto) e de descontinuidade. Isto implica, de início, proceder a uma espécie de limpeza de terreno que livre o historiador de todo o aparato teórico-metodológico da história que se desenvolveu sob o signo da continuidade: noções como as de "tradição", "influência", "desenvolvimento", "teleologia", "espírito de época" etc., devem ser abandonadas; as divisões habituais do conhecimento em disciplinas (Biologia, Física etc.), gêneros do conhecimento (Ciências, Artes etc.) e outras devem ser questionadas: unidades discursivas tradicionais como o livro e a obra devem ser postas em suspenso; e, finalmente, dois postulados que sustentam as "continuidades irrefletidas pelas quais se organiza, de antemão

e em um meio-segreto o discurso que se quer analisar" (1968a; p. 20-21) devem ser abandonadas. Trata-se, em primeiro lugar, do "recurso histórico-transcendental" (1968b; p. 59), ou seja, a idéia de que "é impossível na ordem do discurso a irrupção de um acontecimento verdadeiro" (1968a; p. 21), idéia essa que recusa ao discurso qualquer começo efetivo, fazendo-o recuar sempre e indefinidamente a uma origem secreta; em segundo lugar, é o caso do "recurso empírico ou psicológico", ou seja, o tema segundo o qual

... todo discurso manifesto repousa secretamente sobre um já dito; mas que este já dito não é simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um 'jamais dito', um discurso sem corpo, uma voz tão silenciosa quanto um sopro, uma escritura que é apenas o oco de seu próprio traço (1968a; p. 21).

Em todas essas regiões, trata-se de questionar as unidades de estudo habitualmente aceitas no campo da história das idéias como princípios de classificação/explicação, e indagar a respeito de sua própria possibilidade: elas próprias devem então ser explicadas. O resultado de uma tal operação é a revelação de um campo onde os enunciados de saber (ou a expressão linguística das idéias de uma época e de uma cultura a propósito de um determinado tema), enquanto acontecimentos, coexistem, relacionam-se de diferentes maneiras uns com os outros, aparecem, permanecem e são suprimidos. Este é o "campo dos

acontecimentos discursivos". Nele, os discursos serão os elementos que permitirão isolar os enunciados e pensá-los em sua singularidade, em suas relações recíprocas e em suas relações com as práticas não discursivas. Será aqui, ainda, que, da análise dos diferentes tipos de relação (coexistência, sucessão, funcionamento mútuo etc.) que os discursos manteriam entre si poder-se-ia revelar um novo tipo de unidade, invisível mas não secreta: uma espécie de "lógica inconsciente da coisa dita". Assim, tornar-se-ia possível esboçar o "modo de existência dos acontecimentos discursivos em uma cultura" (ibid.: p. 25).

No campo dos acontecimentos discursivos, de onde a continuidade e as categorias analíticas que lhe correspondem foram expulsas, não se poderá, portanto, explicar a unidade de um conjunto de diferentes enunciados a partir de categorias como a existência de um objeto comum, de um mesmo tipo de enunciação, de um jogo permanente e coerente de conceitos ou de uma identidade de opinião. Ao contrário, para cada uma de tais categorias será preciso supor a existência de uma "positividade", ou seja, de uma lei ou regra de formação e/ou dispersão que explique a própria possibilidade de cada uma delas. O sistema de positivities aí suposto deverá constituir-se na única unidade ou regularidade passível de existir legitimamente entre um determinado conjunto de enunciados, e por isso mesmo só este sistema poderá definir e delimitar uma formação discursiva (abreviadamente, FD):

... quando, em um grupo de enunciados, se pode demarcar e descrever um referencial, um tipo de

desvio enunciativo, uma rede teórica, um campo de possibilidades estratégicas [ou seja, um sistema de positivities que constitua a condição de possibilidade dos objetos, tipos de enunciação, conceitos e pontos de vista ou de escolha teórica de um conjunto de enunciados de saber] então podemos estar certos de que eles pertencem ao que se poderia chamar uma **formação discursiva**. Essa formação agrupa todo um conjunto de acontecimentos enunciativos. Ela não coincide evidentemente, nem em seus critérios, nem em seus limites, nem em suas relações internas, com as unidades imediatas e visíveis, sob as quais se tem o hábito de reagrupar os enunciados (1968a; p. 38).

É dessas formações discursivas que o analista deve se ocupar. É nos elementos dos enunciados dos discursos que a compõem, tornados possíveis pelo sistema de positivities e tais como manifestados numa disciplina, numa ciência, numa técnica etc., que o pesquisador poderá delimitar e descrever o saber ou episteme aí presente. Podemos entender a arqueologia, então, como uma análise do discurso que revela e descreve saberes cujos limites não se confundem com os das divisões habituais (ciências, disciplinas etc.) e que remonta, pela análise das regularidades manifestadas nos enunciados, às positivities que lhes constituem a condição de possibilidade.

Se esse é o projeto arqueológico, em suas linhas mais

gerais, é preciso ainda explicitar que o que faz dele uma análise de discurso diferenciada de outras, especialmente da proveniente da linguística do discurso, é um conjunto de ao menos quatro características básicas, que comentarei a seguir.

O primeiro traço que distingue a arqueologia em sua especificidade é o seu compromisso com um *corpus* duplamente determinado. Antes de mais nada, são os "discours sérieux", ou seja, os discursos que se pretendem ou se apresentam como sérios ou verdadeiros, o ponto de partida e de chegada da análise (cf., a respeito, DREYFUS & RABINOW, 1982; p. 75). Evidentemente, não se trata apenas dos discursos científicos (9), ou, mais amplamente, dos discursos teóricos em geral, mas ainda de todo e qualquer discurso que participe a sério do jogo do verdadeiro e do falso, pretendendo "dar testemunho" da realidade a que se refere e assumindo, então, um caráter essencialmente público. Sendo assim, parece haver, por parte do arqueólogo, a intenção explícita de ocupar-se, no discurso de conhecimento, do que BARTHES (1968) chamou, a propósito de um *corpus* aparentemente bastante diferente, como o da literatura de pretensão realista, de "efeito de real". De outro lado, o *corpus* do arqueólogo não será nunca constituído de apenas dois ou três pequenos textos quaisquer, escolhidos mais ou menos arbitrariamente, e cuja análise poderá posteriormente ser generalizada para um conjunto indefinido de textos semelhantes; ao contrário, será sempre e necessariamente uma grande "massa de coisas ditas", um conjunto indefinidamente extenso -- porém finito -- de discursos que, aos olhos do pesquisador -- e comparativamente a outros *corpora* possíveis com que se limita num verdadeiro arquivo de tipo

bibliotecário -- parecem constituir uma FD individualizada. E se, num primeiro momento, o recorte desse corpus é intuitivo (10), com as consequências que veremos mais tarde, a função precisa da análise metódica é estabelecer pela descrição efetiva do regime discursivo, e, portanto, dos limites da FD, o bem fundado dessa intuição, ou então denunciar seu equívoco. A consequência óbvia e imediata de um tal compromisso com o corpus está em que os instrumentos de análise propostos nem sempre se ajustarão sob medida à descrição de outros tipos de discursos, particularmente dos não proferidos "a sério" e dos que possam ser caracterizados como privados.

Outra característica peculiar da arqueologia diz respeito ao caráter de suas unidades de análise, assim como de seus procedimentos de descoberta.

Como um "átomo do discurso", o enunciado é uma unidade mínima, e, como tal, o produto de uma prática discursiva, entendendo-se esta como

... um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço, que definiram, em uma época dada, e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (1969a; p. 147).

As regularidades enunciativas são, portanto, fundamentais para a individualização do enunciado, e são postuladas pela arqueologia em dois níveis que, apesar de distintos, implicam-se

reciprocamente. Elas estão na base ou origem de uma FD, como uma espécie de codificação das "condições de exercício da função enunciativa" do discurso 'a sério'; e estão, ainda, como que inscritas nos enunciados que se podem individualizar na mesma FD, fazendo deles verdadeiros feixes de relações enunciativas. É essa dupla presença das regularidades enunciativas que permite ao arqueólogo inferir, a partir da observação da dispersão dos enunciados no discurso (seu "desvio enunciativo"), as condições a que sua enunciação estaria submetida.

Não é por outro motivo que DELEUZE (1986) apresenta o enunciado de Foucault como uma unidade em torno da qual dispõem-se três camadas de "espaços", diretamente determinados pelas condições ("regras de formação") impostas à função enunciativa, uma espécie de pressão conjunta exercida tanto pelo contexto econômico-social quanto pela configuração 'atual' do campo discursivo (11).

Primeiro, um espaço colateral, associado ou adjacente, formado por outros enunciados do mesmo grupo. (...) O que 'forma' um grupo ou uma família de enunciados são (...) regras de passagem ou de variação, de mesmo nível [que os enunciados], e que fazem da 'família' como tal um meio de dispersão e de heterogeneidade, o contrário de uma homogeneidade. Tal é o espaço associado ou adjacente: cada enunciado é inseparável dos enunciados heterogêneos aos quais está ligado por regras de passagem (vetores)

(DELEUZE, 1986; p. 14-15).

Este é, então, o espaço constituído pelos diferentes tipos de textos e/ou co-textos em que o enunciado pode figurar, e, portanto, pelas relações de coexistência de um enunciado com os demais de uma mesma FD.

A segunda camada de espaço é o **espaço correlativo**, que não se confundirá com o associado. Desta vez, trata-se da relação do enunciado não mais com outros enunciados, mas com seus sujeitos, seus objetos, seus conceitos.

O enunciado tem, então, como "variáveis intrínsecas" (e nesse sentido inscritas nele), diferentes posições de sujeito, a propósito de certos objetos e conceitos "formados" pela prática discursiva e suas regras. O sujeito de um enunciado não é, portanto, o 'sujeito da enunciação' da linguística do discurso, mas o conjunto de posições possíveis que este será chamado a preencher se sua formulação (seu ato de fala) se inscrever no espaço de um FD determinada. Por outro lado, os objetos e conceitos do "**discours sérieux**" não são necessariamente o tópico, o tema ou o conteúdo que a linguística reconhece no discurso, mas "uma relação enunciativa determinada e bem estabilizada" (FOUCAULT, 1969a; p. 113) com aquilo que o enunciado enuncia ou designa, ou seja, é "um conjunto de domínios em que [os objetos do discurso] podem aparecer" (FOUCAULT, 1969a; p. 114). Nesse sentido, também a semântica do

enunciado é vista pela arqueologia como uma função enunciativa, como algo construído na/pela prática discursiva: "os enunciados de Foucault são como 'sonhos': cada um deles tem seu objeto próprio, ou se cerca de um mundo" (DELEUZE, 1986; p. 17).

Essa concepção não referencial do significado, que acredito poder caracterizar adequadamente como performativa (12), constitui, afinal, um ponto de vista radicalmente discursivo sobre a semântica do enunciado, motivo por si só suficiente não só para diferenciá-lo da proposição lógica e da frase, como também para fundar uma concepção não representacional do conhecimento.

Resta a terceira camada de espaço, que, esta, é extrínseca: é o espaço complementar, ou de formações não discursivas ('instituições, acontecimentos políticos, práticas e processos econômicos') (DELEUZE, 1986; p. 19).

É na reflexão sobre a materialidade necessária, constitutiva, do enunciado, que FOUCAULT (1969a; p. 125-132) fixa o ponto de vista da arqueologia a respeito das relações entre o discursivo e o não discursivo. Como função enunciativa, a materialidade do enunciado constitui-se não só de "uma substância, um suporte material, um lugar e uma data" (p. 126), mas ainda, e principalmente, de um caráter institucional, uma vez que quem estabelece a identidade ou não-identidade de um enunciado consigo mesmo é a instituição ou conjunto de instituições que lhe deram origem e que governam sua utilização:

O regime de materialidade a que obedecem necessariamente os enunciados é, pois, da ordem da instituição mais que da localização espaço-temporal; define mais possibilidades de reinscrição e de transcrição (mas também limiares e limites) do que individualidades limitadas e perecíveis (ibid.; p. 129).

É ainda na descrição desse 'espaço complementar' estabelecido em torno do enunciado como decorrência de sua materialidade que Foucault esboça, segundo DELEUZE (1986; p. 19), sua concepção de uma "filosofia política":

Uma instituição comporta, em si mesma, enunciados; por exemplo, uma constituição, uma carta, contratos, inscrições, registros. Inversamente, os enunciados remetem a um meio institucional sem o qual não poderiam formar-se nem os objetos que surgem em lugares determinados do enunciado, nem o sujeito que fala de um determinado lugar (por exemplo a posição do escritor em uma sociedade, a posição do médico no hospital ou em seu consultório, numa época determinada, ou ainda a emergência de novos objetos).

Será nos escritos posteriores à Arqueologia do saber que Foucault desenvolverá, na direção explicitada por Deleuze, sua

teoria do poder. Ainda neste capítulo, quando estiver considerando o tratamento dado ao discurso em **História da sexualidade** terei oportunidade de assinalar a importância do político para a teoria genealógica do discurso. Seja como for, essa decisão de implicar o discursivo no institucional não discursivo, e vice-versa, não só fornece um dos 'traços distintivos' do enunciado como unidade de análise, como a meu ver acaba constituindo, por si só, uma terceira característica diferenciadora da análise arqueológica do discurso.

Como unidade mínima, o **enunciado** é então um feixe de regularidades enunciativas, uma invariante semântico-discursiva (e, como tal, repetível) tal como manifestada nos **discursos** efetivos de uma mesma FD (13). Vê-se, então, o quanto essas três unidades estão diretamente, repito, comprometidas com a descrição de um **corpus** previamente recortado, e por isso mesmo como que inscritas e restritas a ele: num primeiro momento, o próprio **corpus** é suposto constituir uma FD; num segundo momento, o arqueólogo procura, nos **discursos** aí reunidos, a "lógica da coisa dita", ou seja, suas regularidades enunciativas; num terceiro momento, explicita essa lógica na forma do(s) **enunciado(s)** e da FD de que participa(m), voltando então ao ponto de partida.

Como bem observa GIANNOTTI (1979: p. 189) "o procedimento é aparentemente circular". e o uso que Foucault faz do termo **enunciado**, dando-lhe um sentido pré-teórico inicial e um sentido teórico posterior de unidade mínima de análise, dá mesmo essa impressão (14). Entretanto,

O círculo se quebra na medida em que as coleções de enunciados passam do nível positivo da empiria histórica para o nível prático de sua constituição. (...) O conjunto inicial [o corpus], apenas um gesto de colecionador, cede lugar para outro [a FD] onde cada elemento vê estipuladas suas condições de existência e, por conseguinte, sua identificabilidade (id., ibid.; p. 189).

Nesse procedimento, o instrumento que opera a passagem do corpus à FD, revelando nos discursos os enunciados, não é uma heurística rigorosa, como a estabelecida pelos estruturalistas americanos para a análise gramatical de seus corpus, mas apenas aquele mesmo ponto de vista fundador, que rejeita as unidades discursivas tradicionais e revela o nível do discurso em sua especificidade:

Ora, por mais que o enunciado [não] seja oculto não quer dizer que seja visível; não se oferece à percepção, como portador manifesto de seus limites e caracteres. É necessário uma certa conversão do olhar e da atitude para poder reconhecê-lo e considerá-lo nele próprio. (...) O nível enunciativo se esboça em sua proximidade mesma (FOUCAULT, 1969a; p. 139).

Se escapa à circularidade, a análise arqueológica revela,

entretanto, o que GIANNOTTI (1979; p. 192) chama de "um intuicionismo incontrollável". É o que o próprio FOUCAULT (1971a; p. 17) parece reconhecer:

Podemos dizer que para mim a *Archéologie* não era nem completamente uma teoria, nem completamente uma metodologia. (...) Não é uma teoria na medida, por exemplo, em que eu não sistematizei as relações entre as formações discursivas e as formações sociais e econômicas (...). Essas relações foram deixadas na sombra. (...) Além disso, deixei de lado, na *Archéologie*, os problemas puramente metodológicos. Isto é: como trabalhar com esses instrumentos? É possível fazer a análise dessas formações discursivas?

Na perspectiva que estou adotando, esta seria a quarta e última das principais características da análise discursiva proposta pela arqueologia. Nos termos da Linguística do discurso, acredito que poderia ser adequadamente parafraseada como segue.

O ponto de vista discursivo da arqueologia consiste, essencialmente, numa dupla reflexão: sobre as funções enunciativas e sobre as regularidades discursivas. No primeiro caso, Foucault elahora o que considero uma verdadeira teoria da enunciação do 'discurso a sério', ou melhor uma teoria das condições históricas de possibilidade desse tipo de discurso; no segundo caso, avança a concepção de ordem discursiva que desenvolverá mais tarde, ou seja, torna possível ao pesquisador,

a partir da leitura do *corpus*, a designação das CP do discurso, entendendo-se estas últimas como o conjunto de restrições, o controle, socialmente imposto à enunciação. Em sendo correta esta leitura, posso dizer que o que falta à arqueologia, como teoria do discurso, é uma reflexão específica sobre a SD. Ao rejeitar as unidades linguísticas dadas pela tradição lógica e gramatical, considerando-as como incompatíveis com o ponto de vista discursivo que defende, Foucault não se pronuncia sobre as contribuições da linguística do discurso precisamente nesse terreno, nem tampouco prevê, ele próprio, que tipos de unidades povoariam a superfície dos discursos. Nesse sentido, acredito que seja exatamente esta a razão pela qual a arqueologia não chega a sistematizar as relações que se podem estabelecer entre o discursivo e o não discursivo, assim como deixa sem resposta a pergunta relativa ao *como* das análises. O nível preciso em que a arqueologia situa sua reflexão é, portanto, o nível do pré-discurso (cf. a respeito FOUCAULT, 1971a), o 'lugar' onde nascem as regras de formação dos tipos e posições do sujeito, dos objetos, dos conceitos e das estratégias ou rede teóricas, e que por sua vez determinam o "estado terminal do discurso" sem no entanto estarem aí diretamente refletidas.

Não é de estranhar, então, que as unidades de análise do arqueólogo, se comparadas às unidades tradicionais, pareçam paradoxais: são ao mesmo tempo abstratas (não são "imediatamente visíveis", segundo FOUCAULT, 1969a; p. 137) e concretas (ou "positivas"); ao mesmo tempo "fechadas na prisão da língua" (GIANNOTTI, 1979; p. 192) -- já que estão situadas exclusivamente no nível do discurso -- e atreladas a uma

exterioridade constitutiva, uma vez que se definem como produtos de uma prática discursiva; finalmente, são tanto apriorísticas, no sentido de que estão dadas previamente à atividade do sujeito da enunciação, quanto são históricas, no sentido de determinadas no tempo e no espaço. Resumindo, essas unidades discursivas propostas pela arqueologia são a "condição de possibilidade" (FOUCAULT, 1969a; p. 158) das coisas efetivamente ditas numa época e cultura determinadas a propósito de certos domínios.

No que diz respeito ao meu próprio trabalho, a contribuição do projeto arqueológico é, portanto, essencialmente a de fornecer às análises um ponto de vista discursivo mais radical, na medida em que rejeita as abordagens lógica e gramatical e se situa precisa e exclusivamente na instância mesma do discurso, abrindo a possibilidade de uma revisão 'enunciativa' das regularidades gramaticais e até mesmo da forma lógica (15). Por outro lado, e como decorrência direta dessa radicalidade teórica, fixa os limites e os critérios que terão de ser observados pelos procedimentos e instrumentos de análise. Ainda como parte dessa contribuição teórica, estão a concepção discursiva da sexualidade, assumida integralmente em meu trabalho, e a decorrente hipótese de uma 'FD da sexualidade', que agora convém explicitar melhor, tanto no contexto em que é formulada por Foucault, quanto em meu trabalho.

1.3. A sexualidade no contexto arqueológico

Foucault prevê dois tipos de descrição arqueológica possíveis para a sexualidade. No primeiro caso, mais conforme ao contexto epistemológico da arqueologia, a descrição estaria mais orientada para a episteme:

... mostrar-se-ia de que maneira, no século XIX, se formaram figuras epistemológicas como a biologia ou a psicologia da sexualidade; e por qual rutura se instaurou com Freud um discurso de tipo científico (FOUCAULT, 1969a; p. 233).

No segundo caso, menos ortodoxo, a descrição visaria não mais um saber mas uma ética:

... pergunta-se-ia se, nas condutas, como nas representações, toda uma prática discursiva não se encontra investida; se a sexualidade, fora de qualquer orientação na direção de um discurso científico, não é um conjunto de objetos de que se pode falar (ou de que é proibido falar), um campo de enunciações possíveis (mesmo que se trate de expressões líricas ou de prescrições jurídicas) um conjunto de conceitos (que podem sem dúvida se apresentar sob a forma elementar de noções ou de temas), um jogo de escolha (que pode aparecer na coerência das condutas ou em sistemas de prescrição) (id., *ibid.*; p. 234).

A rigor, nenhuma das duas arqueologias da sexualidade foi efetivamente empreendida por Foucault. Aparentemente, foi exatamente em direção ao segundo tipo de análise 'arqueológica' que as suas pesquisas na área foram conduzidas. Mas, uma vez publicadas na **História da sexualidade**, o contexto teórico, assumidamente diferente, era já genealógico, e orientado para o poder investido no discurso, e não mais para o saber aí constituído. Seja como for, pelo simples fato de constituírem pesquisas arqueológicas, essas duas possibilidades de descrição teriam como objetos empíricos séries de discursos previamente selecionados (**corpus**), e, como objetos teóricos, as funções e regularidades enunciativas manifestadas quer no nível do enunciado, quer no nível da FD. Nesse sentido, as análises que faço do **Diário** e do **Manual** seriam, em alguma medida, 'arqueológicas'. Mas convém explicar essas aspás, e, portanto, essas reservas.

Em primeiro lugar, dado o limite extremo do **corpus** com que trabalho, assim como o seu recorte subjetivo e existencial, não posso pretender que as regularidades enunciativas que eu venha a detectar sejam as mesmas que se poderiam identificar num material mais farto, selecionado de acordo com os critérios arqueológicos de transformação ou de limiar (cf. FOUCAULT, 1971a; p. 60), ainda que tais critérios possam ser considerados 'intuitivos'. Por outro lado, o **corpus** com que trabalho é contemporâneo de sua própria análise, enquanto os da arqueologia são sempre testemunhas de um passado, ao menos no contexto de **A arqueologia do saber**. Ainda em torno dessa questão relativa ao caráter do **corpus** que se toma como ponto de partida, devo dizer

que embora o **Manual** seja sem dúvida alguma um caso de discurso 'a sério', o **Diário**, por sua natureza literária e ao mesmo tempo parcialmente privada, já não é tão facilmente classificável como tal, sua complexidade levantando problemas de análise específicos, de que me ocuparei oportunamente. Como decorrência direta das características de um corpus como esse, não posso supor que o **Diário** e o **Manual** participem de uma mesma FD. E certamente não seria suficiente uma 'conversão arqueológica do olhar' para que os enunciados de ambos os materiais fossem revelados em seus discursos.

As análises que empreendo serão, portanto, 'linguísticas', e não diretamente arqueológicas, o que me obriga a, uma vez obtidos os resultados dessas análises, discuti-los, na Conclusão, do ponto de vista quer do que Foucault previu como possibilidade de análise arqueológica, quer do que efetivamente produziu como análise genealógica. Por este motivo, será necessário que eu explicito satisfatoriamente as diferenças não só na concepção mas também no tratamento genealógico do discurso, para poder confrontá-lo com a arqueologia. É o que farei nas próximas secções.

1.4. A ordem do discurso e seus mecanismos: entre a arqueologia e a genealogia

Se em **A arqueologia do saber** Foucault centra sua atenção na caracterização das condições históricas de possibilidade do

discurso a sério, em *L'ordre du discours* é a 'prática discursiva', concebida agora como um aparelho de restrições que conformam a produção linguística, que aparece como alvo:

... eu suponho que em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por objetivo conjurar-lhe os poderes e os perigos, dominar-lhe os acontecimentos aleatórios, de esquivar sua pesada e temível materialidade (FOUCAULT, 1971b; p. 10-11).

Os procedimentos aí referidos são repartidos por Foucault em três grandes grupos: aqueles que põem em jogo o poder e o desejo (procedimentos **externos** de controle), aqueles que se ocupam da classificação, ordenação e distribuição da produção linguística (procedimentos **internos** de controle) e, finalmente, aqueles que definem quem pode ter **acesso ao discurso**. Os sistemas de controle externo incumbem-se de definir quem pode falar, de que pode falar e em que circunstância, instituindo então o **privilégio daquele que fala**, o **tabu do objeto** e os **rituais** que cercam as circunstâncias; encarregam-se em dividir os reinos da razão e da loucura, excluindo do circuito autorizado de fala os discursos relativos a esta última; estabelecem no discurso a oposição certo/errado, sendo o critério da oposição a vontade de verdade das sociedades ocidentais, apoiadas sobre um suporte e uma distribuição

institucionais. Os **sistemas internos de controle** exercem três grandes funções de restrição da dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. A primeira (o **comentário**) institui discursos matrizes -- discursos primeiros -- e discursos comentários -- discursos segundos --, seu poder residindo em permitir novos discursos a partir do primeiro e em revelar, através dos comentários, o que de alguma forma "já estava dito nele"; a segunda (o **autor**) limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do "eu"; a terceira (a **disciplina**) institui sistemas anônimos constituídos por um domínio de objetos, um conjunto de métodos, um corpo de proposições consideradas verdadeiras, um jogo de regras e definições, de técnicas e de instrumentos que estabelecem aquilo que se requer para que novos enunciados sejam reconhecidos como pertencentes à disciplina em questão. Finalmente, os sistemas de controle que definem quem pode ter acesso ao discurso determinam as condições em que ele pode ser colocado em jogo e impõem aos indivíduos um certo número de regras. Estabelecem-se assim os **rituais** (convenções linguísticas e extralinguísticas que devem ser respeitadas pelo falante), as **sociedades de discurso** (que produzem e fazem circular em circuitos de fala exclusivos e fechados, e segundo regras estritas, um certo número de discursos), as **doutrinas** (discursos únicos a partir dos quais muitos indivíduos definem seu pertencimento recíproco e que os liga a certos tipos de enunciação, proibindo-lhes os demais) e a **apropriação social dos discursos** (capacitação social, pela educação, por exemplo, de qualquer indivíduo para qualquer tipo de discurso, observadas as reservas às distâncias, posições e

lutas sociais).

A consequência imediata da concepção de discurso como uma ordem de diferentes tipos de restrição ou rarefação é a de

... reconhecer algo como uma pequena (e talvez odiosa) maquinaria que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o acaso, o descontínuo e a materialidade. Triplo perigo que uma certa forma de história tenta conjurar narrando o desenvolvimento contínuo de uma necessidade ideal (FOUCAULT, 1971b; p. 61).

Na análise dos discursos, o reconhecimento e a descrição de uma tal "maquinaria" implica exigências metodológicas que, tanto quanto na análise arqueológica, se traduzem no abandono definitivo de noções como as de criação (segundo a qual os mecanismos discursivos seriam instâncias criadoras), unidade (que pressupõe a continuidade), originalidade (que postula a existência de um significado -- ou um discurso -- originário) e significação (que elide a questão das condições que a fazem possível); e na substituição de todas elas por noções como as de acontecimento, série, regularidade e condições de possibilidade.

Apesar de compartilhar as exigências metodológicas estabelecidas para a análise do enunciado e da FD, a análise da ordem discursiva introduz mudanças sutis mas de consequências importantes na forma de considerar o discurso.

Em primeiro lugar, Foucault reflete agora sobre a 'prática discursiva' em si mesma, e não tal como implicada numa série de

discursos que se acredita constituírem uma só FD. Por isso mesmo, as exigências anteriormente estabelecidas incidem, agora, sobre o que se pode considerar um novo objeto. A consequência, me parece, é que já se pode perceber, aí, o deslocamento teórico apontado por Alexandre Fontana em entrevista com FOUCAULT (1977; p. 4): o princípio da descontinuidade, fundamental para a individualização dos enunciados e das FD, perde para a noção de acontecimento o lugar central que ocupava no programa arqueológico. Mais que uma descontinuidade, cada ordem discursiva, enquanto regime ou "política do enunciado", é um acontecimento.

Por outro lado, Foucault não só pretende que os mecanismos de controle que descreveu caracterizem a prática discursiva da "nossa cultura" como um todo -- e não um de seus saberes em uma de suas épocas -- como ainda sugere a universalidade do controle social dos discursos e portanto das ordens discursivas, qualquer que seja a forma específica assumida: "eu suponho que em toda sociedade o discurso é ao mesmo tempo controlado". Pode-se dizer, portanto, que este é o momento em que a reflexão de Foucault está mais próxima de uma teoria geral do discurso.

Uma terceira mudança: enquanto a análise das formações discursivas deve manter-se no nível do enunciado, a descrição de uma ordem discursiva parece buscar o nível da formulação, ou seja.

... o ato individual (ou, a rigor, coletivo) que faz surgir em um material qualquer e segundo uma forma determinada, o grupo de signos (FOUCAULT,

1969a; p. 135; grifo meu).

Afinal, trata-se de responder a questões como: -- O que compreende e o que exclui a formulação de um discurso? -- Quais os princípios da organização interna desse discurso? -- Quem está socialmente capacitado a formular certo tipo de discurso e em que circunstância? E o resultado de uma análise que busca responder tais questões não é sempre, nem necessariamente, um saber, mas um discurso, no sentido de um "conjunto de atos de formulações" (FOUCAULT, 1969a; p. 135) determinados por um contexto. O sentido mais radicalmente arqueológico de discurso -- "conjunto de enunciados que provêm de um mesmo sistema de formação" (id. *ibid.*; os grifos são meus) -- está, portanto, evidentemente em suspenso.

Como consequência, o discurso 'a sério' não é mais o objeto empírico exclusivo -- quarta mudança --, qualquer tipo de discurso podendo, em princípio, remeter a uma ordem determinada. A análise dos discursos deixa, assim, de orientar-se exclusivamente para a constituição discursiva dos saberes, e abre-se para uma percepção mais ampliada da dimensão constitutiva do social (entendido essencialmente em termos políticos) presente no discurso. Saber, discurso e poder são vistos, a partir de então, como implicando-se reciprocamente.

Por fim, o próprio fato de tratar-se de texto de aula inaugural, de um discurso em primeira pessoa que reflete sobre o próprio discurso na mesma circunstância imediata em que se produz, já de início nos põe diante de uma questão que a arqueologia descartava: a produção individualizada do discurso

por um sujeito da enunciação (ou "da formulação") específico, numa situação concreta, diante de um interlocutor definido (ainda que não singular). E é exatamente a partir dessa realidade discursiva particular que se dá a reflexão generalizante e até mesmo universalizante. Nesse novo ponto de partida está, sem dúvida, a relação iminente política do indivíduo com o perigoso poder das regras dadas do jogo discursivo. Em outros termos, é já a questão dos processos de subjetivação -- ou, como dizem DREYFUS & RABINOW (1982; p. 242-263), "a genealogia do indivíduo moderno enquanto sujeito" -- que aparece sub-repticiamente.

Por todos esses motivos, a consideração da ordem discursiva parece efetivamente nos colocar na origem, na gênese, de qualquer discurso ou formação discursiva possível, tanto na sua abordagem genealógica ("como se formaram, através, a despeito ou com o apoio desses sistemas de controle, séries de discursos"; FOUCAULT, 1971b; p. 62), quanto sua análise arqueológica (a descrição da ação efetiva dos mecanismos de uma ordem discursiva num **corpus** determinado). Aproveitando o momento oportuno, convém então sublinhar: no que diz respeito à teoria foucaultiana do discurso, a análise arqueológica ocupa-se do modo de existência dos discursos, na medida exata em que são constitutivos de determinados saberes; enquanto análise genealógica busca o **como** e as **formas** de sua necessária inserção social, revelando assim o **por quê** dos saberes que o constituem. Retomando uma sugestão de MUCHAIL (1988; p. 45, nota 2), que considera *L'ordre du discours* como "um travessão" entre a produção arqueológica e a genealógica, posso mesmo dizer que o conceito de ordem

discursiva é o **embrayeur** que permite a passagem do primeiro ao segundo projeto teórico. Ao mesmo tempo, dá um primeiro passo em direção à sistematização das relações entre o discursivo e o não discursivo: o contexto, como uma correlação de forças num momento social determinado, controla o discurso, no que diz respeito ao que se pode dizer, às formas discursivas possíveis e a quem -- e em que circunstâncias -- pode ter acesso a ele; e as formas assumidas por esses tipos de controle são, "na nossa cultura", os mecanismos descritos.

Em *L'ordre du discours* o objeto é constituído, portanto, pelos "efeitos de poder próprios do jogo enunciativo", que FOUCAULT (1977; p. 4) reconheceu faltar à reflexão arqueológica, demasiadamente às voltas "com as sistematicidades, a forma teórica ou algo como o paradigma" (Id. *ibid*). De fato e de direito, a ordem discursiva é o conceito-chave da análise genealógica dos discursos, assim como o enunciado e a FD o são para a análise arqueológica. Sendo assim, tanto a FD como o enunciado e o discurso que a arqueologia de um saber procura descrever seriam como que cristalizações ou produtos linguísticos histórica e socialmente determinadas, cuja origem estaria num conjunto mais ou menos articulável de ordens discursivas. Para levar às últimas consequências uma das metáforas utilizadas por Foucault para caracterizá-las, é como se as ordens discursivas fossem as "pequenas (e talvez odiosas) maquinarias" que movem as FD e as povoam com seus enunciados.

1.5. Genealogia e discurso na 'História da sexualidade'

Ao contrário do momento arqueológico, que tem em A arqueologia do saber seu 'discurso do método', a genealogia, em função da natureza mesma de seu projeto, descreve um percurso mais errático, explicitando seus procedimentos a cada passo e em cada um dos muitos e diversificados domínios de que se ocupa (cf., a respeito, FOUCAULT, 1976; p. 167-171). Decorrente da

... introdução, nas análises históricas, da questão do poder como instrumento de análise capaz de explicar a produção dos saberes (MACHADO, 1992b; p. 188; o grifo é meu),

a genealogia, independentemente do domínio a que se aplique, põe os saberes em correlação com o seu contexto, não só institucional, mas principalmente político. Nascida ela própria de um momento político-cultural do Ocidente, caracterizado por uma crescente e orquestrada insurreição dos "saberes históricos" ou tradicionais contra a dominação e centralização exercida pelo saber científico ou cientificista hegemônico (cf. FOUCAULT, 1976), a genealogia se apresenta ao mesmo tempo como uma 'analítica dos poderes' -- "uma definição do domínio específico formado pelas relações de poder e a determinação dos instrumentos que permitem analisá-lo" (FOUCAULT, 1976; p. 80) -- e como um combate a esses mesmos poderes: "são os efeitos de poder próprios a um discurso considerado como científico que a genealogia deve combater" (FOUCAULT, 1976; p. 171). Como parte fundamental dessa análise/combate, o genealogista deve indagar os discursos de que se ocupa, particularmente os que se

apresentam como científicos, na direção da prática política de que participam:

As questões a colocar são: que tipo de saber vocês querem desqualificar no momento em que vocês dizem 'é uma ciência'? Que sujeito falante, que sujeito de experiência ou de saber vocês querem 'minorizar' quando dizem: 'Eu que formulo este discurso, enuncio um discurso científico e sou um cientista'? Qual vanguarda teórico-política vocês querem entronizar para separá-la de todas as numerosas, circulantes e descontínuas formas de saber? (Id. *ibid*, p. 172).

Como bem se vê por esta passagem, a genealogia

... se funda em bases mais alicercadas, que são precisamente aquelas constituídas pelas articulações entre saber e poder, mediados, por assim dizer, pelo que podemos denominar modos de produção da verdade (MUCHAIL, 1988; p. 37).

Por isso mesmo, é impossível a análise genealógica de um discurso que não se faça nos termos de sua ordem. E na medida em que esta última está na origem de uma FD, como vimos, pode-se dizer que a arqueologia de um determinado saber está subordinada à genealogia daqueles poderes que se cruzam na constituição dos discursos que fundam, veiculam e transformam esse saber.

1.5.1. O dispositivo de sexualidade e sua ordem discursiva

Consequentemente, no caso específico da genealogia da sexualidade, à qual doravante restringirei meus comentários, a ordem discursiva reaparece em sua importância metodológica. Mas agora, sem a preocupação de uma definição positiva e sistemática, e referida não mais ao saber, e sim ao dispositivo. Ao contrário da FD, o dispositivo é

... um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas (FOUCAULT, 1977; p. 244; o grifo é meu)

e que se caracteriza ainda por estabelecer entre esses seus diferentes componentes as mais diversas relações (um discurso tanto pode ser o programa de uma instituição quanto a ideologia legitimadora de uma determinada prática, por exemplo), todo esse conjunto sempre referido a uma função estratégica dominante que visa responder a uma urgência histórica precisa. De acordo com a periodização estabelecida por Foucault para a história do dispositivo de sexualidade, sua origem remontaria à segunda metade do século XVIII. Desde então, coexistiria, embora enfraquecendo-o, com um outro e mais antigo dispositivo organizado em torno do sexo, o 'dispositivo de alianças' -- "

sistema de matrimônio, de fixação e desenvolvimento dos parentescos, de transmissão dos nomes e dos bens" (FOUCAULT, 1976; p. 100) -- a partir do qual se teria constituído o dispositivo de sexualidade. Cada um desses dispositivos exerceria uma função específica, respondendo portanto a diferentes urgências históricas. Assim, poder-se-ia opô-los termo a termo, explicitando detalhadamente, como o faz Foucault, o fato de que enquanto o dispositivo de alianças está "ordenado para uma homeostase do corpo social, a qual é sua função manter", o dispositivo de sexualidade tem, como razão de ser, a penetração crescente do poder do Estado e o controle cada vez mais global das populações, além de permitir à burguesia um "agenciamento político da vida" (através do desenvolvimento de uma pedagogia, uma medicina e uma demografia que problematizaram, inicialmente apenas para os próprios membros da burguesia, o sexo das crianças, a fisiologia da mulher e o controle da natalidade), agenciamento este que se constituiu numa verdadeira "auto-afirmação de uma classe":

Nesse investimento sobre o próprio sexo, por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada por ela própria, a burguesia fazia valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência (FOUCAULT, 1976; p. 116).

A natureza do dispositivo é então essencialmente histórico-política, e a maneira como a genealogia concebe o poder que nele

se exerce, assim como as relações que se estabelecem entre seus elementos discursivos e não discursivos, confere à abordagem da sexualidade uma feição própria e única.

Enquanto inscrita no campo do que chamaríamos Teoria da Sexualidade, a genealogia correspondente, tal como é caracterizada no primeiro volume da *História da sexualidade*, representa uma investida contra a chamada "hipótese repressiva", segundo a qual a sexualidade deveria ser encarada a partir dos mil e um mecanismos de repressão que sobre ela o poder, exercendo-se de fora, teria feito incidir, caracterizando-se assim as relações entre poder e sexualidade como essencialmente negativas. Representa ainda uma investida contra a hipótese segundo a qual as relações entre poder e sexualidade não poderiam ser de exclusiva interdição/rejeição na medida em que a lei, e portanto a repressão do poder, seria constitutiva do desejo, não sendo possível então desejo sem poder. Segundo Foucault, apesar das aparências em contrário, as duas hipóteses estão estreitamente relacionadas entre si, na medida em que ambas se fundamentariam numa mesma representação "jurídico-discursiva" do poder: este se exercera sempre através de um ato de discurso, pronunciando a lei -- cuja função é essencialmente negativa -- e agindo de maneira uniforme e maciça sobre o sexo. Combater a "hipótese repressiva" em qualquer de suas duas modalidades significa portanto abandonar a representação jurídico-repressiva do poder e substituí-la por outra: "Pensar ao mesmo tempo o sexo sem a lei e o poder sem o rei" (FOUCAULT, 1976; p. 87). O poder aparece então como

... a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e constitutivas de sua organização; o jogo que, através de lutas e afrontamentos incessantes as transforma, reforça, inverte; os apoios que tais correlações de força encontram umas nas outras, formando cadeias ou sistemas ou, ao contrário, as defasagens e contradições que as isolam entre si; enfim, as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização institucional toma corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais (id. *ibid.*; p. 88).

Provindo de todas as partes, o poder tem como condição de possibilidade o suporte das já referidas correlações de força; e o Estado, a lei e a unidade global da dominação são tão somente suas formas terminais, e não sua origem, como o concebe a representação jurídico-discursiva do poder. O modelo mais acabado de seu funcionamento é a guerra, daí a concepção de que a política é a guerra prolongada por outros meios (cf., a respeito, FOUCAULT, 1976; p. 176).

Interior ao dispositivo, o discurso, na medida em que interessar ao analista, terá agora de ser analisado nas suas funções estratégicas -- no seu poder -- e não mais apenas na sua relação consigo mesmo e com o saber ou a verdade a que dá lugar. Desse ponto de vista, pode-se dizer que não se trata mais de buscar, a propósito de um discurso, as condições históricas de possibilidade (ou as "positividades" que o explicam em si mesmo

e na sua relação com os demais), mas de investigar-lhe as CP, entendidas exatamente como ordens discursivas. Mais que uma episteme ou uma FD, a sexualidade é então encarada pela genealogia ora como um dispositivo particular, considerado na sua globalidade (FOUCAULT, 1976; p. 100), ora como o seu objeto, ou, nos termos da arqueologia, o seu 'correlato' (id., ibid.; p. 67). O objeto a ser descrito pelo genealogista que se ocupa do dispositivo de sexualidade, em qualquer de suas regiões, é constituído então pelas relações de poder investidas nesse dispositivo e a forma específica de seu funcionamento, que institui, através da ordem que elas impõem aos discursos, a verdade sobre o sexo.

A ordem discursiva que caracteriza o dispositivo de sexualidade, como bem frisou FOUCAULT (1976; p. 62-69), é essencialmente de tipo confessional, tanto em sua configuração geral quanto em seu funcionamento interlocutivo. Como circuito de fala, a confissão pressupõe, antes de mais nada, duas figuras interlocutivas -- confessor e confitente -- opostas e dissimétricas, no que diz respeito aos poderes (confessores) ou deveres (confitente) de que são investidos: por outro lado, esse circuito implica ainda uma regulação tal da fala que ao confessor cabe inquirir, e ao confitente examinar-se e expor-se ao olhos do outro, em ambos os casos à luz de um mesmo código de valores morais. Já como ritual, a confissão é um discurso de tipologias e eficácias distintas para cada interlocutor: para o confitente, se dá sempre num discurso de experiência pessoal vivida, em que sujeito da enunciação e sujeito do enunciado coincidem, e que "produz em quem a articula modificações

intrínsecas: inocenta-o, resgata-o, purifica-o..." (FOUCAULT, 1976; p. 61); para o confessor, reveste a forma de um discurso impessoal e 'ventríloquo', na medida em que o sujeito da enunciação fala sempre 'em nome de', nunca coincidindo inteiramente, portanto, com o sujeito do enunciado, produzindo um efeito de Autoridade e de Verdade que legitima (sacraliza) o código moral.

A formação dessa ordem, essencial para o surgimento do próprio dispositivo de sexualidade como um 'acontecimento' histórico, se dá a partir de uma série de modificações paulatinas introduzidas na confissão cristã propriamente dita. Esvasiada de sua função exclusivamente ritual, a confissão generaliza-se para toda uma série de relações sociais e interlocutivas dissimétricas (pais/filhos, professores/alunos etc.) e passa a orientar-se não mais para a 'carne', as relações corpo/alma e os valores religiosos, mas para o organismo, os prazeres individuais e os valores médico-científicos. O resultado dessa imbricação entre ordem confessional e discursos e valores científicos é o que Foucault chamou de "uma ciência-confissão", o saber sexológico característico do Ocidente.

Se a ordem confessional é então a forma geral e, nos termos da arqueologia, 'pré-discursiva', a que se podem reduzir as CP do discurso de sexualidade, será também por referência a ela que o analista deverá cumprir as quatro regras metodológicas básicas (ou "prescrições de prudência", como Foucault prefere chamá-las) específicas de uma análise genealógica do discurso.

A primeira delas, -- a "regra de imanência" -- estabelece a ausência de qualquer relação de exterioridade entre discurso,

poder e saber, que devem portanto, ser vistos como implicando-se mutuamente: nesse sentido, o que se analisa são "focos locais" de poder/saber que se articulam no discurso. Por sua vez, a "regra das variações contínuas" dirige a análise para as transformações que, sem cessar, as relações entre o poder e o saber sofrem no interior do discurso: qualquer mudança nas correlações de força que caracterizam um determinado momento ou contexto político pode introduzir uma variação nas relações poder/saber/discurso que a análise deve flagrar e descrever. Uma terceira prescrição metodológica, a "regra do duplo condicionamento", leva o analista a exergar o foco local de poder/saber/discurso em que trabalha na estratégia global em que se insere, ao mesmo tempo em que obriga a perceber como e em quais focos locais a estratégia geral do dispositivo de sexualidade se sustenta. Quase como uma consequência das demais regras, a da "polivalência tática dos discursos" alerta o analista para o fato de que cada discurso de que ele possa se ocupar é "uma série de segmentos descontínuos, cuja função tática não é uniforme nem estável" (FOUCAULT, 1976; p. 95; o grifo é meu). Um mesmo discurso pode portanto corresponder a múltiplas funções políticas, visando então diferentes objetivos locais, dentro de uma estratégia geral. Mais que isso, diferentes partes de um mesmo discurso podem desempenhar funções diferentes, daí esse caráter de "séries descontínuas" que a genealogia empresta. A análise deve então conceber os discursos como "elementos ou blocos táticos no campo das correlações de força" (id., ibid.; p. 97), o que significa que "podem existir discursos diferentes e mesmo contraditórios dentro de uma mesma

estratégia" ou dispositivo, assim como "podem, ao contrário, circular sem mudar de forma entre estratégias opostas" (id., ibid.; p. 97).

Ao formular essas quatro prescrições, particularmente a última, Foucault está mais uma vez concedendo ao discurso uma autonomia relativa: mas, ao contrário do momento arqueológico, em que essa autonomia relativa era pensada apenas em referência ao econômico-social, na genealogia (a da sexualidade, ao menos) ela se dá também em relação aos diferentes poderes a que entretanto o discurso está necessariamente ligado. Evidentemente, Foucault só pode estar pensando o discurso, nesse contexto, como **forma**, como SD. É uma mesma superfície que pode ser diferentemente recortada em função de diferentes poderes, assim como é enquanto superfície que um mesmo discurso ou segmento de discurso pode desempenhar funções políticas diferentes. Pode-se dizer então que é esse, exatamente, o ponto da análise em que o genealogista encontra o linguista, cedendo-lhe em parte o lugar na cena.

1.5.2. Moral, ética e sujeito

Depois da mudança de perspectiva em relação ao programa arqueológico, bem caracterizada pela introdução dos conceitos de ordem e dispositivo nas análises de discurso, Foucault operará, nos dois volumes em que dá prosseguimento a sua história da sexualidade, um novo "deslocamento teórico", provocado agora

pela introdução da questão do **sujeito** nas análises. As incursões feitas pelo terreno da sexualidade ainda no projeto arqueológico, bem como sua definição posterior como dispositivo, haviam permitido "falar da sexualidade como uma experiência historicamente singular", o que, na opinião do autor

... suporia, também, que se pudesse dispor de instrumentos susceptíveis de analisar, em seu próprio caráter e em suas correlações, os três eixos que a constituem: a formação dos saberes que a ela se referem, os sistemas de poder que regulam sua prática e as formas pelas quais os indivíduos podem e devem se reconhecer como sujeitos dessa sexualidade (FOUCAULT, 1984a; p. 10).

Passar a ocupar-se desse terceiro eixo implicava fazer um trabalho histórico e crítico sobre o desejo e o sujeito desejante, ou seja, implicava

... analisar as práticas pelas quais os indivíduos foram levados a prestar atenção a eles próprios, a se decifrar, a se reconhecer e se confessar como sujeitos de desejo, estabelecendo de si para consigo uma certa relação que lhes permite descobrir, no desejo, a verdade de seu ser, seja ele natural ou decaído (id., *ibid.*; p. 11).

Vem ocupar o centro da cena, a partir de então, a **moral** e seu funcionamento, vista em dois aspectos intimamente relacionados, porém distintos: 1) os atos (**canais**), ou o comportamento real das pessoas; 2) e o código (**receita**), que tanto determina os atos proibidos e permitidos, quanto estabelece valores positivos e negativos para os diferentes comportamentos possíveis. O que Foucault pretende priorizar, em seus dois últimos livros (1984a; 1984b) é a dimensão **ética** dos códigos ou receitas morais, aquela que determina “o tipo de relação que você deve ter com você próprio” e “como o indivíduo se constitui como sujeito moral de suas próprias ações” (FOUCAULT, 1984b; p. 51). Tanto quanto nas obras anteriores, o sujeito é então uma construção, um efeito de conjunto, o ponto terminal de uma cadeia ou rede, e nunca a condição de possibilidade da experiência moral:

... é a experiência que é a racionalização de um processo, ele mesmo provisório, que termina num sujeito ou em vários sujeitos (16) (FOUCAULT, 1984b; p. 137).

O funcionamento da ética, em seu movimento de assujeitamento moral, se dá em quatro diferentes direções: 1) a **substância ética** corresponde ao “aspecto ou à parte de mim mesmo ou meu comportamento que está ligado à conduta moral” (id., *ibid.*; p. 52). Isso quer dizer que os indivíduos não são interpelados em sua inteireza, mas em uma de suas “**regiões**”: o desejo (é o caso da moral cristã), a intenção (moral kantiana),

os sentimentos (moral contemporânea) etc.; 2) o modo de sujeição diz respeito à "maneira pela qual o indivíduo estabelece sua relação (com a regra moral) e se reconhece como ligado à obrigação de pô-la em prática" (FOUCAULT, 1984a; p. 27). Assim, o indivíduo pode ser interpelado em nome de uma lei divina, de uma ciência, de um suposto bom-senso, da natureza etc.; 3) as formas de elaboração do trabalho ético referem-se aos meios através dos quais os indivíduos devem buscar conformar sua conduta à norma. Um valor moral como a austeridade sexual, por exemplo, "pode ser praticado por meio de um longo trabalho de aprendizagem", ou através "de uma renúncia brusca, global e definitiva aos prazeres" etc.; 4) a teleologia, finalmente, diz respeito aos fins objetivados pela ação moral. Pode-se pretender, como sujeito moral, a respeitabilidade entre os demais cidadãos, um domínio de si como condição para a pretensão de domínio e governo dos outros, a salvação eterna etc.

Uma última característica da ética está relacionada a algo como um efeito de conjunto. Não se deve esperar que em cada configuração ética específica a substância ética, o modo de sujeição, as formas de elaboração do trabalho ético e a teleologia desempenhem papéis igualmente relevantes e determinantes para o resultado final. Pelo contrário: tanto quanto se apóiam umas nas outras, essas dimensões da ética podem permitir a dominância de uma delas sobre as demais, diferentes sistemas éticos podendo diferir entre si pelas diferenças hierárquicas que promovam em seu próprio interior. Assim, Foucault afirma, por exemplo, que a moral cristã difere da grega pelo fato de conferir ao código (ou ao modo de sujeição) um

relevo que a Grécia Antiga desconhecia.

É do ponto de vista dessa configuração geral da ética, onde o sujeito veio ocupar o centro das atenções, que Foucault dá prosseguimento ao projeto de uma genealogia da sexualidade. Abandona o projeto de descrição dos **conjuntos estratégicos** que, dentro do dispositivo de sexualidade, teriam desenvolvido **dispositivos específicos** destinados à histericização do corpo da mulher, à pedagogização do sexo da criança, à socialização das condutas de procriação e à psiquiatrização do prazer perverso (17), e passa a ocupar-se da moral e da ética na Grécia Antiga (O uso dos prazeres) e nos dois primeiros séculos de nossa era (O cuidado de si), tendo deixado inédito um exame semelhante da ética cristã já consolidada (**As confissões da carne**). Em seu conjunto, essa genealogia da ética, tanto quanto a genealogia da criminalidade e do encerramento penitenciário (FOUCAULT, 1973 e 1975) põe em questão a função problematizadora dos dispositivos.

Problematização não quer dizer representação de um objeto preexistente, nem criação pelo discurso de um objeto que não existe. É o conjunto das práticas discursivas ou não discursivas que faz alguma coisa entrar no jogo do verdadeiro e do falso e a constitui como objeto para o pensamento (seja sob a forma da reflexão, do conhecimento científico, da análise política, etc.) (FOUCAULT, 1984b; p. 76).

Se é esta a perspectiva, podemos dizer que a moral, ao lado

por exemplo de algumas ciências, é uma das formas de problematização da sexualidade, e que, como tal, pode revestir formas tanto discursivas quanto não discursivas. Não se trata, portanto, de uma outra postura teórica para o estudo da sexualidade (em relação às promessas referidas), mas de uma mudança de perspectiva, ou de foco, dentro do mesmo ponto de vista básico (18).

Para os objetivos tanto descritivos quanto explicativos de meu próprio trabalho de análise, não resta dúvida, entretanto, que o interesse maior recai exatamente sobre o caráter e as consequências dessa mudança no projeto inicial, assim como sobre o aspecto efetivamente discursivo da moral e da ética. Convém, portanto, explicitar melhor essas duas questões, sempre com o mesmo propósito de aproximar o tipo de análise discursiva proposta ou tornada possível por Foucault e a análise predominantemente 'linguística'.

Num primeiro momento, como vimos, a genealogia dava-se como objeto o dispositivo de sexualidade, pensado na sua origem ou formação histórica (segunda metade do século XVIII) e em sua composição/organização interna. Nesse quadro, o discurso aparecia essencialmente como uma ordem confessional interna ao dispositivo, e que programava-se descrever em funcionamentos locais (em 'subdispositivos'), mas em sua globalidade, e não em uma dimensão particular. No novo contexto, entretanto, o objeto proposto não é mais -- nem poderia sê-lo -- o dispositivo de sexualidade, até mesmo porque o período histórico agora visado é bastante anterior, e portanto incompatível com ele, mesmo que, na perspectiva genealógica, esteja na sua origem. Por outro

lado, se nos situarmos numa perspectiva exclusivamente discursiva, o "conjunto de valores e regras de ação propostas aos indivíduos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos" (1984a, p. 26), que constitui o código moral, só pode ser pensado como instrumento e efeito (produto) de uma ordem discursiva moral. O código seria, portanto, algo como o correlato de um discurso de função essencialmente prescritiva, enquanto "conjunto de atos de formulação"; e de conteúdos sempre relativos a valores existenciais, enquanto "conjunto de enunciados". Seja como for, o certo é que uma ordem discursiva moral, ou seja, um aparelho de alguma forma restritivo/prescritivo especificamente discursivo, precisa ser pressuposto como condição de produção. Ao contrário daquela que caracteriza o dispositivo de sexualidade, as ordens morais visadas em *O uso dos prazeres* e *O cuidado de si* não são nem necessariamente confessionais, no que diz respeito ao circuito de fala que instauram, nem propriamente cristãs (ao menos no caso dos gregos), quanto aos conteúdos veiculados. Apesar de pressuposta, a ordem discursiva relativa à moral não é descrita nem mesmo tematizada em sua globalidade, na medida em que Foucault restringe-se a uma de suas dimensões ou regiões, exatamente aquela, eu diria, que relaciona-se diretamente com os mecanismos de controle do acesso do falante ao discurso, tais como podem ser percebidos ou mesmo vividos pelo sujeito da enunciação.

Nesse sentido, a ética, em que a genealogia acaba se fixando, é, fundamentalmente, um funcionamento discursivo. Como tal, é descrita em sua estrutura interlocutiva particular (um

movimento circular de si para si, passando-se antes, entretanto, pelo 'outro' representado nos valores do código moral) e em sua dimensão estruturante, erigindo um sujeito moral e instituindo formas específicas de uma verdadeira "escrita de si". FOUCAULT (1983a e b) empregou essa expressão para referir-se a duas formas já institucionalizadas do discurso ascético no contexto da "cultura de si", nos começos da era cristã: os *hypomnemata*, cadernos pessoais que se tornaram hábito de um público de elite, em fins da Antiguidade, e em que

... entravam citações, fragmentos de obras, exemplos, e ações as quais se havia testemunhado ou das quais se havia lido a respeito, reflexões ou razões que se tinha escutado ou que tinha vindo à mente. Constituíam uma memória material de coisas lidas, ouvidas, ou pensadas, oferecidas como um tesouro acumulado para releitura e meditação posterior (1983b; p. 62)

e a **correspondência**, textos essencialmente privados enviados a outro com o objetivo de solicitar ou oferecer ajuda moral.

Como funcionamento discursivo, a ética é, de alguma forma, anterior e independente da moral com que entretanto necessariamente se relaciona. Caso contrário, não poderia ser descrita sem o conhecimento prévio e detalhado tanto do código quanto da ordem discursiva correspondente, nem muito menos assumir o valor quase heurístico que sua análise assume, uma vez que vai fornecendo ao analista os elementos necessários --

fragmentos do código, desvios enunciativos -- para a recomposição de um e de outra. Se remontarmos ao projeto primeiro de uma arqueologia da sexualidade, a inversão metodológica já esboçada em *L'ordre du discours*, com a conseqüente subordinação da arqueologia à genealogia, se completa. Não se parte mais das regularidades enunciativas de um já dito, público, anônimo e previamente recortado, para daí remontar aos desvios que serão representados na forma do enunciado; mas, ao contrário, parte-se de discursos pessoais e como que 'em produção' e examina-se neles os processos de subjetivação implicados, certamente para daí atingir, mas agora numa perspectiva política, o saber aí presente. Mas a autonomia relativa do funcionamento discursivo que caracteriza uma ética, seja ela qual for, vai mais além. Em mais de uma passagem, Foucault insiste na idéia de que as modificações na moral ocidental foram relativamente pequenas, se considerarmos apenas o nível do código, na medida em que os "temas de austeridade" seriam quase sempre os mesmos, desde a Antiguidade clássica. A ética é que teria assumido formas diferenciadas ao longo do tempo, podendo-se falar de uma ética grega, uma neo-estóica e outra já tipicamente cristã. O dispositivo de sexualidade, para formar-se como tal, teria contado com a formação prévia -- e necessária -- da ética e da moral cristãs, articuladas, por sua vez, a partir das duas éticas anteriores. De alguma forma, era já esta a perspectiva em *A vontade de saber*, em que a sexualidade é caracterizada como o correlato de um discurso cuja ordem se forma no imbricamento de uma ordem confessional já dada com os valores, conteúdos e formas novos do discurso médico,

tributário, como todo discurso de pretensões 'científicas', de uma ordem jurídica anterior (cf., a respeito, FOUCAULT, 1974). Não por acaso, Foucault chega mesmo a dizer, em entrevista em que o tema era exatamente o alcance de sua nova genealogia da ética, que o fascina

... a idéia de que a ética pode ser **uma estrutura muito forte da existência**, sem qualquer relação com o jurídico por si, com um sistema autoritário, com uma estrutura disciplinar (1983b: p. 48; grifos meus).

Não há dúvida, a meu ver, que Foucault foi além do fascínio nessa questão. Se imaginou que a ética cristã tem **antecessores** diretos, que essa mesma ética pode, por seu lado, **dar origem** a novas formas de subjetivação (as da sexualidade **strictu-sensu**), é exatamente porque viu, nessa continuidade, um funcionamento discursivo, uma **estrutura** (da existência?) que se repete. Como tal, a ética é um discurso 'de si para si' que, na sua função de subjetivação, pode tomar conteúdos os mais diversos. Faz sentido perguntar-se, portanto, como faz FOUCAULT (1984a: p. 14), **por que e como** o Ocidente teria feito da sexualidade uma experiência moral. E a resposta só poderá ser uma história da constituição dessa experiência. Nesse sentido, as análises dos discursos que escolhi, particularmente a do **Diário**, assumem um certo valor de registro.

1.6. Algumas conclusões

A esta altura, convém sublinhar o alcance global dessa analítica do discurso como um todo para o meu próprio trabalho de análise. Nessa direção, quero desde já assumir como válida também para o momento genealógico a conclusão de COURTINE (1981) a respeito do valor da arqueologia -- particularmente do conceito de FD, que ele reinterpreta -- para a AD e para o seu próprio projeto analítico:

... num certo número de aspectos, a perspectiva e o objeto da AD e da Arqueologia [e/ou da genealogia] divergem consideravelmente; isso significa que encontraremos na problemática de Foucault muito mais uma prática teórica exemplar na construção do conceito de FD do que uma bateria de noções imediatamente aplicáveis à AD: reler Foucault não é 'aplicá-lo' à AD, é fazer funcionar sua perspectiva no interior da AD (p. 40; os grifos são meus).

Os comentários que faço a seguir restringem-se, portanto, ao que considero necessário reter do 'estilo' foucaultiano para "fazer funcionar sua perspectiva" em minhas análises.

Antes de mais nada, essa analítica individualiza, em sua especificidade, o "discurso de sexualidade", possibilitando-me assim tomá-lo como 'objeto teórico' de minhas análises. Se

pensarmos no que se deve exigir de um construto que se toma como objeto teórico, Foucault talvez não tenha nem concebido nem descrito o discurso de sexualidade da forma mais adequada, uma vez que, como vimos, o caráter que quis imprimir a seus projetos teóricos foi de outra natureza. Mas, nas perspectivas de análise que abre para esse tipo de discurso e nos procedimentos descritivos que lhe reserva, delimita "um domínio coerente" e sem dúvida exemplarmente rigoroso de descrições. Nesse sentido, assume um caráter verdadeiramente fundador. E parte importante de minha tarefa consistirá, então, em dar alguma caracterização linguística para esse objeto teórico, constituindo um nível de análise que me permita descrever com o instrumental da Linguística do discurso, mas numa perspectiva compatível com a analítica foucaultiana, o **corpus** que seleccionei.

Nos termos da AD, o estilo foucaultiano constrói três níveis diferentes de homogeneização possível das CP do discurso de sexualidade: o da formação, o da ordem discursiva e o da moral e da ética. Todos eles, como já pude comentar, estão relacionados ao **corpus** que tomei para análise, embora essa relação não seja nunca nem direta nem imediata, especialmente no caso da FD. Seja qual for o papel que eu lhes reserve na análise do **Diário** e do **Manual**, entretanto, assumirão necessariamente um valor explicativo -- mesmo que indireto ou parcial -- para as regularidades discursivas que a análise linguística detectar. É em função tanto desse valor quanto do caráter fundador e exemplar já referido que considero impossível dizer que a analítica foucaultiana funciona em minhas análises como uma teoria auxiliar. Se fosse o caso de hierarquizar os papéis, eu

diria, antes, o contrário: ela é que seria o "núcleo" teórico, à Linguística cabendo um papel mais instrumental, sem dúvida importante, mas de alguma forma derivado (19).

Em consequência de situar-se no nível das CP, a analítica foucaultiana da sexualidade caracteriza-se por evitar dois outros níveis possíveis de análise de um discurso, embora sem dúvida os pressuponha.

Trata-se, em primeiro lugar, do nível da função enunciativa 'em si', antes de qualquer enunciação concreta, ou melhor, antes daquele acontecimento enunciativo particular que se toma como objeto de análise, por mais abstrato ou globalizante que seja o nível de sua consideração 'a posteriori'. Exceções únicas a essa regra -- e, nesse sentido, certamente marginais -- são, no momento arqueológico, o reconhecimento das funções enunciativas básicas do discurso, implicado na definição do enunciado (v. acima); e, no momento genealógico, o caráter de "estrutura da existência" atribuído à ética, considerada, *ipso facto*, como função discursiva básica e universal. Nesses dois momentos, Foucault vê-se obrigado a aproximar-se de algo como um 'grau zero' do nível das funções enunciativas em si mesmas, domínio esse que sua analítica procura, entretanto, evitar (20), exatamente porque seu objetivo privilegiado é o desvio enunciativo característico de um *corpus* já constituído como tal. Seja como for, cabe lembrar que não há como caracterizar desvios sem assumir uma *medida* para sua 'aferação', ainda que implícita.

Em segundo lugar, trata-se do nível da 'materialidade

linguística', se a entendermos como SD. As dificuldades para dar-se corpo linguístico ao enunciado -- a começar pela quase ausência de exemplos na *Arqueologia* -- já foram objeto de comentários, tanto por parte de filósofos como DELEUZE (1986), quanto por parte de analistas como COURTINE (1981). Este último, procurando tornar essa unidade operacional para a análise linguística do discurso dos comunistas dirigido aos cristãos, na França da década de 1930, observou que seria possível tomá-la como uma espécie de invariante semântica quer de um dos discursos envolvidos, quer da **relação de interlocução** conflituosa e contraditória que se estabelece entre eles, baralhando assim os níveis da enunciação e do enunciado, e confundindo ou ultrapassando os limites do discurso individualizado pela alternância de sujeitos da enunciação, mesmo quando esses sujeitos são concebidos não como pessoas, mas enquanto instituições como a Igreja e o P.C.F.

Seja como for, lembrando a preocupação de OSAKABE (1979; p. 10-21), no sentido de definir o objeto discursivo (por oposição ao sistema da Linguística imanente) em termos tanto de sua natureza quanto de sua extensão, eu diria que o enunciado arqueológico determina e explicita, por conta das funções enunciativas nele implicadas, a natureza discursiva da materialidade linguística que ele recorta, mesmo que -- como no único e por isso mesmo célebre exemplo da *Arqueologia* -- essa materialidade se resuma à sequência A-Z-E-R-T das letras de uma máquina de escrever, tais como copiadas, e portanto **enunciadas**, num manual de datilografia. Da mesma forma, os limites da 'escrita de si', no momento genealógico, fixam um 'nível ótimo'

de análise para a consideração da organização e do funcionamento internos dos textos ora autorais ora anônimos que Foucault examina na **História da sexualidade**, garantindo uma natureza efetivamente discursiva aos recortes eventualmente operados em sua superfície. Nem por isso, entretanto, a questão da SD é abordada enquanto tal.

Sendo assim, "fazer funcionar a perspectiva foucaultiana" em meu trabalho implicará, antes de mais nada, num 'recuo' e num 'avanço': para fazer aproximações e comparações entre minhas análises enunciativas e as da arqueologia e da genealogia com alguma legitimidade, será preciso 'recuar' ao 'grau zero', para encontrar parâmetros comuns (**medida**) para a comparação: em primeiro lugar, entre o **Diário** e o **Manual** reunidos num mesmo corpus: em segundo lugar, entre esse corpus e os corpora pressupostos pela analítica foucaultiana. E, para que as SD de meus dois textos-objeto possam ser descritas em sua individualidade e em sua organização interna, será preciso 'avancar' até a materialidade linguística.

Em resumo: para não entrar em contradição teórico-metodológica com a arqueologia e a genealogia do discurso de sexualidade, beneficiando-me delas como teorias possíveis das CP dos discursos que analiso, precisarei, antes de efetuar as descrições que pretendo, situar-me num nível de análise 'intermediário', pressuposto em ambas as regiões teóricas, nível esse constituído pelas formas e funções -- ou, mais precisamente, pelas formas-funções -- do discurso, sempre entendido como prática linguística constitutiva do social.

Essa é, assim acredito, a questão do gênero, tal como elaborada no contexto da teoria da enunciação de Bakhtin. Por isso mesmo, é esse o tema do próximo capítulo.

Cap. 2

Formas e Funções no Discurso: a Questão do Gênero

"Para trabalhar a categoria do discurso, é preciso ser linguista e deixar de sê-lo, ao mesmo tempo."

J.-J. Courtine. "La touche de Clémentis".

2.1. Preliminares

A pergunta que está na origem desse nível de análise constituído pelas formas e funções do discurso pode ser formulada nos seguintes termos: -- Afinal, o que é o discurso enquanto **fato de língua**, e não apenas como acontecimento histórico? Responder a esta questão é responder a outras duas: -- O que pode haver de comum e invariável, e **nesse sentido**, 'transcendente', aos acontecimentos discursivos enquanto tais? Que propriedades gerais -- ou mesmo universais -- e que instrumentos ou mecanismos formais é preciso atribuir ao discurso, para que seja possível descrever **qualquer** acontecimento discursivo possível?

Por mais bem determinado e previamente delimitado que venha a ser seu objeto empírico, o analista é obrigado a defrontar-se com questões desse tipo. Em outras palavras, é levado a imaginar, na esteira de BARTHES (1953), algo como um 'grau zero' do discurso, destinado a constituir-se como seu objeto teórico. Em consequência, um esboço de 'teoria geral do discurso' estará implicado em toda e qualquer análise. As já tradicionais 'considerações teóricas preliminares', em trabalhos da área, são, nesse sentido, bastante representativas do que estou dizendo.

Em qualquer resposta articulada pelo analista, uma vez que é necessário caracterizar a **especificidade linguística** do discurso como prática socialmente regulada, a **enunciação** acaba desempenhando, tanto quanto na analítica foucaultiana, um papel

central, de categoria-chave. É por referência à enunciação -- como ato ou interação social, como 'aparelho formal', como conjunto de funções, como efeitos de sentido possíveis (retórica) etc. -- que faz sentido conceber o discurso fora de sua dimensão de acontecimento.

Como já reporte na introdução a esta 'Primeira Parte', as respostas que procurei articular ao fazer minhas análises enunciativas preliminares foram buscadas na 'Linguística do discurso' (21), onde esse tipo de reflexão tem sido mais desenvolvido. Mas restringiram-se aos limites bem mais estreitos de meu projeto. Não procurei -- nem poderia mesmo fazê-lo -- definir exaustivamente e de uma vez por todas o que são e quais são as formas e funções do discurso. Minha intenção de imaginá-las enquanto tais decorreu da necessidade de dar a minhas análises uma direção e um 'horizonte' diferentes dos da analítica foucaultiana, beneficiando-me, entretanto, de sua perspectiva. Nesse sentido, imaginar o 'grau zero' do discurso é tomar como objeto teórico algo que parece recuar a cada passo dado em sua direção, uma vez que a generalização e/ou a tendência universalizante que nesse momento se experimenta é paradoxalmente *ad hoc*. Como diz COURTINE (1983), no trecho que tomei como epígrafe deste capítulo, o analista de discursos precisa 'ser linguísta' (caminhar em direção a uma teoria geral/universal do discurso) e 'deixar de sê-lo' (ser fiel ao que há de único em seu corpus).

Por isso mesmo, meu movimento será duplo. Em primeiro lugar, retomando rapidamente a discussão foucaultiana sobre as unidades de análise, estabelecerei correspondências possíveis

entre sua maneira de conceber e trabalhar o discurso e a da Linguística, particularmente no que diz respeito à maneira pela qual uma análise efetivamente discursiva -- e compatível com a arqueologia/genealogia -- deve conceber a questão da materialidade linguística. Em seguida, tomo a teoria da enunciação de Bakhtin como referência para imaginar o 'grau zero' do discurso. Como uma espécie de síntese resultante desse duplo movimento, discuto a questão do gênero, que me parece constituir a unidade por excelência desse nível de análise em que minhas análises se situam. Nesse momento, argumento em favor da teoria do gênero de BAKHTIN (1953) como a mais indicada para articular os territórios teóricos distintos que aqui se cruzam, podendo funcionar como uma espécie de 'embrayeur' que leva a água de uma região para o moinho da outra.

2.2. A 'analítica do discurso', as unidades de análise e a enunciação

Como já pude mostrar no capítulo anterior, uma concepção teórica -- no sentido de não ingênua -- das formas e funções do discurso está implicada nos dois momentos da analítica foucaultiana: no momento arqueológico, a "função enunciativa" é elaborada na forma dos "espaços" que "circundam" -- melhor seria dizer: **circunscrem** -- os enunciados de uma FD. E a forma é apresentada (ou ao menos está implicada) como a materialidade do enunciado, ou seja, como a sua invariância semântica e sintática

(22). No momento genealógico, forma e função, tais como se pressupõem reciprocamente no discurso circunscrito a uma ordem moral, vêm configuradas naquilo que se pode efetivamente considerar como gêneros: a 'escrita de si' e a enunciação das leis do código moral, ou seja, a 'receita'. Como pretendo eu mesmo situar-me exatamente nessa perspectiva, ao final do capítulo, reservarei minhas considerações sobre a questão para o momento oportuno. Voltemos, portanto, à questão do enunciado arqueológico.

Como unidade radicalmente discursiva, o enunciado só pode ter como forma linguística (ou mesmo como 'forma lógica') algo que a função enunciativa literalmente 'promova à existência' (23).

O interesse da análise recai, portanto, exatamente sobre aquilo que aí se cria, assim como sobre os mecanismos dessa criação. Vale a pena, portanto, retomar rapidamente as funções enunciativas tais como são apresentadas por FOUCAULT (1969).

Tomado como conjunto de 'posições de sujeito', o enunciado põe em evidência uma dimensão do discurso que, no domínio da Linguística, tem sido discutido quer como a "intersubjetividade" (BENVENISTE, 1966 e 1974), quer como o "dialogismo" (BAKHTIN, 1929 e 1953) da linguagem.

Ao abordar tais 'posições de sujeito', Foucault centra sua atenção nas relações que o "autor da formulação" -- ou seja, o indivíduo real que profere o discurso, e que Benveniste chama de "sujeito da enunciação" -- pode manter com aquilo que enuncia. Nesse sentido, para ambos os autores, o indivíduo, ao assumir o discurso, se faz necessariamente sujeito. As 'posições de

sujeito' do enunciado arqueológico constituem uma "teoria" das modalidades de subjetividade que o discurso elabora no espaço de uma FD, e que o sujeito da enunciação pode assumir. Parafraseando Benveniste, o locutor mobiliza, então, não a língua, diretamente, mas o discurso, ou seja, o jogo em suas regras, cujas peças a língua, no sentido que a Linguística lhe dá, proverá. Como nenhum desses papéis é criação do locutor, mas possibilidades dadas pela FD, a(s) posição(ões) de sujeito que caracteriza(m) um enunciado só pode(m) ter validade no espaço da intersubjetividade, tanto no sentido de que seu valor será diferencial (uma posição determinada será, de alguma forma, o que as outras não são) quanto no sentido de que todo e qualquer papel discursivo só pode funcionar como um padrão determinado de interlocução. Dito em outros termos: um papel precisa não só ser assumido pelo 'autor da formulação', mas ainda reconhecido como tal pelo interlocutor, ou seja, pela comunidade discursiva pressuposta pela FD (V. MAINGUENEAU, 1987; pp. 53-56). Por isso mesmo, os papéis movimentam-se num espaço que só pode ser visto como de conflito e negociação entre sujeitos (em ambos os sentidos da palavra), assumindo assim um valor estratégico e retórico.

Visto no seu espaço adjacente, o enunciado aponta para uma 'sintaxe' especificamente discursiva. Se o enunciado funciona e 'faz sentido' no interior de uma FD, é também porque está numa relação de 'coexistência' com os demais, é porque faz parte de "toda uma rede verbal" (1969; p. 122), uma "trama complexa" (p. 123) que pode ser bem traduzida pela noção de interdiscurso. Abordar um discurso numa perspectiva compatível com a da

arqueologia implica, portanto, assumir radicalmente a heterogeneidade enunciativa, nos termos de AUTHIER (1982b e 1984). A forma linguística terá então que ser encarada pelo analista como um 'tecido' composto das formas de outros discursos de uma FD. Nesse sentido, toda forma linguística encarada discursivamente constitui um 'texto'.

Do ponto de vista de seu correlato, o enunciado foucaultiano estabelece tanto a pertinência quanto a forma mais adequada para tratar o tema (24) numa análise discursiva. Se na arqueologia o 'tema' é inseparável da FD de que participa, nada impede que, mesmo a hipótese de uma FD estando provisoriamente em suspenso em minhas análises, eu atribua os conteúdos que localizarei no Diário e no **Manual** a um 'tema' dado por um conjunto de CP a serem esclarecidas a **posteriori**.

Por fim, o "estatuto de coisa" do enunciado arqueológico alerta o linguista para o fato de que a individualização de um enunciado, sua identidade, enfim, seu caráter de **unidade**, é dada socialmente, pelas instituições que definem seus "esquemas de utilização". Decidir se um fragmento de discurso, qualquer que seja sua estrutura gramatical, é ou não um enunciado, ou ainda, se dois ou mais fragmentos são ou não repetição do mesmo enunciado, é algo que compete exclusivamente ao controle social exercido sobre a produção e a circulação da palavra. Por outro lado, seja qual for o recorte linguístico operado pelas instituições, o certo é que o enunciado é também materialidade linguística, ou, em outros termos, é sempre um texto de certas dimensões, ou, ainda, uma SD delimitada. Levando isso em conta, pode-se dizer que o enunciado arqueológico funcionaria, para o

linguista, como um conjunto de instruções relativas a como ele deve observar a SD para produzir descrições efetivamente discursivas de tais textos (25).

Resumindo: o que uma análise linguística teria que reproduzir em seu próprio âmbito para que seu objeto fosse considerado numa perspectiva compatível com a da arqueologia, ainda que de certa maneira percorrendo um sentido inverso, ou seja, partindo de discursos "isolados" e buscando suas possíveis CP, seria: a pertinência dos temas (principalmente se parecerem 'típicos'), dos papéis interlocutivos (relação do sujeito com o objeto discursivo e com o alocutário), do interdiscurso e do contexto histórico e/ou institucional na descrição e análise da organização interna do discurso (texto/SD). Em outras palavras: o analista deve abordar os discursos individuais de que se ocupar num nível de análise como o do gênero, em BAKHTIN (1953).

2.3. Bakhtin: discurso, enunciação e gênero

Sem nenhum compromisso com a analítica foucaultiana -- e evidentemente em total desconhecimento dela -- BAKHTIN (1929 e 1953) desenvolveu uma 'filosofia da linguagem', uma 'linguística da enunciação' e uma 'teoria do gênero' perfeitamente compatíveis com a arqueologia e, em particular, com a genealogia. Por outro lado, esse variado mas perfeitamente articulado conjunto de reflexões sobre a linguagem como prática

social adiantou e/ou desenvolveu autonomamente muito do que a Linguística do discurso e a própria AD elaboraram. Todo o seu trabalho teórico pode ser entendido como um esforço coerente e disciplinado para construir: a) uma concepção de linguagem radicalmente oposta às dos paradigmas disponíveis à época, e capaz de trabalhar um objeto linguístico complexo e heterogêneo como o discurso; b) um instrumental analítico capaz de restituir às unidades linguísticas seu caráter necessariamente discursivo ou 'enunciativo'; c) um nível de análise em que as formas e funções da enunciação possam ser adequadamente descritas. Desse ponto de vista, sua teoria da enunciação é ao mesmo tempo uma teoria 'linguística' e um instrumento para a abordagem dos materiais de interesse da analítica foucaultiana. Convém, portanto, retomar o caminho bakhtiniano, explicitando, sempre que desejável, os aspectos que lhe permitem desempenhar o papel de 'embrayeur' entre regiões teóricas diferentes.

Em seu texto de 1929, Bakhtin concebe a enunciação como uma forma de atividade (um ato), destacando sua natureza interacional e/ou social e sua estrutura necessariamente 'dialogica'. Depois de criticar tanto o 'subjetivismo individualista' da linguística vossleriana quanto o 'objetivismo abstrato' de Saussure, Bakhtin propõe que se tome exatamente a enunciação como o objeto de uma nova linguística. O quadro epistemológico em que inscreve sua 'linguística da enunciação' é o da sociologia marxista, particularmente no que diz respeito à 'teoria da ideologia', que em Bakhtin assume o estatuto de uma teoria do simbolismo, particularmente do

simbolismo linguístico.

Coerentemente, a 'apropriação individual' da língua, que tanto preocupou Benveniste e que está de fato implicada em todo ato de enunciação, é deixada em segundo plano:

Em um determinado momento, o locutor é incontestavelmente o único dono da palavra, que é então sua propriedade inalienável. É o instante do ato fisiológico de materialização da palavra. Mas a categoria de propriedade não é aplicável a esse ato, na medida em que ele é puramente fisiológico (1929, p. 113; os grifos são meus).

Como consequência, a concepção de sujeito e de interação linguística, implicadas na teoria bakhtiniana da enunciação, assumem um caráter decididamente social ou mesmo sociológico:

Com efeito, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos socialmente organizados e, mesmo que não haja um interlocutor real, este pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor (Op. cit., p. 112; os grifos são meus).

Num certo sentido, o caminho é inverso ao de BENVENISTE (1966 e 1974), ao menos no que diz respeito aos artigos de 1968 e 1969 (26). Não é o sujeito ou mesmo a intersubjetividade que são vistos como condição de possibilidade da vida social, mas ao

contrário, a vida social é que está por inteiro pressuposta e investida nos verdadeiros 'átomos' que cada ato de enunciação constitui:

A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir de seu próprio interior, a estrutura da enunciação (Op. cit., p. 113; os grifos são meus).

Portanto, esse dois níveis da vida social -- o 'mais imediato' e o 'mais amplo' -- não determinam apenas a **estrutura** dialógica da enunciação, mas também seu **funcionamento**, marcando inclusive a sintaxe do enunciado. Além disso, o sujeito de uma enunciação é, antes de tudo, sujeito de/numa formação social.

Apesar desse 'sociologismo', a relação entre a língua e a vida social, em Bakhtin, não é de determinação unilateral. Ao abordar a questão semântica do ponto de vista enunciativo, o autor a formula como uma pergunta: "Como conciliar a polissemia da palavra com sua unicidade?"; e afirma que "esse problema só pode ser resolvido pela dialética" (Op. cit., p. 106). Como determinação social, o sentido é essencialmente polissêmico (**tema**), em decorrência direta do conflito (ou da 'luta de classes') que é constitutiva da vida social; como fato de língua, é unívoco, porém potencial e abstrato (**significação**):

O tema é um **sistema de signos dinâmico e complexo**, que procura adaptar-se adequadamente às

condições de um dado momento da evolução. (...) A significação é um aparato técnico para a realização do tema (Op. cit., p. 129; os grifos são originais).

Antagônicas, uma coisa não pode existir sem a outra, e sua síntese é realizada na instância concreta de enunciação.

No que diz respeito a essa concepção de discurso em que o social (e portanto também o político) e o linguístico se implicam reciprocamente, fundando a categoria de sujeito, Bakhtin prefigura uma perspectiva teórica que em muito se aproxima de Foucault, especialmente o da genealogia. Se parece algo mais distante da arqueologia é apenas porque embora tematize o saber como um produto do jogo discurso/poder, chegando mesmo a prever um tipo específico de análises discursivas que tomariam como objeto a evolução semântica como um correlato (27) da evolução da concepção de verdade numa determinada sociedade (v. Op. cit., p. 194), não procurou, a partir do reconhecimento das funções enunciativas básicas, criar um campo de imanência discursiva do tipo da FD. Como veremos, em Bakhtin, esse campo será o do gênero.

Contrastada a uma teoria da enunciação como a de Benveniste, a de Bakhtin aparece, de um lado, como uma reflexão comprometida com um ponto de vista explicitamente historicista, enquanto a outra movimenta-se essencialmente no espaço do 'fundamental', referido, sem dúvida, a um nível 'histórico', mas independente e anterior a ele; de outro lado, surge como mais 'radical', do ponto de vista epistemológico, não só porque

rompe explicitamente com o paradigma saussureano, mas também porque não reduz o funcionamento da enunciação ao seu aparelho formal.

Ao mesmo tempo, a ênfase dada à materialidade linguística e à 'gramática' discursiva o aproximam de Benveniste. Bakhtin não parece ter-se interessado pelo aparelho formal da enunciação enquanto tal e na sua globalidade; mas certamente, já nesse seu texto 'inaugural', procurou estabelecer o gênero -- ou uma tipologia discursiva de base enunciativa -- como base para a análise das formas linguísticas, a frase inclusive. Trata-se, então, de uma contribuição à 'gramática da enunciação' que se estende a unidades maiores e mais complexas (ou simplesmente de natureza não exclusivamente distribucional) que as do léxico e as da sintaxe tradicional.

Cabe lembrar, ainda, que, em decorrência de seu sociologismo, Bakhtin incorpora à sua reflexão o conceito de condições de produção do discurso, implicado em sua afirmação de que as situações sociais imediatas e mediatas determinam a estrutura do ato de enunciação e o sentido efetivo do enunciado. E ainda termina por considerar o semantismo do enunciado como efeito de sentido:

A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da interação do locutor e do receptor, produzido através do material de um determinado complexo sonoro. É como uma faísca elétrica que só se produz quando

há contato dos dois pólos opostos.

Nesse sentido, sua teoria da enunciação é já o esboço de uma análise geral do discurso, embora ainda não seja, dado o seu caráter programático, um modelo de análise ou mesmo uma 'analítica' plenamente concebida, já que lhe faltam também as necessárias referências ao **corpus**. Chega entretanto a adiantar alguns princípios metodológicos que invertem a direção da análise tradicional da produção linguística, atribuindo às CP do discurso um caráter explicativo da forma linguística:

... a ordem metodológica para o estudo da língua deve ser o seguinte:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realizam.

2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados, em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se prestam a uma determinação pelo verbal.

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.

É nessa mesma ordem que se desenvolve a evolução real da língua: as relações sociais evoluem (...), depois a comunicação e a interação verbais

evoluem no quadro das relações sociais, as formas dos atos de fala evoluem em consequência da interação verbal e o processo de evolução reflete-se, enfim, na mudança das formas da língua (p. 124).

2.4. Uma teoria do gênero

O ponto de partida da teoria do gênero de BAKHTIN (1953) é o conceito de "uso da língua" e a idéia, sempre presente em sua obra, de que "as diversas esferas da atividade humana estão todas relacionadas com o uso da língua". Na base, portanto, de sua discussão relativa ao conceito de 'gênero do discurso' está sua teoria da enunciação.

No que parece ter de exclusivamente 'linguístico', o uso da língua se dá através de **enunciados** (orais e escritos) concretos e singulares que **pertencem** aos participantes de uma ou outra esfera da **praxis** humana. Desse ponto de vista, o enunciado é uma materialidade linguística necessariamente correlacionada a uma determinada atividade, incluindo aí, portanto, seus participantes ou protagonistas. E, semelhantemente ao que ocorre na arqueologia foucaultiana, caracteriza-se por uma espécie de **exterioridade constitutiva**.

Os enunciados **refletem** -- em seu 'conteúdo' ('tema') e em seu 'estilo' -- as condições [de produção] específicas e o

objeto de cada uma das esferas de atividade humana. Enquanto materialidade linguística, portanto, o enunciado é constituído por um tema e um estilo, definido, nesse primeiro momento, como dizendo respeito à "seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua" (28), além da "composição" e da "estruturação". Tema, estilo e composição estão, por isso mesmo, indissolivelmente vinculados na totalidade do enunciado. Isso significa assumir que o enunciado é uma diegese, e que as três 'partes' que o compõem estabelecem, portanto, certas relações necessárias entre si. Por outro lado, não só o enunciado como um todo mas cada uma dessas suas componentes é determinada pela especificidade de uma certa esfera de comunicação.

Por todas essas suas características, o enunciado é uma individualidade. E é a partir dessa individualidade que BAKHTIN define, num procedimento certamente tributário de seu método dialético, a 'generalidade do gênero':

... cada esfera do uso da língua elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, a que denominamos gêneros discursivos.

Os gêneros são portanto unidades linguísticas complexas, gerais e abstratas, socialmente elaboradas a partir de unidades mais primárias, os enunciados individuais, particulares e concretos. Desde já, portanto, enunciado e gênero se diferenciam e se identificam: o enunciado está no [dentro do] gênero, que ao mesmo tempo repele e amplia suas características. Esta, talvez,

seja a razão pela qual Bakhtin frequentemente se reporte a ambas as noções como equivalentes, alternando o uso dessas expressões em muitos comentários. Ao mesmo tempo, o gênero parece funcionar como um quadro ou um repertório tradicional **dentro** ou a partir do qual os enunciados ocorrem, de tal maneira que cada enunciado 'pertence a' ou 'é classificável' em um gênero.

Os gêneros do discurso caracterizam-se por uma "extrema heterogeneidade", o que impossibilita um enfoque único para seu estudo. Ao mesmo tempo, o reconhecimento de "traços comuns" aos diferentes gêneros permite a Bakhtin situar-se precisamente no nível teórico e analítico dessa "natureza **verbal** (linguística) comum" a todo e qualquer gênero. Atente-se, entretanto, para o fato de que Bakhtin não pretende erigir esse nível de análise num 'enfoque único' para a questão do gênero.

A mais básica das heterogeneidades que caracterizam o gênero é a diferença que Bakhtin estabelece entre gêneros primários e secundários.

Os primários, "geralmente orais", são mais simples, estabelecem uma relação imediata com a vida [e portanto com a situação de enunciação] e com o co-texto dialógico, constituindo usos linguísticos que, levando-se em conta o contraste estabelecido pelo autor com os gêneros secundários, parecem tender para a esfera do privado.

Os secundários, por sua vez, são "geralmente escritos" e "mais complexos". Essa complexidade deve ser entendida em dois sentidos distintos mas convergentes. Por um lado, os gêneros secundários "absorvem" e "reelaboram" os primários; nesse processo, coriam os vínculos imediatos com a vida que estes

possuíam, e, integrando-os numa nova diegese, tornam esse vínculo mediato, no sentido de que passa a estabelecer-se somente através da nova totalidade genérica. Nesse sentido, parece possível dizer que os gêneros primários, quando integrantes de um secundário, não correspondem mais a **usos**, mas sim a **mencões**. Por outro lado, os gêneros secundários devem sua maior complexidade ao caráter igualmente mais complexo de suas **condições de produção**.

Embora Bakhtin não seja muito explícito a respeito, os exemplos de gênero secundário que apresenta, já por sua postulada vinculação à escrita, permitem acreditar que pressupõem o aparecimento e desenvolvimento de certas instituições sociais. Sendo assim, a oposição primário/secundário parece tender a recobrir uma outra, **universal** (ou simplesmente presente em toda e qualquer cultura)/**particular** (restrito a certas épocas e/ou culturas).

Ao afirmar que a diferença primário/secundário é "extremamente grande e de fundo", Bakhtin qualifica os gêneros secundários, num breve e lacônico aposto parentético, como "ideológicos", o que dá a entender, muito surpreendentemente, que os gêneros primários não o seriam. Mas, como em seu texto de 1929, Bakhtin afirma que todo uso da língua é ideológico, e como, no presente trabalho, parece definir ideologia como "visão de mundo" (p. 250), -- não sendo portanto nada razoável supor que os gêneros primários (como o da conversação familiar, por exemplo) não impliquem alguma, -- me parece que a explicação para esse aposto algo enigmático deve ser buscada em outra parte. Arrisco supor que a intenção de explicitar o ideológico

apenas na caracterização do gênero secundário corresponde, na verdade, à intuição -- que um confronto das definições extensivas dos dois tipos básicos de gênero facilmente suscita -- de uma outra polaridade que oporia os gêneros: os primários parecem tender à esfera do privado, enquanto os secundários orientam-se para a do público. Se esse entendimento for correto, uma espécie de 'etnografia da fala' ou de 'antropologia do discurso' desenha-se no horizonte das investigações bakhtinianas. Se isso não constitui propriamente uma novidade em sua teoria da linguagem, sem dúvida confere às análises do gênero muito maior alcance.

De acordo com Bakhtin, a oposição primário/secundário, assim como "o processo da formação histórica" dos secundários,

lançam luzes sobre a natureza do enunciado (e antes de tudo sobre o complexo problema da relação recíproca entre a linguagem e a ideologia ou visão de mundo).

Essa é uma afirmação que permanecerá vaga, se não atentarmos para a longa segunda parte do texto, em que o enunciado é discutido em detalhes de muita importância para os meus interesses.

Seja como for, esses dois tipos de investigação -- sobre a natureza do enunciado e sobre a oposição primário/secundário -- têm "enorme importância" para a linguística, segundo o autor, já que todo e qualquer fato linguístico (29) é uma espécie de recorte operado pelo investigador na materialidade do enunciado

e, portanto, do gênero a que pertence.

Acredito que essa posição do autor não só completa a inversão metodológica já proposta em 1929 para as análises linguísticas *strictu-sensu*, como ainda revela uma unidade e/ou um nível de análise que estaria presente, mesmo quando não explicitados, em todo e qualquer corpus de qualquer análise de discurso possível, incluindo aí a arqueologia e a genealogia do discurso. Evidentemente, o valor e o lugar que as diferentes investigações linguísticas concederão ao gênero refletirão diferenças de objetivos, de pressupostos teóricos etc.; sem que entretanto a questão do gênero possa, em qualquer dos casos, ser considerada não pertinente.

É nesse momento que Bakhtin desenvolve sua reflexão sobre a 'estilística', ou mais precisamente, os fatos de estilo e a definição de estilo. O ponto de partida é a tese segundo a qual

... todo estilo [todo fato de estilo] está indissolavelmente vinculado com o enunciado e com as formas típicas de enunciado, ou seja, com os gêneros discursivos (p. 251).

A idéia que parece estar na base da definição bakhtiniana de estilo é a de que o enunciado e o gênero constituem o que eu chamaria de 'instâncias de individualização' do discurso.

Como tais, essas unidades discursivas estão, como que 'por definição', aptas a refletir, entre outras individualidades, a do falante. **Estilo individual** é o nome dado por Bakhtin a essa dimensão do enunciado e, por tabela, do gênero. Nessa qualidade

de **dimensão** do enunciado, o estilo individual estará necessariamente presente em todo e qualquer gênero. Por isso mesmo, os gêneros podem ser avaliados e classificados de acordo com sua maior ou menor permeabilidade a esse tipo de estilo, organizando-se em uma escala em que num dos extremos (o dos gêneros científicos, por exemplo) o estilo individual se restringiria a certos índices quase 'biológicos' do falante ou escritor, constituindo, nesse sentido, um mero epifenômeno, como diz Bakhtin; enquanto que em outros (os gêneros literários, por exemplo), o estilo individual faria parte da própria definição do gênero em questão.

Ao estabelecer essa diferença, digamos 'de grau' na permeabilidade dos gêneros ao estilo individual, Bakhtin utiliza uma expressão que me parece importante para operar, talvez à sua revelia, alguns critérios de diferenciação.

Nos gêneros pouco permeáveis, Bakhtin diz que um estilo individual "não faz parte da **intenção do enunciado**". A introdução dessa expressão parece corresponder a uma conceituação: os enunciados (e os gêneros) são **intencionais**, e portanto 'visam explicitamente' certos efeitos de sentido (o que leva a supor marcas ou signos específicos), entre eles o da 'individualidade', 'subjetividade' ou 'pessoalidade'. Ao mesmo tempo, a semântica de um gênero não se resume aos efeitos intencionais, estendendo-se até mesmo aos índices 'biológicos' da produção do discurso. Portanto, é entre a intenção marcada e o epifenômeno que parece movimentar-se a semântica do gênero, especialmente no que diz respeito a sua interpretação/recepção pelo ouvinte/leitor.

Mas a individuação de enunciados e gêneros comporta um nível maior de abstração, razão pela qual Bakhtin opõe a esse estilo individual um outro, denominado ora como 'geral', ora como 'funcional', ora como 'linguístico'.

Nesse ponto da discussão, Bakhtin afirma que entre o estilo e o gênero há um vínculo "orgânico" e "indissolúvel" que "se revela claramente no problema dos estilos linguísticos ou funcionais". E define os 'estilos funcionais' como "estilos genéricos de determinadas esferas da atividade e comunicação humana" (p. 252). Como são essas esferas as responsáveis também pelos enunciados e gêneros enquanto tais, tal definição só pode querer significar que entre a unidade diegética do gênero e a dos enunciados que os compõem, com seus respectivos estilos individuais, há uma instância 'intermediária' de individuação, constituída pelo 'estilo funcional', ou seja, pelas marcas linguísticas próprias de um gênero determinado.

É nesse momento, também, que Bakhtin apresenta o gênero como composto de um tema, um estilo e uma composição ou estruturação. É esse estilo 'genérico' (no sentido de parte ou "elemento" de um gênero), tão variadamente denominado ainda há pouco, que interessa o autor. Como parte de um todo, o estilo genérico ou funcional está "indissolúvelmente vinculado" ao tema e à estruturação. Ao que parece esse 'vínculo' constitui uma forma de **determinação**: o estilo "tem a ver" a) com o tema (o tema típico de um gênero como o diário íntimo, por exemplo, determinaria certos recursos linguísticos igualmente típicos, como o uso das formas de primeira pessoa remetendo necessariamente ao sujeito da enunciação); b) com a estruturação

(fórmulas típicas para abrir um diário, para concluí-lo etc.).

O tom geral dessa apresentação do estilo é, evidentemente, a mesma do gênero. Não surpreendem, portanto, nem a crítica endereçada às discussões e classificações habituais do estilo, nem a perspectiva apontada por Bakhtin, de tomar o gênero como princípio ou "unidade de fundamento" para a classificação dos estilos.

Uma das consequências da desconsideração do gênero na abordagem do estilo manifesta-se nas inadequações dos estudos de problemas de linguística histórica:

As mudanças históricas nos estilos da língua estão indissolavelmente vinculadas às mudanças dos gêneros discursivos (p.253).

Ao afirmar que a história do estilo **pressupõe** a do gênero, Bakhtin define o gênero como um verdadeiro **embrayeur** entre a história social (ou simplesmente a sociedade) e a história da língua. Chega mesmo a afirmar, ao final desse parágrafo, que nenhum fenômeno novo incorpora-se ao sistema da língua sem **antes** ter passado pela **prova** do gênero.

Como corolário das posições assumidas com respeito à questão do valor e importância do gênero como motor da mudança linguística [acredito que tanto no nível da 'língua nacional' quanto no da 'língua literária'] -- e portanto como princípio explicativo para a Linguística histórica -- Bakhtin afirma que "em cada época do desenvolvimento da língua literária [atentar para a restrição] são determinados gêneros que dão o tom" (p.

254). Desse ponto de vista, cada período da história da língua literária tem sua configuração genérica própria, o mesmo, me parece, podendo-se dizer para a língua nacional.

O fecho desse momento da discussão, é uma conclusão contundente e categórica a respeito das relações entre estilo (individual ou funcional) e gênero, de um lado, e história do estilo (e da língua literária) e história da língua, de outro: a questão metodológica de fundo seria sempre o problema do enunciado e dos gêneros discursivos.

Nesse momento de sua argumentação Bakhtin aborda um segundo tipo de "problema da linguística" em que o menosprezo pela questão do gênero teria levado a equívocos. Trata-se da questão da "gramática", tanto descritiva quanto normativa. Todo o esforço do autor converge no sentido de demonstrar que as duas unidades gramaticais por excelência -- a palavra e o sintagma ou a frase -- devem ser concebidas e analisadas na instância do enunciado [e portanto do gênero e do estilo] em que ocorrem. Análise gramatical (o ponto de vista do sistema) e análise estilística são momentos necessariamente distintos do estudo linguístico, mas não devem -- ou não podem -- ignorar-se reciprocamente, mas sim "combinar-se organicamente", com base na "unidade real do fenômeno linguístico". Manifesta-se aqui, mais uma vez, a extrema preocupação de Bakhtin (apontada por FARACO, 1988) com a consideração da totalidade, antes ou acima da análise parcial. E, nesse contexto, a totalidade é o enunciado e/ou o gênero (ou muito simplesmente o discurso), instância superior na qual as dimensões gramaticais e estilísticas da língua "convergem e se bifurcam". O passo seguinte será,

portanto, o desenvolvimento do conceito de enunciado, do qual depende o de gênero.

O ponto central desta segunda parte parece residir no esforço para definir rigorosamente -- em termos intensionais e extensionais -- o enunciado posto na base do gênero.

O ponto de partida, como de hábito, é uma reafirmação das posições teórico-metodológicas do autor, explicitadas através de uma polêmica com a linguística imanente tradicional. Contra esta última, Bakhtin postula, em primeiro lugar, o dialogismo da comunicação linguística, do qual decorre não só o princípio da alternância dos sujeitos nas diferentes situações ou instâncias de discurso como também o papel ativo que o ouvinte desempenha na comunicação, de tal forma que todo enunciado é uma espécie de 'materialização' ou produto de um duplo e recíproco movimento de sujeitos. Por outro lado, Bakhtin enfatiza o fato de que o discurso acontece como um jogo (inter)ativo marcado, num certo sentido, pela diferença e pelo conflito, e em que os papéis dos sujeitos -- resposta, contestação, participação, cumprimento são alguns dos exemplos listados -- estão marcados no próprio enunciado.

Bakhtin chama então a atenção para o fato de que essa espécie de 'drama' linguístico que todo discurso constitui acontece -- e portanto individualiza-se -- ao mesmo tempo como parte de uma situação ou atividade humana e como 'elo' de uma cadeia discursiva que o antecede e o segue.

Dessa apresentação inicial, polêmica e como que 'em negativo' do enunciado (contra as unidades puramente gramaticais da linguística imanente), Bakhtin deduz e aprofunda o que

denomina como os "traços distintivos" do enunciado. Antes de qualquer outro, é o princípio do **dialogismo**, nos termos já apresentados, que aparece como o traço distintivo por excelência, do qual pode-se dizer que Bakhtin deduz um a um os outros três que apresenta.

É com base nesse princípio que Bakhtin não só postula a **alternância de sujeitos** (ou a intercambialidade) como o primeiro traço distintivo do enunciado, como ainda 'tira' desse traço um critério que poderíamos chamar 'extensional' para a definição do discurso: ter-se-á um discurso (ou uma 'superfície discursiva', poderíamos dizer) sempre que se tiver "uma massa firme e estreitamente determinada" (p. 265), delimitada por **uma alternância de sujeitos**. E se a alternância cria um discurso individualizado, como efeito "externo", do ponto de vista "interno" constitui um **autor**,

... graças ao fato de que o sujeito discursivo (...), manifesta [nos enunciados] sua individualidade, mediante o estilo, visão de mundo em todos os momentos intencionais de sua obra (p. 264).

Desse ponto de vista, a análise de discursos poderá incidir quer sobre unidades decorrentes de alternâncias dadas imediatamente pela experiência (como em diferentes turnos conversacionais), quer sobre unidades delimitadas por alternâncias **pressupostas** entre tipos de sujeitos, como a obra de um **autor**, individualizada tanto por seu diálogo com o **leitor**

quanto pela **posição** que ocupa numa cadeia de discursos semelhantes e/ou diferentes.

O segundo traço distintivo do enunciado, de certa forma derivado do primeiro, é a **conclusividade**, que faz dele uma unidade global. Toda alternância discursiva pressupõe que o discurso 'contra' o qual um outro se levanta "disse (...) tudo o que em um momento dado e em condições determinadas quis dizer" (p. 265); é o **dixi conclusivo** do falante. Não se trata, aqui, de uma questão puramente semântica, já que o enunciado não é apenas uma globalidade de sentido, mas também o desempenho de um determinado papel e um ato de 'ceder a palavra'. Por isso mesmo, a conclusividade do enunciado manifesta-se, em primeiro lugar, pela possibilidade de resposta, de constituir-se como origem de uma réplica qualquer. E essa "totalidade conclusa" que todo enunciado representa determina-se, de acordo com Bakhtin, "por três momentos ou fatores que se relacionam entre si na totalidade orgânica do enunciado" (p. 266): a capacidade de **esgotamento do sentido do objeto** (tema) do enunciado, a **intencionalidade** ou vontade discursiva do falante (sujeito) e a eleição do **gênero** em que o enunciado estará inscrito. O que me parece mais interessante nesse momento do texto de Bakhtin é o laço estreito estabelecido por ele entre a totalidade e globalidade do enunciado, de um lado, e a intenção nele presente, que o autor só discute mais aprofundadamente na sequência do texto, como um terceiro e decisivo traço distintivo do enunciado. Esgotar um objeto de discurso, em termos absolutos, é algo que o autor reconhece como impossível; mas se esse objeto

... se converte no **tema** de um enunciado (por exemplo, de um trabalho científico), adquire um caráter **relativamente conclusivo** [grifo meu], em determinadas condições, em um determinado enfoque do problema, em um material dado e em relação aos propósitos do autor, ou seja, dentro dos limites da **intenção do autor** (p. 266).

Pode-se dizer, então, que o limite da exaustividade de um enunciado é sua intenção, o que vale igualmente para o gênero, não só porque a natureza do gênero repete a do enunciado, mas também porque a eleição de um gênero também é fruto da intencionalidade. Nesse sentido, o traço da conclusividade é uma espécie de consequência tanto do princípio da alternância quanto da intencionalidade. Daí sua dimensão extremamente variável, sua heterogeneidade e sua agilidade, quando comparados com unidades linguísticas como a frase e a palavra (p. 271).

O terceiro traço distintivo é, então, a expressividade, a "atitude do enunciado em relação ao próprio falante (o autor do enunciado) e a outros participantes da comunicação discursiva" (p. 275) (30). Na base de todo enunciado haveria um "compromisso (ou intenção) adotada pelo sujeito discursivo (o autor), dentro de uma certa esfera de sentidos" (p. 274). Mais ainda: essa 'atitude do enunciado' comportaria também um

... momento expressivo, ou seja, uma atitude subjetiva avaliadora, do ponto de vista emocional do falante, a respeito do conteúdo semântico de

seu próprio enunciado (p. 274).

Nesse sentido, ao contrário do que acontece com as unidades do linguista imanente, "um enunciado absolutamente neutro é impossível" (ibid.). Por outro lado, para Bakhtin, é essa 'atitude do enunciado' que determina os detalhes específicos de composição e estilo de um enunciado, o que significa que esses aspectos devem ser encarados antes de tudo como 'marcas' da expressividade do enunciado.

Como um fecho fundamental de toda sua 'teoria do enunciado', Bakhtin faz uma excelente discussão da exterioridade e da alteridade do enunciado, a qual podemos aproximar das modernas teorias da heterogeneidade (constitutiva e mostrada) do discurso.

A exterioridade diz respeito não só ao fato já mencionado de que o enunciado é delimitado por alternância de sujeitos (com o correlato interno da autoria), mas também porque sua superfície (a "massa firme e estreitamente determinada") está como que povoada de formas dos mais diferentes tipos (palavras, frases, enunciados inteiros etc.), oriundas de outros enunciados. Para entender o teor e o alcance dessas considerações, basta lembrar a discussão bakhtiniana do discurso referido, em **Marxismo e filosofia da linguagem**. Quanto à alteridade, é claro que já aparece de forma muito evidente nessa consideração do que num enunciado é, na verdade, de outro. Mas aparece também, e de uma forma mais completa, na apresentação que Bakhtin faz da orientação necessária do enunciado para um

outro. Correlato necessário do "autor", o "destinatário" é encarado como **parte** do enunciado, tanto quanto o autor. Não só se reafirma aqui o que venho identificando como a 'intersubjetividade' da teoria do discurso e do sujeito de Bakhtin, mas também essa heterogeneidade que faz do enunciado uma exterioridade e uma alteridade.

2.5. Gêneros e análise de discursos

Por todas as características que Bakhtin lhe atribui, o gênero pode ser encarado como uma espécie de 'unidade mínima' do discurso. Instâncias abstratas e gerais (ou mesmo universais) de individuação e unificação, os gêneros são, ao mesmo tempo, concretos, particulares, diversos (heterogêneos) e complexos. Neles e através deles, podemos observar quase 'ao vivo' a natureza paradoxal -- estrutural e histórica -- das práticas discursivas (31). E podemos, ainda, flagrar seu caráter estruturante e constitutivo da própria experiência humana.

Elaborar um discurso segundo os parâmetros de um gênero determinado é, necessariamente, construir duas **formas** de subjetividade, dois tipos de protagonistas do discurso: exatamente aqueles que o gênero em questão constitui como tais. Mais ainda: um gênero 'fixa' também um certo **padrão interacional** para seus protagonistas: cada papel só se define e adquire sentido na relação com o outro. No âmbito desse padrão

'genérico' é que será interessante observar o caráter autoritário, polêmico ou lúdico que, segundo ORLANDI (1981b e 1982), pode estar na base de um tipo determinado de discurso. Da mesma forma, assim como ORLANDI (1981b) afirmava que as regras conversacionais estariam como que regidas pelo tipo de interlocução instaurada no/pelo tipo de discurso em questão, podemos supor, com boa dose de razão, que os gêneros são o escopo mais imediato do funcionamento das 'leis do discurso'. Isso equivale a dizer que todo gênero envolve, entre outras coisas, uma ética própria.

Por outro lado, podemos dizer -- muito embora Bakhtin não o explicitasse nesses termos -- que os gêneros pressupõem 'condições de felicidade' semelhantes às que, segundo SEARLE (1969), se manifestam num ato de fala qualquer, estruturando-o como tal.

Uma vez que cada gênero apresenta uma definição interacional e pragmática precisa, nos termos que explicitarei ainda há pouco, é constituído como tal por uma espécie de condição 'essencial'; na medida em que delimita uma temática própria, seu uso envolve algo da mesma natureza que as condições 'de conteúdo proposicional'; como tem um uso 'literal', -- em relação ao qual identificam-se utilizações 'paródicas', por exemplo -- podemos dizer que está sujeito a certas condições 'de sinceridade'; finalmente, como é preciso que certas condições do mundo estejam reunidas para que o seu uso tenha 'razão de ser', o gênero está submetido a um conjunto de condições semelhantes às que Searle denominou 'preparatórias'. Nesse sentido, um gênero nos põe diante de CP por ele mesmo previamente 'homogeneizadas'. Dizendo de outra forma: os gêneros são um

conjunto homogêneo de CP. Envolvem, portanto, uma espécie de categorização primeira da experiência social. Por todas essas suas características, os gêneros são aproximáveis dos 'jogos de linguagem' de WITTGENSTEIN (1953) e, tanto quanto eles, aparecem como 'formas de vida'.

Mas um gênero é também estruturante (e parte) da materialidade linguística do discurso. Cada gênero elabora suas próprias 'texturas', suas formas típicas de construção do texto. E mesmo os efeitos de sentido passam necessariamente pelo escopo do gênero, de maneira semelhante àquela pela qual o conteúdo proposicional de um enunciado só ganha efetividade e produz sentido nos limites da força ilocucional com que é proferido. Um gênero dado faz supor, assim, uma certa 'tipologia' de efeitos de sentido possíveis.

Os gêneros parecem funcionar, então, como um 'quadro' que limita e determina os tipos de recursos e/ou mecanismos de coesão e eficácia do discurso, contribuindo decisivamente para o que tenha de único -- ou de 'acontecimento' -- o discurso em questão. Ao mesmo tempo, por sua generalidade e plasticidade, 'trascendem' não só as condições imediatas de produção (nunca lhe são exclusivas nem se confundem inteiramente com elas) como ainda podem ser apropriados ou mobilizados das mais diferentes formas pelas condições mediatas de produção. Portanto, constituem ao menos em parte aquilo que o discurso possa ter de 'estrutural'.

Isso quer dizer que o Diário e o Manual terão sempre uma concrelude e uma dimensão históricas que os definirão como diário e manual de um certo tipo, de um certo autor, época etc.,

absolutamente particulares e mesmo únicos: analisados como tais, revelarão o acontecimento discursivo que constituem. Por outro lado, manifestarão algo como um 'estilo funcional' que será o responsável pelos traços de uma fisionomia geral comum a todo e qualquer diário ou manual. É o que veremos nos capítulos 3 e 4.

Finalizando tanto este capítulo quanto a Primeira Parte de meu trabalho, devo dizer que há uma diferença irredutível entre a primeira e a segunda partes.

Consequência das opções teóricas e metodológicas que definiram esse estilo particular de análise com que estou trabalhando, cada uma dessas partes desfruta de uma autonomia talvez excessiva. Não há propriamente uma 'aplicação' do instrumental estudado até aqui (gênero inclusive) às análises que seguem. Entretanto, como espero deixar claro na conclusão, o significado e o eventual alcance analítico de todo o trabalho pressupõem o arranjo ensaiado até aqui, por mais disparatado que possa parecer. Conto, portanto, com a boa vontade do leitor.

SEGUNDA PARTE

'Diário de Campo' de uma Análise

Preliminares: aos trancos e barrancos

Como venho dizendo desde o início, as análises que figuram nesta Segunda Parte são o resultado evidente de um caminho bastante tortuoso. Aos trancos e barrancos, da intuição ao instrumental teórico proveniente da Linguística do discurso e deste de volta à intuição, procurei ora identificar o mais claramente possível os efeitos de sentido que me interessavam, ora descrever mecanismos e funcionamentos que os explicassem.

Por isso mesmo, estas considerações preliminares não passam de uma espécie de 'etnografia' breve e sucinta dessas análises. Minha intenção foi a de explicitar -- talvez justificar -- o seu 'como' e seus muitos 'porquês', indicando assim como andaram costeando, sem o saber previamente, uma região analítica que não era outra se não a do gênero.

As primeiras aproximações do material tiveram o intuito de fazer como que um 'mapeamento enunciativo' da área discursiva coberta pelos textos.

Minha preocupação inicial, nesse momento, era recompor a 'cena enunciativa' de base. Procurei nos textos as marcas que evidenciassem o circuito de fala em que o discurso em questão estava inserido (no entroncamento de que interlocuções?), o contexto imediato (algumas vezes também o mediato) e as imagens do/no discurso -- ainda que, neste caso, sem a intenção de descrevê-las enquanto tais. A dimensão mais imediata e globalmente dialógica e/ou polifônica do discurso revelava-se

muito claramente aqui. Como consequência desse tipo de investigação, evidenciaram-se os **planos enunciativos** em que os discursos se organizavam, permitindo uma primeira visão discursiva 'de conjunto' dos materiais como um todo. Mais como um registro dos principais arranjos encontrados do que como uma categorização de 'tipos de discurso', recorri à tipologia discursiva estabelecida por SIMONIN-GRUMBACH (1976) com base exatamente na forma como o discurso trabalha em seu interior a oposição entre o plano de sua própria enunciação e o do enunciado.

Em seguida, a estrutura e o funcionamento dos discursos foram auscultados de três pontos de vista diferentes, mas estreitamente articulados entre si.

Antes de mais nada, os temas e sua composição no interior do texto. Daí a necessidade, manifestada logo de início, de percebê-los sempre em correlação com o tipo de força ilocucional predominante (SEARLE, 1979) e com o tipo de texto (narrativo, dissertativo, descritivo) em que ocorriam. Não se tratava, portanto, de entender o tema apenas como o "conteúdo informativo básico, fundamental, do texto" (BERNÁRDEZ, 1982), ou mesmo como o seu **aboutness** (van DIJK, 1978); tratava-se também -- e principalmente -- de entendê-lo nos termos de BARTHES (1982; p. 189), ou seja, como

... a unidade estrutural da tese (o discurso de idéias): o que é colocado, recortado, avançado pela enunciação e permanece como **a disponibilidade do sentido** (antes de ser, por vezes, seu fósil).

Ao lado do tema, e quase como consequência de seu levantamento sistemático, as análises evidenciaram também certos **mecanismos básicos de coesão e eficácia**, quer na macroestrutura global, quer, se assim se pode dizer, em macroestruturas 'locais', referentes a trechos ou momentos do texto. As diferentes maneiras de construir o texto (padrões identificáveis de 'textualidade') revelaram-se, ao mesmo tempo, como diferentes meios para produção de efeitos de sentido determinados. Nesse sentido, os mecanismos de coesão textual **são também** mecanismos de eficácia, uma e outra dimensões do discurso estando sempre e necessariamente associadas entre si.

Como que 'fechando' esse exame interno da organização discursiva, as análises detiveram-se nas **estratégias de relação** (GUIMARÃES, 1981), nas suas mais diversas dimensões e configurações. Todos os aspectos trabalhados anteriormente surgiram, aqui, como parte e/ou instrumento de um conjunto articulado de interações, com propósitos ao menos em parte claramente definidos. Daí seu caráter 'político' e/ou estratégico. Nesse momento da análise, portanto, é que tornava-se mais evidente o caráter de 'prática linguística socialmente regulada' de todo e qualquer discurso.

Só depois de percorrido todo esse percurso é que as semelhanças e dessemelhanças discursivas entre os materiais eram examinadas. Como desde o início revelou-se muito pouco provável a hipótese de uma contiguidade do tipo da que a FD propicia, o interesse dessas comparações tornou-se mais e mais 'heurístico'. Quero dizer com isso que aproximar esses discursos passou a ser uma tentativa sistematizada de **descobrir** o quê, neles, permitira

uma leitura aproximadora e, de alguma, forma, unificadora.

Nos termos de BAKHTIN (1953), devo dizer que meus esforços descritivos, circunscrevendo-se aos gêneros em questão, ativeram-se às suas principais dimensões. Procuraram, por exemplo, caracterizar **estilos**, fossem os individuais (mais que os dos autores, aqueles que individualizavam os discursos em sua singularidade), fossem os funcionais (a 'arquitetura' e o funcionamento gerais do diário e do manual).

Detectaram, ainda, diferentes tipos e níveis de **intencionalidade**. Como em Bakhtin, não se tratava de intencionalidades no sentido propriamente psicológico do termo, mas sim de mecanismos discursivos claramente articulados entre si na produção de determinados efeitos de sentido.

Em função dos limites que acabaram se fixando, essas análises permitiram explorar os principais **temas** dos discursos em questão de uma forma que posso classificar como exaustiva, uma vez que, no âmbito do gênero, em função de sua conclusividade, os temas estão 'fechados' e, nesse sentido, completos em si mesmos.

Por outro lado, lembrando o quanto as análises feitas apontavam para o(s) protagonistas(s) do discurso no ato mesmo de sua encenação/enunciação, posso dizer que a **expressividade** do gênero revelou-se muito claramente na 'dramaticidade' dos discursos. Aliás, posso mesmo dizer que um fator interessante de contraste entre os dois discursos/gêneros descritos consistiu exatamente num uso mais elaborado e consciente da expressividade no Diário. Seja como fôr, em ambos os casos, o discurso construía-se teatralmente, lembrando e referendando a concepção

que Ducrot tem do ato de enunciação.

Completando o espaço delimitado pelo gênero: uma vez que as análises não só tiveram como início a orientação dialógica dos discursos, como ainda terminaram por remeter a elas depois de 'prontas', numa espécie de torna-viagem, entendo que tocaram a exterioridade e a alteridade que, de acordo com Bakhtin, são constitutivas de todo e qualquer gênero.

Como fecho às aproximações que acabo de estabelecer, devo dizer que, apesar de minhas análises terem permanecido no nível do gênero, não há, em nenhum momento dos próximos capítulos, uma discussão sistemática e/ou exaustiva sobre o que seja um diário ou um manual, uma vez que meus interesses mais imediatos não eram os gêneros enquanto tais. Há apenas uma descrição discursiva do Diário e do Manual, descrição essa que só recorre ao que poderia ser uma teoria geral do diário ou do manual quando se faz estritamente necessário remeter a esse nível uma particularidade qualquer de suas estruturas e/ou de seus funcionamentos. Nesse sentido, posso dizer que meu interesse residiu mais no que cada um desses discursos tem de acontecimento do que possa revelar de uma determinada estrutura.

Talvez por isso mesmo, não há, nas próximas páginas, uma rígida homogeneidade de tratamento, na passagem de uma análise a outra. Antes busquei, num arsenal comum de instrumentos possíveis, aqueles que cada discurso parecia pedir. Mesmo o nível de detalhamento das análises difere, refletindo o grau maior ou menor de complexidade e interesse que reconheci em cada um dos materiais.

Uma escolha 'estilística' (no sentido que venho dando ao termo desde a Primeira Parte) inspirada no comentário de BARTHES (1975, p. 171):

O **corpus**: que bela idéia! Sob condição que se leia no **corpus** o **corpo**: quer se procure, no conjunto dos textos retidos para o estudo (e que forma o **corpus**), não mais somente a estrutura, mas as figuras da enunciação; quer se tenha com esse conjunto alguma relação amorosa (na falta do que o **corpus** não é mais do que um imaginário científico).

CAPÍTULO 3

O "Diário completo" de um certo Lúcio Cardoso

"Por que razão concebemos o desejo de dar expressão a coisas que não podem ser ditas - e às vezes, conseguimos?"

Yukio Mishima. Sol e aço.

3.1. Os efeitos de sentido e suas condições de produção

Publicado postumamente em 1970, num empreendimento editorial provido de aparato destinado a conferir-lhe a solenidade de um oficial e definitivamente consagrador elogio fúnebre (1), o **Diário completo** é dividido em duas partes. A primeira cobre o período que vai de 14 de agosto de 1949 -- data em que o autor completava 37 anos e se via "princiando a envelhecer" -- a 2 de março de 1951, e conheceu publicação independente em 1961, sob o título de **Diário I**; ao que parece, vinha cercado de grande expectativa por parte do público leitor e da intelectualidade ligada às letras (2). A segunda parte, relativa ao período de 12 de maio de 1952 a 17 de outubro de 1962, só foi dada ao público no **Diário completo**, forma pela qual os editores decidiram apresentar as anotações 'diárias' do autor, dando assim ao conjunto um significado que talvez não se fizesse presente em publicações separadas das partes I e II. Aliás, a julgar por algumas declarações, a intenção de Lúcio Cardoso oscilou entre promover publicações independentes das duas partes:

Acho-me diante deste ano que começa, diante de dois compromissos que considero graves: a publicação de **O viajante (...)** e a do '**Diário II**', que aprofunda e amplia idéias expostas no primeiro (p. 289).

e dotar o conjunto de uma unidade marcada explicitamente:

Decisão de não publicar mais os meus 'Diários' senão em conjunto, e sob outro título -- provavelmente 'Itinerário de um Escritor' ou qualquer coisa do gênero (p. 298).

Construído como uma série datada de 1.027 fragmentos autônomos que à primeira vista ordenar-se-iam entre si apenas por fatores como a sucessão cronológica, a identidade do sujeito da enunciação e certas constantes estilísticas -- o 'tom poético' desses textos de prosa e suas semelhanças com o estilo do restante da obra do autor -- o Diário (como passo a designar o Diário completo) dá uma primeira impressão, que seu autor procura explicitar, e que a imaginada publicação em separado das duas partes teria acentuado, de que sua única ordem seria exatamente a desordem das emoções e dos sentimentos correspondentes a uma sucessão de circunstâncias várias, registradas por um temperamento instável, solitário e selvagem:

Às vezes, relendo essas desordenadas notas que escrevo ao sabor da inspiração, sinto a tristeza de supor tudo isto apenas um eco da minha solidão. E serão realmente sonhos, deformações de um homem que se sente irremediavelmente -- por que castigo, por que privilégio? -- fora de tempo? (...) Não criei esses sentimentos, não alimentei essas coisas como produto de estufa.

Tudo isto se resolve obscura e tumultuosamente dentro de mim, sem que eu saiba distinguir ao certo qual a sua forma definitiva, qual a expressão acabada de sua existência (p. 71).

Vistos em conjunto, esses 'registros da subjetividade' compõem, entretanto, não só um único e homogêneo clima de pessimismo (uma "crônica de gemidos", segundo o autor), como também uma imagem de si mesmo comovente e sedutora, e portanto bem definida e articulada. Nesse sentido, o essencial do trabalho de análise do Diário consiste em revelar a ordem ou o princípio de unidade que produz esse efeito de desordem e fragmentação.

Por outro lado, a 'confissão elíptica', que já na 'Introdução' referi como essencial para o resultado sedutor, cria uma nova instância de ordenação e unificação do texto: aquilo que o autor elide assume um perfil de 'inconfessável' que contamina de suspeitas todos os trechos de narrativa elíptica, conferindo a seus objetos um especial relevo, como se pode perceber pelas indicações do próprio autor:

Dentro de mim, sombra -- mas fria e calma. Fora, sombra onde cumpro os gestos que todos sabem. O que aprendemos, é como nos ocultar de um modo banal, como toda gente mais ou menos se oculta. O que ocultamos, é o que importa, é o que somos (p. 20; grifos meus).

A pergunta que pretendo responder neste capítulo, é, então, relativa ao funcionamento do poder de aliciamento desse discurso, que ao mesmo tempo desperta nossa curiosidade, cria empatia e estabelece cumplicidades.

Para chegar às respostas, é preciso trazer à cena a situação que deu origem a esse poder. Em outras palavras, é preciso, inicialmente, revelar as CP imediatas desse discurso. Evidentemente, não se trata de uma reconstituição histórica e/ou jornalística: não recorro a jornais da época, a depoimentos, críticas de terceiros etc.; restrinjo-me ao retrato -- certamente com retoques -- que o próprio Lúcio pintou, em seu texto, das circunstâncias em que produzia o Diário, e isso na medida em que é exatamente em sintonia com esse retrato que o autor afina sua escrita. As CP imediatas têm, portanto, um caráter antes de tudo imaginário, como PÊCHEUX (1969) previa.

Por isso mesmo, tomarei como referência para a explicitação das CP, além do próprio Diário, o "Depoimento", já referido na 'Introdução' e que transcrevo agora integralmente para facilitar a discussão.

Perguntar-me o que significa o 'Diário', é perguntar o que significa sua publicação, e portanto minha obra atual, começada com a 'Crônica da casa assassinada'. Que me perdoem o tom pessoal da afirmação, mas há momento em que a afirmação da verdade, da verdade TODA, é a única coisa possível, pelo menos se não nos considerarmos escritores.

O 'Diário', como a 'Crônica', como o 'O Viajante' que será lançado dentro em breve pela Livraria José Olympio, tem para mim, pessoa humana e não escritor, o significado de um formidável movimento de luta e de insubmissão contra esse elemento discordante, atroz e até mesmo atentatório à grandeza de Deus que se chama a minha infância, sua permanência, pelo menos no que ela tem de mais ilegítimo e de mais poético.

Meu movimento de luta, aquilo que viso destruir e incendiar pela visão de uma paisagem apocalíptica e sem remissão é Minas Gerais.

Meu inimigo é Minas Gerais.

O punhal que levanto, com a aprovação ou não de quem quer que seja é contra Minas Gerais.

Que me entendam bem: contra a família mineira. Contra a literatura mineira. Contra o jesuitismo mineiro. Contra a religião. Contra a concepção de vida mineira. Contra a fábula mineira. Contra o espírito judaico e bancário que assola Minas Gerais. Enfim, contra Minas, na sua carne e no seu espírito.

Ah, mas eu a terei, escrava do que surpreendi na

sua imensa miséria, no seu imenso orgulho, na sua imensa hipocrisia. Mas ela me terá, se for mais forte do que eu, e dirá que eu não sou um artista, nem tenho o direito de flagelá-la, e que nunca soube entendê-la como todos esses outros -- artistas! -- que afagam não o seu antagonismo, mas um dolente cantochão elaborado por homens acostumados seguir a trilha do rebanho e do conformismo, do pudor literário e da vida parasitária.

Ela me terá -- se puder.

Um de nós, pela graça de Deus, terá de subsistir.
Mas acordado.

3.1.1. O circuito de fala, a situação de enunciação e as imagens

No texto acima, o sujeito da enunciação do Diário é caracterizado como o Lúcio "pessoa humana", e não como o "escritor". Se nos lembrarmos que, nos termos de DUCROT (1984), o sujeito da enunciação está dividido em "locutor enquanto tal" (a "pessoa humana" de Lúcio) e "locutor enquanto elemento socialmente responsável pela enunciação" (no caso, o "escritor"), chama a atenção a inversão operada por Lúcio, em

relação ao que seria de esperar: é o "locutor enquanto tal" que ele pretende que seja responsabilizado pelo discurso do Diário, como se nele e na "minha obra atual" a participação do "escritor" fosse menos relevante. A circunstância que teria determinado essa inversão, possibilitando ao autor apresentar ao leitor a chave de leitura que considera mais adequada, é, parafraseando o texto, "o momento de afirmação necessária da verdade TODA". Esse momento, no Diário, aparece como aquele em que "a idade nos chega e principiámos a envelhecer" (p. 6), e o seu espaço e o da confidência e o da confissão. Lúcio atribui ao Diário, aqui, um caráter tão marcadamente confessional e confidencial e, num certo sentido, íntimo e privado, que faz sentido não só ser questionado sobre, mas ainda ter de justificar adequadamente sua publicação. O que está em questão é o antagonismo público/privado constitutivo de todo circuito confessional: enquanto exame de consciência e, nesse sentido, discurso de experiência pessoal vivida, a confissão diz respeito à esfera do privado; enquanto prestação de contas e declaração de arrependimento, assume um caráter público, apesar do segredo que pode eventualmente reivindicar.

Esse caráter confessional do Diário estabelece, se atentarmos para os comentários do "Depoimento", uma rede interlocutiva, em torno ao sujeito da enunciação, que se estende em cinco direções diferentes.

Antes de mais nada, aparece uma interlocução consigo mesmo: corresponde à relação com "minha infância". O que caracteriza essa interlocução é o conflito e a oposição, a rebeldia da "pessoa humana" contra o "escritor" e do adulto que "princípio a

envelhecer" contra sua própria infância. O pomo da discórdia é a "verdade TODA", ou seja, em termos existenciais, a autenticidade, o valor e o alcance das experiências e projetos pessoais. E a aberta polêmica consigo mesmo é então instaurada.

Uma segunda interlocução se estabelece com o que o "Depoimento" chama de "Minas Gerais". Se atentarmos para a especificação feita pelo autor, torna-se claro que esse interlocutor é uma sociedade patriarcal e mercantilizada, uma literatura menor, bem comportada e satisfeita de si, uma religiosidade ao mesmo tempo preguiçosa e intolerante e, enfim, uma moral burguesa e hipócrita, tudo isso compondo o perfil da Minas Gerais que o próprio Lúcio viveu quando criança. O conflito e a polêmica são levados ao seu extremo, e o adversário é o inimigo numa luta fatal da qual apenas um -- o porta-voz da verdade -- sobreviverá. Se é verdade que os diferentes aspectos de "Minas Gerais" unificam-se num mesmo clima moral e num mesmo perfil de adversário a combater, é também verdade que sua natureza é múltipla, possibilitando interlocuções específicas.

Pelo relevo que assume no Diário, é possível dizer que a "religião mineira" constitui um terceiro interlocutor, agora mais vasto e mais perigoso, na medida em que inclui os "católicos coléricos" ou "de espada desembainhada" cuja arrogância de donos da verdade, representantes legítimos e exclusivos da ortodoxia católica e salvadores do mundo o autor repudia, no Diário (p. 154).

Um quarto interlocutor é constituído pelo leitor e/ou pela opinião pública hegemônica. No Diário, esse interlocutor aparece seja em referências explícitas a algum amigo que tendo lido algo

do texto questiona o autor, seja em alusões a opiniões correntes que se chocam contra as que são ali sustentadas:

A opinião de J., a quem confiei êste Diário, paralisou-me durante algum tempo. Volto agora, não com o objetivo de realizar qualquer espécie de ideal literário, mas apenas por uma... vamos dizer, uma disciplina do espírito, já que carecemos de alguma, por mais leve que seja (p. 122).

No "Depoimento", é essa interlocução com o leitor que predomina, fixando-o na posição de espectador e jurado da contenda fatal. É a compreensão e a adesão desse leitor que Lúcio persegue no Diário:

Só um gênero de coisas é que não pode ser dito: o que atenta contra a nossa própria pessoa. É pelo outros que somos sagrados (p. 235).

Por fim -- mas certamente não menos importante -- há ainda a interlocução com Deus. É Ele o árbitro supremo, reconhecido como tal por todos os participantes desse circuito de fala. Ao mais justo, ao mais verdadeiro, concederá a Graça da lucidez definitiva e da salvação.

3.1.2. A rede interlocutiva do texto e seus gêneros

Dois são os registros, nesse circuito de fala híbrido. O primeiro é laico, e situa-se entre o confidencial (“como quem faz confidências no fundo de um bar”: p. 6) e o jurídico (como quem depõe e protesta como réu diante de um tribunal), e tem como interlocutores o leitor e a opinião pública. O segundo é religioso, confidencial, e dirige-se a Deus, à religiosidade mineira, aos católicos coléricos e a si próprio. Em ambos os registros, e portanto em todas as interlocuções, o Diário é, fundamentalmente, depoimento, figurando seja como “paisagem apocalíptica” desmascaradora das hipocrisias, seja como “punhal” para vencer o inimigo. Como tal, é um discurso em primeira pessoa, que corresponde ao comentário de WEINRICH (1964) ou ao discurso de BENVENISTE (1966): de uma maneira geral, o sujeito do enunciado é o sujeito da enunciação e o tempo e a situação referidos no enunciado, apesar de não serem co-presentes à enunciação, já que se trata de discurso escrito, são apresentados como tais (“nesse momento em que escrevo...”), e/ou são balizados pelos seus correspondentes na enunciação. Nesse sentido, a personalidade é a marca fundamental do texto, evidenciando-se no mais alto grau aquilo que BARTHES (1975) chamou de assinatura do texto: a exibição necessária do sujeito da enunciação, pelo simples ato de enunciar algo.

Não por acaso, esse quadro ou plano enunciativo é também o que predomina em todo e qualquer diário, enquanto gênero discursivo.

Segundo TODOROV (1978), “um gênero, literário ou não, nada mais é do que [uma] codificação de propriedades discursivas” (p. 48), entendendo-se por “codificação” um conjunto de convenções.

no nível sintático, semântico, pragmático e fonético-fonológico, cristalizadas socialmente e estabelecidas por atos de fala reiterados. Nesse sentido, os gêneros são sempre, e a seu modo, atos de fala. São instituições sociais, a priori históricos "que funcionam como 'horizontes de expectativa' para os leitores [e] como 'modelos de escritura' para os autores" (p. 49), ou seja, como parte das CP de certos discursos, ou como "superestrutura" para os textos, nos termos de Van DIJK (1978; p. 52-56).

Como gênero, o diário é um híbrido, um intermediário entre a autobiografia e a memória, tais como TODOROV (1978) as define. Aproxima-se da autobiografia pelo fato de também implicar a identidade **necessária** entre narrador e personagem principal; e tem em comum com a memória a possibilidade de a personagem principal não ser diretamente (ou tematicamente) o autor-narrador, vindo ocupar seu lugar um época, um local, outra(s) personagem(s) etc. Como decorrência desse caráter híbrido, o diário é um gênero em a presença possível de planos enunciativos diferentes do **discurso** dominante está prevista.

A característica comum a esses três gêneros, que os opõe em bloco aos gêneros ficcionais, é o que chamarei de 'contrato referencial': pretende-se contar ou comentar algo 'ocorrido' e diretamente relacionado ao sujeito da enunciação, e não imaginar um possível. Neste particular, o que distingue o diário estaria numa cláusula adicional a esse contrato, obrigando o escritor, tão estreitamente quanto possível, a estruturar seu texto autobiográfico de maneira isomórfica à da sequência dos dias, produzindo-se então o efeito de um curso contínuo que arrasta ao

mesmo tempo um sujeito, um discurso e a própria vida.

3.2. A superfície discursiva

Seria impossível investigar as particularidades do uso que Lúcio Cardoso faz do depoimento e da 'assinatura' em seu Diário, identificando suas funções retóricas, se eu não esclarecesse, antes de tudo, o **quê**, exatamente, parecia vir buscar o leitor; ou, na direção inversa, o **quê** o leitor particular que sou foi buscar no texto de Lúcio. Tratava-se portanto de demarcar os lugares do 'prazer do texto', ou seja, os espaços de uma verdadeira sedução, aquilo que BARTHES (1975) chamou 'o **sexy** do texto':

Diferentemente da sexualidade segunda, o **sexy** de um corpo (que não é a sua beleza) depende de que se possa marcar (fantasmar) nele a prática amorosa à qual o submetemos em pensamento (é esta aqui, precisamente, que me vem à imagem, e não uma outra). Do mesmo modo, distintas no texto, diríamos que existem frases **sexy**: frases perturbadoras por seu isolamento, como se elas tivessem em seu poder a promessa, que nos é feita, a nós leitores, de uma prática de linguagem, como se fôssemos procurá-las graças a um gozo que sabe o que quer (p. 175).

Como etapa preliminar da análise da superfície discursiva, selecionei, entre os 1.027 fragmentos do Diário, 167 que me pareceram **sexys**. Considerados em conjunto, formavam como que um resumo, e manifestavam os mesmos efeitos de sentido da obra como um todo. Era legítimo supor, então, que os mesmos mecanismos responsáveis por esses efeitos estivessem presentes nos trechos selecionados e pudessem ser, aí, mais facilmente apreensíveis. Nessa perspectiva, concentrei a análise nesses fragmentos, controlando cada um de seus resultados através de confrontos com o restante da obra, no sentido de reter apenas aquilo que não se revelasse como restrito a funcionamentos exclusivamente locais do discurso do Diário. São os resultados desse trabalho que apresento aqui.

3.2.1. A estrutura temática e seus gêneros

O exame mais atento dos fragmentos escolhidos revelou, como primeiro fator pertinente para os efeitos de sentido, o tema abordado em cada um deles. Evidentemente, não estou considerando o tema, aqui, apenas nos termos da Linguística Textual, ou seja, como 'o conteúdo informativo básico, fundamental, do texto' (BERNARDEZ, 1982), ou ainda como o **aboutness** do texto (van DIJK, 1978) mas também -- e principalmente -- como o define BARTHES (1982):

... a unidade estrutural da tese (o discurso de

idéias): o que é colocado, recortado, avançado pela enunciação e permanece como a disponibilidade do sentido (antes de ser, por vezes, seu fósil) (p. 189).

Só nesse sentido é que a temática presente no Diário pode ser vista como parte do que há de sexy (ou sedutor) nos fragmentos escolhidos, e, portanto, como mecanismo de coesão e eficácia, como parte de um estratégia discursiva.

Não só os fragmentos-amostras, mas os 1.027 que compõem o texto de Lúcio Cardoso, deixam-se classificar num número bastante restrito (oito) de conjuntos temáticos. Sustentando cada um deles, revelam-se tipologias discursivas correspondentes, diretamente determinadas pela rede interlocutiva e pelo circuito confidencial/confessional do Diário. São esses discursos que não só abrem as possibilidades temáticas efetivamente exploradas, como ainda dão aos temas funções retóricas específicas, estabelecendo entre eles diferentes tipos de relações.

De acordo com a ordem de entrada dos fragmentos, teríamos a sucessão temática e discursiva que passo a descrever.

1. As Atividades Artísticas do Autor

Sob esta rubrica estão todos os fragmentos que -- à semelhança do primeiro -- dizem respeito ao trabalho de Lúcio Cardoso, no Cinema (o Diário abre-se exatamente com o relato dos trabalhos de filmagem de *A mulher de longe*, que Lúcio então

dirigia, e que posteriormente precisou ser interrompido por dificuldades de toda ordem), na Literatura (comentários sobre sua própria produção e sobre a de terceiros), nas Artes Plásticas (comentários a artistas e exposições do momento) etc. Comuns a todos esses relatos e comentários, são as referências às dificuldades do trabalho intelectual e artístico num país como o Brasil, além do caráter de 'agenda do autor' que assumem no conjunto. Como se referem sempre ao trabalho, revelam o Lúcio Cardoso escritor e intelectual; enfim, a figura pública, no exercício de um ofício do qual presta contas. Enquanto discurso, representam um tipo específico de relato de experiência pessoal vivida, e, conseqüentemente, a força ilocucional que o caracteriza é assertiva, na forma de relatos, registros e comentários. Eventualmente, trechos expressivos aparecem: desabafos, lamentações ditadas pelas dificuldades do fazer artístico (principalmente no teatro e no cinema), regozijos por trabalhos bem sucedidos etc.

2. A Questão Nacional

Diz respeito aos fragmentos dedicados à discussão sobre a Nação Brasileira. Há toda uma preocupação em compor em traços vigorosos e contundentes uma inquietante imagem do País, através de comentários relativos ao momento político ("a situação em que se encontra o nosso país"), a homens públicos de repercussão nacional (Rui Barbosa, o grande vulto; Vargas, o ditador execrável; Schimidt, o falso "salvador nacional"; etc), ao nosso caráter ou essência ("O Brasil é um prodigioso produto do caos,

uma rosa parda de insolvência e de confusão" p. 44), e ao povo, visto como miserável, doente, superficial, apático e sem identidade, em função da descaracterização racial produzida pela mestiçagem. Contra o estado estampado nessa imagem, o autor chama a atenção para a necessidade premente de ultrapassá-lo através de grandes sofrimentos, comoções e catástrofes:

Roguemos a Deus a graça de sofrimentos idênticos a todas as pragas da China e do Egito, para que possamos meditar um segundo, no silêncio forte das vinganças que se premeditam, em todos os terríveis benefícios que herdamos com a vida semicolonial que é hoje a nossa (p. 53).

A esperança expressa é de que comoções nacionais desse tipo aprofundem o caos a tal ponto que despertem os brasileiros para a inviabilidade dos regimes democráticos (vistos como "amolecedores do caráter") e a necessidade de um governo de autoridade, crueldade e prepotência:

Não somos povo ainda para nos deixarmos entregues ao nosso próprio destino. Temos necessidade de crueldade e de prepotência. Basta olhar, basta ver, basta sentir êsse imenso vento carregado de miasma que vem do interior, para compreender que as fáceis qualidades de uma elite macia apenas nos sufocam (p. 71).

O governante capaz de garantir a mudança desejada é, ao mesmo tempo,

... um santo, um taumaturgo, um chefe de Idade Média, que aliasse à sua alma de guerreiro o sentimento de um poeta que ousasse visionar a extensão de nossas necessidades e a força necessária capaz de impedir até à consumação o destino do país (p. 42);

e o estágio derradeiro dessa caminhada salvacionista é o encontro do País consigo mesmo, a formação de um espírito nacional aristocrático (a ordem contra o caos, o merecimento contra aventureirismo e o arrivismo) e branco (contra a mestiçagem descaracterizadora):

Penso nalguma coisa que constitua um espírito eminentemente brasileiro, dotado de vivência e aristocracia, capaz de se opor a essa velha onda de mulatismo no seu sentido mais extenso e mais profundo, o autêntico lado de sombra da nossa personalidade (p. 53).

Mais de um tipo de discurso organizam esse conjunto temático. Há evidentemente a presença das formas de discurso de experiência pessoal vivida, típico de um diário. São os registros, comentários, depoimentos etc., que se referem a aspectos da vida brasileira nos quais o autor se vê envolvido ou

dos quais participa de alguma forma:

Quase tudo -- para não dizer tudo -- me desespera nesta campanha do Brigadeiro. É um homem honesto, decente, etc. -- e isto nos serve momentaneamente e nos fascina, já que temos tido tão poucos homens públicos honestos. Mas de que espécie de honestidade falamos nós [...] quando temos necessidade de uma ação forte e autoritária, disposta a resolver até o âmago êste monturo de coisas inúteis e monstruosas que é o Brasil? (p. 41-42) (3).

Há também a presença do discurso político em suas diferentes modalidades. Aparece sempre que se trata de apresentar o ideário conservador e aristocrático de que o autor se faz porta-voz, assumindo um tom quer de 'teoria política geral' quer de 'teoria do Brasil', quer ainda, num outro registro, de exortação à ação em favor das idéias defendidas. Nos dois primeiros casos, os fragmentos são essencialmente assertivos e dissertativos; no último caso, diretivos. Fragmentos expressivos, como lamentações e imprecções, por exemplo, também aparecem, como se pode perceber no fragmento em que Lúcio pede a Deus os sofrimentos de "todas as pragas da China e do Egito".

3. O Cotidiano do Autor

Corresponde aos momentos em que o autor tematiza experiências de seu cotidiano, na forma de registros e/ou comentários a respeito de eventos seja de domínio público (a cidade, o País etc.), seja de domínio privado, envolvendo o círculo mais íntimo de relações pessoais: encontros, visitas a amigos, cotidiano familiar, viagens, emoções ou experiências limites (sonhos, pressentimentos, angústias) etc. Tanto quanto o conjunto temático relativo às atividades artísticas, esse é sustentado pelo discurso de experiência pessoal vivida, também tendendo, portanto, para o depoimento, com textos predominantemente assertivos ou expressivos. Diferentemente daquele conjunto, entretanto, o enunciador, aqui, não é "o escritor", mas a "pessoa humana" e o trabalho está, evidentemente, excluído como tema.

Nesse conjunto, dois tipos de experiência são simultânea e paradoxalmente veladas (por elisão) e desveladas (por procedimentos de alusão (4) obsessiva). Trata-se, de um lado, das experiências que parecem pressagiar o início de uma vida nova, referidas logo nas primeiras páginas, e daí por diante por todo o Diário:

Continuo minha vida com o esquisito sentimento de estar inaugurando uma época nova, uma estação diferente que ficará para sempre delineada entre quadros fechados de minha existência (p. 6).

De outro lado, trata-se das experiências amorosas.

Nesse último caso, ao lado de breves referências a encontro

ou envolvimento de menor importância, aparece um conjunto de fragmentos que parecem referir-se a uma única pessoa, a um envolvimento amoroso mais sério e duradouro. O que leva a tal interpretação é um duplo motivo: de um lado, o fato de a sequência linear desses fragmentos constituir de registros de emoções tais que pressupõem, na sequência temporal correspondente, o início, desenvolvimento e fim de uma paixão, lembrando as figuras do discurso do enamorado, tais como BARTHES (1977) as descreve; de outro lado, o fato de o objeto desse amor vir referido e predicado de formas sempre mais ou menos equivalentes, como verdadeiras paráfrases umas das outras (5). Nas duas primeiras referências, o objeto desse amor é designado como "esta criatura"; poucos fragmentos adiante, passa a ser referido como "X".

Já de início esse envolvimento amoroso é apresentado com o peso e a importância que aos olhos do autor irá assumir efetivamente mais tarde:

Tenho a impressão de que é a última vez que vejo esta criatura, ainda tão nítida no seu mundo de infância. Depois disto, minha imaginação inventará rancores, ambições e atitudes de caráter maquiavélico (p. 7; 20 ago. 1949).

Este caso, por exemplo, que agora é o meu, há de me levar a sacrificar muitas coisas. E jamais poderei deixar de sentir que no entanto tudo está perdido, que o sacrifício é inútil. Bem sei que o

que esta criatura pronuncia são palavras que valem apenas durante o minuto que se esgota... (p. 25; 21 set. 1949)

Minhas mãos tremem, a luz se faz em meu coração como uma ferida reaberta que deixasse irromper um filête quente de sangue: impossível escrever, as palavras se encaminhariam fatalmente para um hino de amor (p. 33; 9 out. 1949).

E a partir desses primeiros registros, atravessa intermitente mas amiudadamente toda a Parte I, reaparecendo na segunda basicamente como evocação saudosa, mesmo depois de o autor considerá-lo encerrado:

Rompendo ontem [27 de fev. de 1954] com X, atingi o final de um movimento que vem caminhando há muito tempo (p. 187).

Voltará ele um dia? Até há bem pouco tempo sobrava-me a certeza, e eu sentia crescer nestas ausências uma árvore nova e secretamente carregada de cristalinas flores de boas vindas. (p. 200; 15 out. 1954)

Depois do anúncio do rompimento, as referências a "X" combinam-se com a retomada do tema do "início de uma vida nova",

produzindo um novo efeito de sentido: deixar "X" significa encerrar definitivamente um tipo de vida, considerado dispersivo ("vivendo a êsmo" p. 62), dissoluto e improdutivo (p. 140).

Em função de sua natureza de discurso de experiência pessoal vivida, esse conjunto temático tende ora para o ato essencialmente assertivo (nos fragmentos em que predomina o relato), ora para o expressivo, que comparece com frequência bem maior. É exatamente essa 'atrofia' do discurso assertivo e do relato, num contexto em que é previsto tanto pelo gênero quanto pelo circuito de fala confessional, que caracteriza a confissão elíptica do Diário.

4. O Catolicismo

Nos fragmentos que compõem esse conjunto, o autor discute a visão de mundo católica, a função social e religiosa da Igreja e a correta prática do catolicismo pelo fiel. Tudo de um ponto de vista que o autor classifica como convencional e tradicional -- daí atribuir frequentemente a essas considerações um caráter não polêmico -- e que consiste basicamente na reivindicação de um Deus e de uma Igreja de crueldade e de cólera, que representem uma constante ameaça e um permanente mistério, frente aos quais o católico só devesse devoção e obediência. O tom predominante é de impessoalidade e os textos são, com frequência, do tipo "teórico", tal como SIMONIN-GRUMBACH (1976) o define. Entretanto, como se trata de um diário, o sujeito da enunciação, enquanto enunciador, pode assumir o lugar do sujeito impessoal que predomina localmente, responsabilizando-se pelos conteúdos

dos fragmentos e, assim, modalizando o caráter assertivo e dogmático das proposições. A doutrina católica aparece então como 'a minha visão do catolicismo', 'a igreja tal como a vejo' etc. Como serei obrigado a discutir separada e detalhadamente esse conjunto temático, dada sua capital importância para a economia geral do Diário, apenas explicito, agora, que é o discurso religioso, em algumas de suas principais modalidades -- como a teologia, a confissão e a pregação -- que está presente aqui, "colocando, recortando e avançando, por sua enunciação", como diria Barthes, a "unidade estrutural da tese" católica cardosiana.

5. O Significado da Existência Humana

Aqui, a preocupação é refletir a respeito dos diferentes aspectos da vida humana, sob uma ótica que não é a das miudezas do cotidiano, mas a de valores e categorias de uma espécie de Metafísica da existência: o Bem e o Mal, a Fé e o Amor, a Solidão, a Paixão, a Felicidade, a Caridade, a Verdade etc. Como é possível perceber imediatamente com essa enumeração, o discurso é moral e moralizante, e essencialmente cristão. Nesse sentido, está estreitamente relacionado ao conjunto relativo ao catolicismo, mas diferencia-se dele pela temática exclusivamente moral (e nunca diretamente teológica) e, portanto, por dirigir-se a uma audiência menos caracterizada como 'comunidade de fé'. O tom é sempre o da reflexão geral e/ou generalizante, nas formas do discurso teórico e/ou poético. Assim como no conjunto anterior, o enunciador nem sempre se apresenta como sujeito

impessoal, o que também resulta numa modalização da discussão moral apresentada.

Não, não é uma única espécie de felicidade -- TODAS as felicidades constituem uma ameaça a qualquer coisa acima de nós, a uma ordem secreta que subsiste além de nossas incertezas, e que mal divisamos nos seus contornos de sombra e de relâmpagos. Por isso, unicamente por isso, é que a tragédia é o estado natural do homem. Tudo isso, certamente, é menos uma idéia do que um pressentimento ... (p. 5; grifos meus).

O perfil que esse conjunto traça da existência humana é, antes de mais nada, o da criatura, incompleta e destituída de sentido sem o seu Criador:

Se Deus não existisse, não chegaríamos apenas à conclusão de que tudo seria permitido. A vida seria simplesmente IMPOSSÍVEL, o pêso do nada nos esmagaria com sua existência de ferro (p. 10).

A existência, sem a Graça, é um acontecimento trucidado e incompleto (ibid.).

Esta é a razão pela qual o homem é essencialmente trágico e precário: a felicidade é impossível, e o amor e o sexo uma "obsessão sem fundo", uma verdadeira doença (cf. p. 9); como

tais, estão estreitamente relacionados à morte.

6. A Escrita

Nesses fragmentos, o tema é a escrita em geral, ou, com mais frequência, a escrita de um diário e/ou a do próprio Diário. Embora fosse possível ver esses fragmentos (ou ao menos aqueles dedicados ao próprio Diário) como pertencentes ao conjunto temático das atividades artísticas do autor, seu caráter de discurso metalinguístico e a função de direção da leitura dele decorrente dão-lhe um relevo tal que o tornam um conjunto diferenciado, mesmo do ponto de vista exclusivamente temático, uma vez que o objeto 'atividade do autor' ganha aqui uma especificidade, um tratamento e uma função que não existem nas demais. Além disso, na medida em que os fragmentos que o compõem dedicam-se na sua maioria a explicitar a natureza e a função do Diário e a justificar os caminhos escolhidos, desempenham todos uma função legitimadora do texto como um todo.

Em textos predominantemente assertivos, a escrita em geral é caracterizada como "um velho jogo de feitiçaria" (p. 16), uma forma de lutar contra a morte e a solidão (p. 60), uma busca da sagração pelo outro (p. 235). Trata-se enfim de uma forma de ser -- uma forma de exteriorização e expressão do sujeito da enunciação, a função "assinatura" de Barthes -- e de um fazer, uma ação do sujeito no mundo que o rodeia, uma intervenção sua, enfim.

Também predominantemente assertivos são os fragmentos que compõem uma verdadeira 'teoria do diário' enquanto gênero. É

aqui que Lúcio se refere ao que chamo de 'contrato referencial' próprio desse gênero, mas com a intenção explícita de questioná-lo. Apresenta-o então como um gênero caracterizado mais pela ausência que pela presença dos acontecimentos, por um hibridismo entre a ficção e a poesia, de um lado, e a auto-análise e o 'contrato referencial', de outro (p. 86), e, finalmente, por uma "descrição do itinerário pelo qual subsistiram alguns espíritos" (p. 166). Em síntese, o que essa concepção do diário faz é negar que seu caráter seja necessariamente confessional, buscando apresentá-lo fundamentalmente como um discurso expressivo e poético, "uma crônica de gemidos" (p. 203).

Finalmente, na apresentação e discussão do Diário, Lúcio oscila entre atribuir-lhe um caráter de escrita natural e espontânea, fragmentária e lacunar, coerentemente com sua concepção teórica do gênero,

Não quis, pelo menos até agora, transformar esse caderno numa exposição de idéias. Nem sei se há nele, realmente, a intenção de apresentar uma idéia nítida -- fui escrevendo naturalmente ... (p. 122);

... Este livro é puro fruto do medo. Não ousei tudo o que imaginei, não imaginei tudo quanto o poderia ser (p. 169);

e apresentá-lo como uma unidade composta, literária e

redundante, que ao mesmo tempo constituiria a identidade do autor e expressaria seu itinerário sofrido e atormentado, aproximando assim o Diário de toda a tradição com que dialoga, e estreitando, talvez sem perceber, seus laços com a confissão:

Este Diário todo, reparo agora, parece conter uma única nota, monótona e triste: a queixa, o remorso, a tentativa de justificação de alguém que não conseguiu ainda, e que provavelmente nunca conseguirá dominar as forças contraditórias que o movimentam (p. 115);

... à força de ver repetidas neste caderno as mesmas coisas, a anotação dos mesmos erros, das mesmas frases e conceitos, assalta-me a suspeita de que tudo isto possa parecer 'literário', no pior sentido (p. 149).

Por outro lado, a alternância entre essas duas concepções polares corresponde, sem dúvida, à alternância entre o "escritor", visto como princípio de unidade, e "a pessoa humana", como princípio de dispersão.

7. A Auto-Imagem

Os fragmentos desse conjunto temático distribuem-se em: a) opiniões do autor a seu próprio respeito; b) depoimentos citados de terceiros, geralmente algum amigo; e c) suposições do autor a

respeito de como é visto pelos outros, principalmente algum de seus interlocutores-adversários. Visto em conjunto compõem como um mosaico da identidade do autor (um auto-retrato pretensamente sem retoques) e apresentam-no como alguém cindido ("Como juntar os dois eus diferentes que me formam?"; p. 36) e dilacerado (entre o bem e o mal, este e aquele(s) sexo(s), virtude e o pecado etc.), solitário e em falta, padecendo sofrimentos de que no entanto faz questão, na medida em que os apresenta como a única condição da salvação final (p. 20) e, finalmente, como alguém que leva consigo algo de monstruoso e que sabe que assim é visto pelos outros:

Obrigado, meu Deus. Como sei, neste instante, que minha vida até agora tem sido apenas um erro, um enorme, estranho e confuso erro! (E no entanto, se pudesse recomeçar, não há dúvida de que repetiria tudo; é que êstes erros também são inerentes a mim e completam certas lacunas, certos claros que me são peculiares. Sem êles, sinto-me diferente, como as reentrâncias e os riscos tortos que fazem parte de um desenho.) (p. 146);

Jamais pude viver tôda a minha vida sensatamente; sempre senti fôrças poderosas se digladiarem no meu íntimo, e acredito que, se Deus me deu a possibilidade de encontrar o caminho da salvação, é também porque me permitiu que costeasse

livremente os caminhos do abismo. O mal, para mim, não foi uma entidade literária, ou uma sombra apenas entrevista no horizonte humano (p. 168);

Eu me sinto cheio de vida, mas o fogo que lavra em mim é com tal fúria, que todo o meu interior se acha como que calcinado. Não sou, em última instância, senão uma paisagem de desolação e de morte (p. 221).

Evidentemente, esse discurso se refere à "pessoa humana" e a sua natureza mais íntima e essencial, diferentemente tanto do discurso de experiência pessoal vivida (que lhe dá o "itinerário") quanto do relato das atividades artísticas, que se ocupam do "escritor".

8. A Arte

Esse último conjunto é dedicado a breves opiniões pessoais ou a pequenas discussões sobre a natureza e a função da arte, o perfil e a atividade do artista. Predominantemente assertivos e dissertativos (e às vezes expressivos, tendendo para o depoimento ou para o registro de uma emoção estética) esses fragmentos formam algo do tipo 'apontamentos para um ensaio de Estética'. Defendem, essencialmente, uma concepção da arte como terror e intranquilidade:

... mas não só a filosofia, como toda arte que se conta como tal não deve permitir ao homem nenhum sentimento de tranquilidade. Tudo que é belo, só deve ser útil para fazer crescer nossa impressão de intranquilidade. A beleza é o supremo espasmo, a angústia máxima, o sentimento maior de furor ante a fragilidade e a possibilidade de destruição de tudo (p. 27).

Resultado do trabalho e da inspiração guiados por uma "vocação superior" que caracteriza o verdadeiro artista (p. 133), o belo é a poesia (assim como o artista é o poeta), de tal forma que a poesia literária (e mesmo a literatura como um todo) seria como que a matriz de toda e qualquer arte (p. 57-58).

A sucessão temático-discursiva que acabo de explicitar constitui, do ponto de vista da semântica do texto em questão, o que van DIJK (1978) chama de sua macroestrutura, e, como tal, é condição básica de sua coesão sintática transfrástica; do ponto de vista discursivo, corresponde tanto aos principais tipos de atos de fala que estruturam o texto quanto à forma particular de sua estrutura polifônica. Nesse sentido, constitui, já, o aspecto mais básico e fundamental dos mecanismos que relaciono e discuto em seguida.

3.2.2. Mecanismos de coesão e eficácia

Como primeiro passo, analisarei o funcionamento discursivo dos fragmentos no interior do texto, incluindo nisso as relações semânticas que estabelecem entre si. Em seguida, comentarei os aspectos mais diretamente relacionados às "estratégias de relação" (GUIMARÃES, 1981) utilizadas pelo sujeito da enunciação.

Como para essa tarefa assumirei a estrutura temática apresentada, classificando todos os fragmentos do Diário de acordo com o tema a que se referem, não é demais explicitar, apesar da obviedade, que não há fragmento de temática única. Todos tendem, ao contrário, a reproduzir localmente a macroestrutura, abrigando em seu interior mais de um daqueles temas. A classificação apoiou-se, portanto, na hierarquia que se encarrega de privilegiar, em cada fragmento, um dos temas, de tal forma que posso dizer que as unidades básicas da estruturação do texto como um todo são esses fragmentos-temas. Encarando-os dessa forma, tracei de seu comportamento o quadro seguir.

Observa-se de imediato que os temas são todos expostos logo no início da obra, de tal forma que já à página 23 a lista está completa, constituindo o restante do Diário em retomadas e desenvolvimentos desse material. Como a partir de então se alternam o tempo todo e se relacionam de maneira complexa e sistemática, a estrutura geral lembra efetivamente uma composição musical em contraponto, a entrada dos temas correspondendo à 'exposição', e seu desenvolvimento 'polifônico', que implica a autonomia relativa das 'vozes' ou

discursos, assemelhando-se à fuga, até mesmo por parecer poder continuar sempre indefinidamente. Ainda no campo das comparações musicais, o conjunto lembra uma composição do tipo 'Tema(s) e Variações'. Já no terreno das categorias de análise linguísticas, essa organização geral é análoga à estrutura tópico/comentário em que, do ponto de vista informacional, se podem distinguir os conteúdos dados e os novos, respectivamente, no interior da frase. Sendo assim, dados, no Diário, são os tipos de discursos mobilizados e os seus temas típicos; novos, são os comentários do autor, a apropriação que faz deles.

Salta aos olhos, nessa configuração geral do texto, que os conjuntos que o estruturam são, se considerados ao mesmo tempo no nível da totalidade da obra e no da tipologia dominante em cada um, de duas naturezas distintas, correspondentes ao hibridismo do gênero. Há, de um lado, os conjuntos predominantemente argumentativos, onde o plano de enunciação tende para o do discurso teórico e o texto para a dissertação. Do ponto de vista temático, esses conjuntos aparecem internamente organizados por uma espécie de superordenação: o 'hiperônimo', correspondendo ao tema que define o conjunto, é sempre uma entidade abstrata; o 'hipônimo', ao perfil ideal da figura humana correspondente: o católico, o ser humano enquanto criatura, o brasileiro, o escritor, o artista. É esse o caso dos conjuntos referentes ao Catolicismo, à questão nacional, ao significado da existência humana e à Arte. Vistos no contexto do gênero, esses fragmentos argumentativos cobrem o espaço da 'memória', ou seja, o cenário e o contexto em que o autor está inserido. Desse ponto de vista, referem-se a uma esfera

essencialmente pública. De outro lado, há os conjuntos que tendem para o discurso de experiência pessoal vivida, que se equilibram entre o expressivo e o assertivo, nas formas de registro e relatos, de depoimentos e 'expressões espontâneas de subjetividade'. É o caso da crônica do cotidiano, da auto-imagem e das atividades do autor. Ao contrário dos conjuntos argumentativos, nesses o objeto discursivo é direta ou indiretamente o sujeito da enunciação como "pessoa" e como "escritor", ou seja, uma figura humana determinada. Correspondem à 'autobiografia' e, com exceção do conjunto relativo às atividades do autor, referem-se ao domínio do privado e à confissão. Com um pé em cada um dos dois grupos, situa-se o conjunto da escrita: quando discute a escrita em geral e o gênero, é 'memória'; quando apresenta o Diário, autobiografia e confissão. Como nos conjuntos autobiográficos e confessionais a estratégia comum é pôr em cheque o contrato referencial que pressupõem, acaba resultando, no conjunto, o que chamarei de uma 'hipertrofia da memória', em detrimento da 'autobiografia'. O outro lado dessa mesma moeda é que os conjuntos argumentativos que compõem a 'memória' contaminam-se com a performatividade típica do depoimento para o qual tende o Diário como um todo. Daí resulta que esses conjuntos, predominantemente assertivos, se considerados isoladamente, acabam tendendo para a declaração. Muito apropriadamente, Lúcio revela perceber claramente esse efeito:

Repassando estas páginas, vejo que falta quase tudo o que me sucedeu -- e examinando as notas

escritas até agora, pergunto se um determinado gênero de palavras -- ou sensações -- em vez de criar a impressão de realidade, não levantaria, ao contrário, uma outra, substituindo a verdadeira e se impondo com uma autonomia cheia de fôrça? Sim, o uso de certas expressões acaba criando uma realidade nova... (p. 82).

Seja como for, são exatamente os conjuntos 'autobiográficos' e particularmente os confessionis que têm maior relevância para a detecção dos efeitos de sentido que me interessam. Isso quer dizer que é exatamente nesse plano de enunciação, assim como em sua forma e conteúdo, que o *sexy* do texto é mais intenso, aproximando quase fisicamente o autor e o leitor.

Fundamental para que esse encontro seja bem sucedido é o tratamento poético dado a todo o texto, e que, independentemente do tema ou tipo de discurso a que se aplica, compromete os fragmentos correspondentes com a subjetividade do autor, conferindo aos temas o tom 'alto' ou 'elevado' que nossa tradição cultural associa à poesia e, como observa Antônio CÂNDIDO (1987), a respeito da combinação entre poesia, ficção e realidade nas autobiografias literárias,

... imprime um cunho de acentuada universalidade à matéria narrada, a partir de algo tão contingente e particular como é, em princípio, a vida de cada um (p. 51).

Ao mesmo tempo, a composição em fragmentos que o gênero do diário favorece (e o *Diário* explora até como teoria do gênero) trabalha no sentido de proporcionar ao autor um excelente veículo para relativizar ou evitar as questões incômodas que rondam a autobiografia confessional: tudo se passa como se não fosse esse o momento nem o lugar para "leses" (p. 152) ou enumerações de fatos "menores" e "sem interesse" (p. 203).

Paradoxalmente despersonalizado ao máximo pela estratégia da poetização, da 'hipertrofia da memória' e da fragmentação, ao mesmo tempo que radicalmente pessoal por força do gênero escolhido e da auto-apresentação como escrita "natural" e "espontânea", o *Diário* surge como o discurso de um verdadeiro 'EU universal', pronto a ser subsumido por qualquer leitor.

Finalmente, o que garante que a coesão textual no *Diário* não se resume a uma mera alternância ou superposição de temas, tipos de discursos e planos de enunciação são os três tipos de relações que os conjuntos mantêm entre si, e que descrevo a seguir.

1. Relações de analogia.

São as que envolvem os conjuntos argumentativos que, sempre a partir do lugar retórico da qualidade (Cf. PERELMAN & OLBRECHTS-TYTECA, 1958; p. 119-125), e em seu domínio temático-discursivo específico, argumentam em favor dos mesmos valores, sempre apresentados como condições necessárias para a caracterização tanto do 'hiperônimo' quanto do 'hipônimo', criando assim temas ou 'subtemas' comuns a mais de um conjunto.

Sem pretender um levantamento exaustivo, indicarei os mais relevantes para meus propósitos.

Em primeiro lugar, já que envolvem todos os conjuntos argumentativos, destaco os temas que fazem, da verdade e da salvação (como eternas buscas), da experiência limite (sofrimento, medo, caos, terror e violência), do trágico (como cumprimento cego e implacável de uma essência) e do drama (como sua manifestação concreta e vivida), fatores constitutivos do catolicismo e do católico, da existência e do ser humano, do País e do seu povo, da escrita e do escritor, da Arte e do artista. O mesmo papel é desempenhado pelo tema da autoridade, que só não envolve o conjunto de reflexão existencial, na medida em que aí o homem é visto como criatura livre para aderir ou não ao Criador. O segredo, ou o silêncio, por sua vez, assim como a incompletude e o fragmentário são apresentados como valores fundamentais para o catolicismo, a existência humana e a escrita. Finalmente, a inutilidade e a pobreza da carne, do sexo e do corpo são sustentadas pelos conjuntos do catolicismo e da existência humana.

2. Relações de dependência e/ou complementariedade.

São as que se estabelecem entre conjuntos que se distinguem entre si seja pelo caráter argumentativo contraposto ao de experiência pessoal vivida, seja pelo fato de, entre os próprios conjuntos argumentativos, um se referir de maneira mais geral, impessoal e abstrata que o outro a um mesmo objeto discursivo. Desses dois tipos de contraste resulta, frequentemente, uma

relação de dependência de tipo entimemática.

No caso dos entimemas que envolvem apenas os conjuntos argumentativos, as asserções mais generalizantes, e/ou pertencentes a um conjunto que sustente valores hierarquicamente superiores ao de um outro, acabam funcionando como premissas maiores do silogismo implícito, e as asserções particularizantes, implícitas ou explícitas, do outro conjunto, funcionam como premissa menor. A conclusão, geralmente implícita, passa a integrar o repertório do conjunto a que pertence a premissa menor. O conjunto referente ao catolicismo surge então como a grande tópica do Diário. Assim, uma asserção como "A existência humana, sem a Graça, é um acontecimento trucidado e incompleto", que vimos fazer parte do conjunto relativo ao significado da existência humana, é a conclusão de um silogismo implícito cuja maior, embora venha explicitada no texto, pertence ao discurso teológico católico, e que é possível formular como "Tudo o que existe é obra do Criador", que por sua vez funda a concepção da Graça como Sua concessão e marca de Sua presença. Confirma-se facilmente, então, o que o simples levantamento dos temas já indicava: as reflexões existenciais dependem direta e integralmente do catolicismo, de tal forma que constitui-se numa "tópica segunda", na hierarquia entimemática do Diário. Os conjuntos referentes à Arte, à questão nacional e à escrita em geral podem então buscar suas premissas menores e suas conclusões seja diretamente no lugar teológico, seja na reflexão existencial que o reproduz, valendo-se para tanto das formas do discurso referido: citações, alusões etc. Assim, a Arte e a escrita são definidas diretamente como dom, ou seja,

como uma forma específica da presença de Deus no homem. No caso da nação, a manobra é um pouco mais complexa, e consiste em antropomorfizá-la antes -- Afinal, não é composta de seres humanos? -- para em seguida integrá-la como caso particular de criatura plural, à qual se podem aplicar as premissas teológicas e as existenciais. Por outro lado, torna-se evidente, agora, que as relações de analogia que aparecem entre os conjuntos argumentativos, ou seja, os temas comuns, não são outra coisa se não o produto final de relações entimemáticas.

Em contraste com os conjuntos argumentativos, os 'autobiográficos' e particularmente o da auto-imagem, são 'conjuntos-conclusões'. Asserções de qualquer conjunto argumentativo podem funcionar como premissas maiores que, contrapostas às de crônicas do cotidiano, as referentes ao trabalho e ao Diário, produzem conclusões que, integrando-se a auto-imagem, colaboram na construção do retrato do autor. Nesse sentido, todos os caminhos levam ao autor, e seu 'retrato' é, essencialmente, a ilustração, o exemplo, o caso particular entre outros.

Vejamos então alguns desses entimemas.

Ex. 1 - Envolvendo os conjuntos referentes ao catolicismo, ao cotidiano e à auto-imagem.

"Sem noção do pecado, não há fé possível". (p. 165)	Conheço o pecado. (implícito na crô nica do cotidiano)	Sou um homem de fé. (conclusão implíci- ta)
---	--	---

Ex. 2 - Envolvendo os conjuntos da reflexão sobre o significado da existência, e das experiências pessoais vividas e o da auto-imagem.

O amor é "uma visão de melancolia e de incerteza pela qual sacrificamos tanto..." (p. 14)	Amo "X". (implícito nos comentários relativos ao cotidiano)	Estou me sacrificando por uma visão de melancolia e incerteza. (conclusão implícita)
---	--	---

EX. 3 - Envolvendo o conjunto da escrita, o autor e o da auto-imagem.

Escrever é "uma forma de lutar contra a morte". (p. 60)	Não tenho conseguido escrever. (p. 91)	Não tenho conseguido lutar contra a morte. (conclusão implícita)
---	---	--

Ex. 4 - Envolvendo, embora mais indiretamente, o conjunto relativo à Arte, às atividades do autor e à auto-imagem.

"Toda arte (...) não deve permitir ao homem nenhum sentimento de tranquilidade". (p. 27)	Faço arte. (implícito nas asserções referentes às atividades do autor e/ou no conjunto metalin-	Minha arte (eu) não permite nenhum sentimento de tranquilidade. (conclusão implícita)
---	--	--

guístico)

Tais relações desempenham uma função de coesão/eficácia nada desprezível: o resgate ou recomposição do argumento estruturador, com todas as operações 'desfaz implícito' que exige, fica a cargo do leitor, o que é uma forma de envolvê-lo -- dividindo com ele a responsabilidade pelo sentido do enunciado -- e de buscar sua cumplicidade, garantindo-lhe, ao mesmo tempo, como diz BARTHES (1970) a propósito do entimema na retórica antiga, o prazer de uma verdadeira e aventureasca viagem.

3. Relações de recorrência nos mecanismos de coesão e eficácia interiores aos fragmentos.

Na medida em que aparecem em todos ou quase todos os tipos de fragmentos, revelam-se característicos da obra como um todo. Retendo apenas os mais pertinentes, é esse, em primeiro lugar, o caso da tendência geral para organizar internamente os fragmentos na forma do tópico/comentário; o período inicial -- ou, mais frequentemente, a oração nominalizada que abre o fragmento -- anuncia o tema que caberá ao restante do trecho comentar. Aliás, a julgar pelas reflexões de BARTHES (1979) sobre o diário íntimo como gênero literário, esse procedimento seria típico do gênero, sua verdadeira matriz sintática. Um segundo tipo de recorrência é o da dissolução da particularidade de tudo o que se refera ao autor, qualquer que seja o conjunto a que pertença o fragmento, na generalidade de asserções universalizantes (v. ex. referente a um fragmento de crônica do

colidiano adiante). Outro procedimento recorrente, como já tive oportunidade de referir mais de uma vez, é a elipse utilizada sempre que a 'autobiografia' quer evitar referências à situação de enunciação. O apelo à solidariedade e cumplicidade do leitor, através do uso frequente de nós como sujeito dos enunciados, é um quarto mecanismo. O quinto e último, consequência direta da estratégia geral de poetização que já referi, mas paradoxalmente agindo na direção oposta da universalização, é a hipérbole, responsável tanto pelo clima de exacerbação emotiva da obra, nos fragmentos 'autobiográficos', quanto pela impressão de grandiosidade, gravidade e solenidade das questões tratadas, nos fragmentos argumentativos.

3.2.3. Algumas observações sobre o lugar da sedução

De maneira geral, as coordenadas da organização e do funcionamento do texto são as que acabo de descrever. Dirigindo o foco, agora, apenas para os conjuntos 'autobiográficos', dado seu relevo em relação ao poder de sedução que pretendo explicar, o que chama a atenção é que as mesmas relações que presidem a obra como um todo criam entre esses fragmentos -- e particularmente entre os especificamente confessionais -- formas próprias de solidariedade.

A função central de legitimação e de orientação da leitura que o conjunto metalinguístico exerce em todo o Diário aparece aqui claramente como produto de relações entimemáticas. Ao lado

do catolicismo e da reflexão existencial, ou melhor, reproduzindo-o em seu domínio particular, a metalinguagem funciona localmente (isto é, no nível da 'autobiografia') como tópica, de tal forma que escrever o Diário aparece como uma forma de compor a própria identidade:

Volto a este caderno como quem persegue uma sombra. (...)

Trabalho na composição da minha identidade com um furor cego e desatinado; que Deus me dê forças para revelar inteira a minha essência de frio e demência (p. 121).

Portanto, tudo o que se afirma sobre a escrita repercute direta ou indiretamente sobre a auto-imagem, e, na direção inversa, a escrita do Diário surge como marca ou sintoma dessa imagem de si. Ao mesmo tempo, negar-se aos detalhes "difíceis", "mesquinhos" ou "indignos", nas crônicas confessionais do cotidiano, é não só ser coerente com as definições do que deve ser um diário, mas também, por força da estrutura entimemática geral da obra, exprimir (ou ilustrar), nesta atitude de escrita -- e um em função de outro -- os subtemas da experiência limite (o sofrimento pressuposto no vivido) e do silêncio que os conjuntos argumentativos sustentam como constitutivos de todos os temas e valores defendidos no Diário. Cria-se assim um espaço para o surgimento de uma verdadeira teoria da escrita autobiográfica/confessional enquanto, ela própria, experiência limite:

O esforço de escrever, se se pode chamar isso de esforço, é fácil, mas o que produz o escrito é triste e difícil (p. 242).

Nesse sentido, o Diário realiza performativamente (ou seja, dramaticamente, nos termos de Lúcio) a utopia do diário como "gênero híbrido a ser tentado" (p. 86), equilibrando-se entre o vivido e o ficcional, o sofrimento e o esforço, o dado e o novo. O reflexo (ou a conclusão) dessa concepção (premissa) sobre a auto-imagem é imediato, e vem explicitado pelo próprio autor:

Sôbre esta dualidade é que repousa minha natureza de escritor (ibid.).

Assim, escrita, escritor e o próprio autor tornam-se análogos, confundindo-se numa mesma imagem de martírio, de um itinerário -- na vida como na escrita -- em busca da salvação. A coesão lexical é que se encarrega, neste caso, da construção da imagem, estabelecendo tanto no interior de cada conjunto autobiográfico, como também entre eles, os paradigmas correspondentes.

Do ponto de vista das relações de recorrência no emprego de certos mecanismos de coesão e eficácia, os conjuntos autobiográficos encarregam-se da "assinatura" através da estruturação em tópico/comentário, mantendo o autor, sua escrita e sua vida 'na ordem do dia'. O recurso frequente ao nós, no lugar do eu, por outro lado, encarrega-se do envolvimento do

leitor, tornando-o co-sujeito da enunciação, co-autor do Diário e cúmplice do vivido.

Merecem referência, ainda, algumas estratégias específicas de dois desses conjuntos:

a. no conjunto metalinguístico, a tripartição temática em escrita em geral, escrita de um diário e escrita do Diário cria como efeito de conjunto um mecanismo de coesão/implicitação análogo ao da macroestrutura, apresentando a teoria da escrita tanto na forma de asserção explícita quanto na do entimema:

Ex. 1.

Um diário é "uma crô-	Este é um diário.	O Diário é uma crôni-
nica de gemidos".	(menor implícita)	ca de gemidos.
(p. 239)		

Ex. 2.

"A verdade inteira já	Escrevo o Diário.	O Diário não diz a
mais poderá ser dita".	(menor implícita)	verdade inteira.
(ou escrita). (p. 239)		

Ex. 3.

"Só um gênero de coi-	O Diário não diz	Aquilo que o Diário
sas não pode ser dito	algumas coisas.	omite atenta contra

-- o que atenta contra (conclusão do en- a minha pessoa.
a nossa própria pesso timema anterior
a". (p. 235) e declaração im-
plícita na p. 169)

b. na crônica do cotidiano, o uso e abuso da elipse aliado à tendência para estruturação dos fragmentos em tópico/comentário acarreta o seguinte procedimento típico: 1. topicalização em narrativa 'autobiográfica' elíptica, e portanto pessoalizada e particularizada, seguida de um comentário dissertativo ou argumentativo, impessoal e universalizante; 2. esvaziamento contextual dos dêiticos e atribuição a eles de um caráter de signo pleno, passando-se assim bruscamente do "discurso" benvenisteano para a "história"; assim, os dêiticos não só invertem o sentido habitual de sua função de *embrageurs* (JAKOBSON, 1957), como ainda estabelecem o pressuposto de que o tema do comentário está direta e/ou indiretamente ligado à experiência vivida que o autor omite; 3. o uso do *nós* como sujeito predominante do comentário garante ao mesmo tempo a generalidade ou mesmo a universalidade (em oposição ao *eu* do tópico) e a inclusão direta e cúmplice do leitor (em oposição a uma impessoalização explícita, como o uso do *se*). O fragmento que reproduzo integralmente abaixo exemplifica muito adequadamente os procedimentos referidos:

Ontem a esta hora, X estava aqui e eu sentia a casa inteira cheia de sua presença. Mas que é ONTEM? Somos, cega e deploravelmente, apenas

hoje, apenas o que nos vive. Entre essas ilhas de noite e de alvorada que se chamam passado e futuro, o hoje, o instante que nos faz respirar e nos possui entre seus dedos implacáveis, colore-se com a única tinta possível. Mas nem sempre é real, nem sempre nos eleva a uma categoria perfeita de verdade. Há momentos como este em que escrevo, no qual à força de sofrermos perdemos todo o contato com o existente -- somos apenas o ponto de encontro, confuso e tumultuário, das pobres sensações que conseguimos abrigar no coração, de emoções e calores que perdemos, de presentimento do que virá, tudo isto condensado no hausto de uma única ânsia -- o da vida que ainda não atingimos, mas que já começa a ser nossa pela assimilação venenosa do sangue e da revelação (p. 33).

Como é facilmente constatável, o fragmento refere-se a uma experiência pessoal vivida bastante concreta, que permanece como pressuposto por todo o fragmento, até porque as próprias operações utilizadas pelo autor para elidi-la aludem necessariamente a ela.

3.3. O Diário na ordem confessional

Já é possível dizer, com base nos efeitos de sentido, CP e mecanismos de coesão e eficácia descritos nas seções anteriores, que o Diário apresenta uma estratégia de relação dupla, correspondente à tradição retórica. De um lado, pretende sensibilizar (*animus impellere*) o leitor e os "juizes", seja com a "crônica de gemidos" convertida em autobiografia, seja com a auto-imagem de mártir, ou mesmo sua dramatização na/pela escrita do próprio Diário. De outro lado, procura justificar (*probatio*) essa atitude com base nos valores sustentados pelos discursos argumentativos, de tal forma que as opções do autor, em qualquer nível, surgem como justas, válidas, autorizadas etc., até por estarem, em última instância, fundadas numa tópica religiosa e existencial. Evidentemente, para que tais estratégias produzam os efeitos que produzem, é preciso que as CP correspondam às da confissão e/ou do tribunal, onde o confitente ou o réu é, de saída, se não culpado, ao menos suspeito.

Como produto de uma ordem confessional, o plano dos enunciados traz, como que confirmando no texto o que DUCROT (1984a) mostra no âmbito da enunciação-frase, as marcas de sua enunciação. Há nele representados, como já se faz evidente a esta altura, um discurso de confitente, correspondente à 'autobiografia', e um discurso de confessor, perceptível no conjunto temático-discursivo referente ao catolicismo e na sua réplica existencial, assim como, por consequência da derivação entimemática, nos demais conjuntos argumentativos. Espelhando-se um no outro, ou seja, os conjuntos argumentativos conduzindo pelo entimema às conclusões 'autobiográficas', e este conjunto, pela via da elepse/alusão, recorrendo àquele para fazer entrever

seus contornos, os dois tipos de conjuntos 'dramatizam' no texto suas próprias CP. Curiosamente, o conjunto metalinguístico, participando simultaneamente de ambos os tipos de discurso, é o *embrayeur* que opera as passagens de um personagem a outro, reproduzindo, naquilo que tem de argumentativo, os valores universais da tópica religiosa e existencial, e exprimindo, no que tem de autobiográfico, a singularidade do autor. Assim, no conjunto, o texto figura também o dilaceramento, a duplicidade, a divisão entre bem e mal que o autor vive e que toma como elemento essencial da imagem de si mesmo.

Dado o papel de 'interlocutor constitutivo' exercido aqui pelo discurso religioso, convém examinar, ainda que rapidamente, suas marcas e propriedades, para em seguida explicitar com maior propriedade e exatidão, seu funcionamento no interior do Diário. Se a consideração em separado dos conjuntos 'autobiográficos' nos revelou o lugar preciso do encontro do autor com o leitor, o exame da superfície discursiva do 'espelho' religioso nos dará acesso à vertigem, ao 'sopro divino' que passa pela topografia escolhida pelo autor, fundamental para suas estratégias de relação.

3.3.1. Forma e funcionamento do discurso religioso

Para caracterizar o discurso religioso, ORLANDI (1983) parte da concepção de ALTHUSSER (1969), que não só o toma como exemplo típico, mas ainda apresenta sua forma como

correspondendo à estrutura geral de todo e qualquer discurso ideológico. Nessa perspectiva, posso dizer que suas características básicas predendem-se ao estatuto particular de sua estrutura interlocutiva. Nele, o sujeito da enunciação se apresenta como um representante (que Althusser e Orlandi representam como **sujeito**, grafado com letra minúscula) que fala em nome de Deus (**Sujeito**) sem entretanto nunca se confundir com Ele, na medida em que os planos em que se encontram se opõem na forma de um radical antagonismo, onde o plano espiritual em que Deus se encontra é a negação do plano terreno do sujeito humano e vice-versa:

Deus se define a si mesmo portanto como o **Sujeito** por excelência, aquele que é por si e para si ('Eu sou Aquela que é'), e aquele que chama seu sujeito, o indivíduo que, pelo próprio chamado, está a ele submetido, o indivíduo chamado Moisés. E Moisés, interpelado -- chamado por seu Nome, tendo reconhecido que 'tratava-se certamente dele' se reconhece como **sujeito**, sujeito de Deus, **sujeito pelo Sujeito e submetido ao Sujeito**. A prova: ele o obedece e faz com que seu povo obedeça às ordens de Deus (ALTHUSSER, 1969, p. 101).

O discurso religioso é, portanto, aquele em que Deus fala aos homens através de um representante e, assim, interpela os indivíduos como sujeitos (sujeitos da contraditória liberdade de

aceitarem ou não Sua autoridade) para que se reconheçam como tais (consigo mesmos e entre si) na submissão garantindo-lhes que sob as Suas condições nada lhes faltará e tudo estará bem ('O Senhor é meu Pastor, nada me faltará!').

Essa estrutura interlocutiva particular que corresponde aos aspectos principais das condições da produção do discurso religioso, determina uma situação que Orlandi denomina "não-reversibilidade": a tendência a anular, na interlocução, a troca de papéis que é constitutiva de todo discurso.

A consequência é a criação de uma série de mecanismos discursivos que criam a "ilusão de reversibilidade", mantendo aceso no sujeito o desejo/esperança de reversibilidade, sem o qual não haveria discurso possível, e portanto acenando-lhe sempre com a possibilidade de um acesso direto ao plano do Sujeito. Tais "ultrapassagens" se dão portanto por via de uma codificação que cria e cristaliza as formas e fórmulas pelas quais o sagrado irrompe no profano (infallibilidade do papa, sacramentos, consagração na missa, bênçãos etc.) ou, na direção contrária, o profano alça-se ao plano do sagrado (profecias, visões, misticismo, prece etc.). Via de regra, a forma linguística que a ultrapassagem reveste é a performatividade.

Outro mecanismo é a incorporação de vozes, através do qual a voz de Deus se fala na de seu representante sem que no entanto os mecanismos discursivos que realizam essa tarefa sejam mostrados. O resultado é a anulação de toda e qualquer autonomia do sujeito da enunciação sobre os conteúdos assumidos pelo sujeito dos enunciados (Deus), a palavra assim proferida tendendo sempre a uma obscuridade que, ao se oferecer à

multiplicidade de leituras possíveis, cria o espaço da interpretação, assumida por agentes temporais (a Igreja e seus representantes) e espirituais (Nossa Senhora, os santos etc.) cuja atividade será rigidamente codificada. Dessa circunstância nascerá a intertextualidade essencial do discurso religioso. O comentário aos textos sagrados (e a cadeia interpretativa criada) será sua expressão típica.

O discurso religioso é também um espaço de exercício de poder, onde o desejo de ultrapagem é desejo de ocupar o lugar do poder absoluto do Sujeito. Nesse espaço, a outra via de acesso é a negação das regras que regulam o discurso religioso ou a usurpação do lugar ocupado pelo Sujeito. Através de heresias, blasfêmias etc., os indivíduos assumem um livre arbítrio que, ao exercer-se contra um poder absoluto, torna-os senhores de um poder igualmente absoluto. O funcionamento desse discurso reveste então as formas de uma verdadeira "retórica da denegação" (a negação da negação).

Isso porque, pela caracterização da dissimetria, o ouvinte (o homem) acumula os valores negativos, e, entre eles, o de que nasceu com o pecado, e o pecado é o não a Deus. Assim, o discurso religioso, para afirmar o que é positivo, deve negar o negativo, ou seja deve negar o sim pressuposto, do homem, ao pecado (que é a negação) (ORLANDI, 1983; p. 233).

é a existência dessa retórica que funda uma estruturação

triádica típica de vários tipos desse discurso:

1. **Exortação.** Momento do discurso religioso que opera: a) a identificação dos sujeitos entre si -- "Irmãos!" -- como primeiro passo para a apresentação da proposta; b) a delimitação da comunidade de fé -- "nós" versus "aqueles que não crêem"; c) a denegação.

2. **Enlevo.** É o reponsável pela identificação com os propósitos divinos, constituindo-se portanto como instrumento fundamental da ultrapassagem.

3. **Salvação.** Este é o momento representado no discurso pelo pedido ou agradecimento do fiel.

Para os propósitos dessa etapa de meu trabalho, convém lembrar, ainda no terreno das CP do discurso religioso, que o dualismo maniqueísta de sua visão de mundo, cuja expressão discursiva é a dissimetria interlocutiva e as formas ilusórias de sua ultrapassagem, acarreta uma aproximação entre dois extremos que se esforça por afastar. Isso quer dizer que o indivíduo que enuncia um discurso religioso (dirigindo-se a Deus ou oferecendo-se como mediador de Sua palavra) está sempre no centro de um conflito entre a obtenção da salvação e a queda. Seu discurso corre sempre o risco da heresia e da blasfêmia. Por isso mesmo, o sujeito da enunciação está sempre em vigília, e a vertigem da queda é uma constante (cf., a respeito, HUSTON, 1980; BENVENISTE, 1974).

Por outro lado, a retórica da denegação, no seu movimento de afirmação de Deus, expressa a Verdade de Sua palavra através de asserções categóricas de caráter dogmático, entendendo-se por dogmatismo, aqui, o

... procedimento cognoscitivo que aparece em diversos níveis de reflexão, com a característica fundamental de basear-se em pressupostos, não a título de hipótese, mas a título de princípios explicativos e necessários (VASCONCELOS, 1971; p. 5; grifos originais).

Assim, ao lado das formas e fórmulas pelas quais essa retórica realiza a denegação, desenvolve-se aquilo que poderíamos chamar uma 'retórica do dogmatismo', cujas figuras VASCONCELOS (1971), a propósito dos dogmatismos sexuais (6), analisou. O dogma, em qualquer dos domínios em que se manifeste, é dado como verdade por definição e dele não se pode duvidar.

3.3.2. Formas e funções do discurso religioso no Diário

Correndo o risco de uma repetição talvez desnecessária, quero retomar os resultados da análise discursiva do Diário para redimensioná-lo à luz do discurso religioso que o constitui.

Antes de mais nada, a rede interlocutiva da obra é, evidentemente, fruto de sua inserção no domínio religioso.

Exceção única é o leitor e/ou a opinião pública, cujo estatuto de espectadores da confissão ou julgamento permite-lhe exatamente optar entre um lugar seja de fiel, integrando-se e fechando o círculo da 'comunidade de fé', seja de participante do tribunal, como jurado ou como mero espectador. Toda a organização temática e todos os mecanismos de coesão e eficácia implicados devem sua existência e seus efeitos, no interior do texto, à posição de grande tópica ocupada pelo discurso religioso. Sendo assim, as estratégias de relação implicadas na organização retórica da obra, ganham extraordinariamente em eficácia: a que é de interesse do sujeito da enunciação (o autor ou sujeito, no caso) pode ser confiada ao sujeito do enunciado (o Sujeito que a ele se dirige e/ou através dele fala). Assim, os conteúdos desse discurso alçam-se a um plano 'infinitamente superior' aos interlocutores reais da situação de enunciação. E o autor terá diante de si, em qualquer hipótese, duas imagens possíveis de si para apresentar ao leitor que vem ao seu encontro: a do mártir, que ele efetivamente persegue, e a do blasfemo ou herético, que assume como risco em seu combate com "Minas Gerais". Em ambos os casos, a imagem é grandiosa, e corresponde a um poder.

Para uma análise desses conteúdos e da sua função retórica, selecionei, entre os fragmentos previamente classificados como de temática religiosa, oito deles (287, 436, 438, 516, 780, 963, 1009), e os submeti a uma análise temática análoga à da macroestrutura. Relato a seguir apenas os resultados que revelaram o comportamento típico de todo o conjunto.

A estrutura interlocutiva do Diário é também o princípio de

organização dos fragmentos de temática religiosa, na medida em que é a responsável não só pelo reagrupamento deles em torno das diferentes direcções interlocutivas, como também pela forma predominante que revestirão. Delineiam-se assim quatro subconjuntos de fragmentos religiosos:

a. Relativos à interlocução consigo mesmo.

Nesses, o que está em questão é a resposta de Lúcio ao chamado religioso. Nesse sentido, dizem respeito ao enlevo, à identificação com os valores católicos. Como a porção de si mesmo a que se referem é a da "sombra", no intuito de através de sua negação afirmar a "luz", fortalecer o espírito e manifestar sua fé, as formas denegativas predominantes são as da lamentação e da impreciação contra si mesmo, que, afinal estão na base da auto-imagem construída nos fragmentos tematicamente específicos.

Exs.:

1. Não resta dúvida de que certos períodos são épocas de provação; Deus nos experimenta até o cerne, para ver se conhecemos de que tempera somos formados. Eu sei qual é a minha triste natureza (p. 101).

2. Miseráveis todos nós, que plantamos no perecível e ausente de Deus, um estandarte nôvo de vermelho e sombra. E desalentos, juramos a felicidade. E juramos, por tudo o que seja fácil

e sem sacrifício (p. 74).

b. Relativos à interlocução com "Minas Gerais" e com os "católicos coléricos".

Quando a direção é "Minas Gerais" ou os "católicos coléricos" (estes, principalmente na figura de seus "imitadores"), a estratégia é dupla e análoga, razão pela qual refiro-me a ambas simultaneamente. Num primeiro movimento, o autor contesta a mediocridade, a arrogância e a intolerância desses interlocutores, com base num ideário católico medieval que, como já vimos, valoriza o extremismo e o conflito (entre o bem e o mal), que intranquiliza e amedronta o fiel através da ameaça, da cólera e da destruição, e que no entanto, contraditoriamente -- "como o próprio Cristo" -- pactua com a "fraqueza humana" e representa assim a piedade e a caridade. Como esse catolicismo dos interlocutores é visto negativamente, a afirmação do ideário do autor só pode se dar, mais uma vez, nas formas linguísticas da denegação: a negação, o paradoxo, a antítese e a oposição (entre o tom solene -- 'alto' -- e o vulgar -- 'baixo' --, figuras típicas da retórica dogmática; v. VASCONCELOS, 1971; p. 13-44). A tipologia textual predominante será a da dissertação/argumentação -- quando a via escolhida para o acesso ao interlocutor é a da razão -- ou a da impreciação, quando o veículo é a emoção. Em ambos os casos, é a exortação em nome da justa interpretação da palavra sagrada que está em jogo.

Exs.:

1. O que me causa medo numa certa espécie de catolicismo, é a formação de uma casta, a consciência de uma superioridade como os melhores, os que souberam aceitar mais livremente êsse dom de escolher a 'verdade' -- a difícil verdade, finalmente. Ora, se somos católicos, somos mais iguais a todo mundo, somos mais os outros do que nós mesmos, somos a mistura, a fraqueza que não se vence, o desespero, o erro comum. Não há pior espécie de salvação do que a solitária -- é a salvação dos fariseus. Os santos, que de todo o gênero humano são os que mais intimamente existem na convivência de Deus, dedicam-se ao martírio, que é a

convivência total com todos, com os enganados e a impiedade de todos (p. 95).

2. Uma das formas do ódio a Jesus Cristo: a náusea ante a profundidade. Cristo pertence a tudo, menos a um conhecimento de superfície (p. 44).

3. Faz, ó senhor, com que nos suceda uma catástrofe imensa e coletiva. A inundação ou destruição das cidades condenadas. Queremos uma

guerra forte e sem piedade. Queremos uma morte egoísta e adornada de cruéis heroísmo. Queremos o nada como uma grande convulsão. Que venham os tempos musicais do castigo, que a peste penetre com seus andrajos no coração da cidade, e que sinos violentos toquem a hora nova da ressurreição (p. 200).

c. Referentes à interlocução com o leitor.

Quando o interlocutor presente é o leitor (ou a 'opinião corrente') o texto assume três tipos de formas diferentes, cada uma delas correspondendo a uma estratégia argumentativa e implicando cada uma uma imagem diferente do leitor:

1. a dissertação, onde o autor justifica suas posições valendo-se de um raciocínio apresentado na forma de uma lógica clássica que se encarrega de estabelecer a necessidade das conclusões cujas premissas são tiradas do mesmo ideário cristão já referido: a imagem do interlocutor, aqui, é a de alguém que partilha, mesmo que apenas parcialmente, do mesmo ideário (daí o nós que inclui autor e leitor numa mesma comunidade de fé); a identidade entre os interlocutores precisa então ser reafirmada, esclarecida ou mesmo corrigida, ou seja, precisa ser negociada:

2. a dissertação metalinguística, em que o autor explicita o significado de suas anotações religiosas, e através da qual indica ou mesmo fixa a leitura por ele considerada legítima desses fragmentos; a imagem do outro, aqui, não implica a

identidade: o autor não pressupõe comunidade, apenas imagina um leitor atento e curioso;

3. a exortação e a ameaça profética, que só faz sentido se supusermos que se dirige a um outro concebido simultaneamente na sua diferença ou resistência (ameaça) e na sua identidade (exortação).

Oscilando entre a polêmica (a contestação aqui implícita ao inimigo) e o autoritarismo (o dogmatismo), o que caracteriza ainda os fragmentos dirigidos ao leitor é a interferência direta porém ambígua do sujeito da enunciação -- e com ele do discurso expressivo -- na forma de uma modalização que, recaindo sobre enunciados dados como constituintes de um texto sagrado ali referido, desempenham o papel duplo e contraditório de atenuar o tom categórico das premissas defendidas, e -- exatamente porque o autor expressa sua incerteza diante delas -- reafirmar seu caráter de visão ou revelação, dando-lhe então um caráter mais verdadeiro e necessário, porque mais sagrado.

Exs. (os grifos são meus):

1. Não sei, mas uma idéia me vem ao pensamento: só os santos, na total ausência do pecado, podem ter uma fé absoluta. Como o amor, que cresce dolorosamente ante a consciência de uma falta cometida, talvez a fé seja maior ante a presença do pecado (p. 5).

2. Agora somente, e depois de um amigo me ter chamado a atenção sôbre a franqueza de minhas anotações religiosas, procuro entender os motivos que levaram a escrevê-las, ou melhor, os sentimentos que me conduziram naqueles determinados momentos. Sobretudo os de invectiva contra certa espécie de católicos, cujo comportamento muito me irrita, e que em geral me faz de sobreaviso quando ouço alguém afirmar 'sou católico'. Ora, refiro-me a uma casta religiosa muito em voga ultimamente, a dos 'coléricos' ou de 'espada desembainhada', segundo o exemplo já clássico de Léon Bloy ou mesmo de Bernanos (p. 154).

d. Referente à interlocução com Deus.

Quando é Deus que se encontra do outro lado, o autor expressa (atesta) sua fé e devoção. Em nome dela confessa-se em pecado -- porque humano -- anuncia sua disposição em aceitar a Imagem do Cristo como inspiração e exemplo (enumera então suas provações e alude a seu martírio), agradece as graças e dons recebidos (entre as quais o da escrita e o da multiplicidade -- "possuir todos os sexos") e pede -- exige, até -- a graça suprema da salvação.

Exs.:

Deus, meus Deus, não ousa senão o que meu coração
presente.

Estarei enganado? Sofro de piedade, de um excesso
de piedade. Sofro de pena dos outros, das causas
e dos males que imagino. Por que ir tão longe?
Por que suportar-me essa força capaz de arrastar-me
a êsses abismos?

Meu Deus, eu sou um ser de egoísmo e de
esterilidade, sou um coração fechado e sem
misericórdia. Assim devo ser. Por que a minha
destruição? Não tenho medo de gritar e nem de ser
patético. Quero, exijo, a minha salvação.

(Como posso ser absurdo em meu silêncio. Como eu
amo o que amo) (p. 234).

O múltiplo diálogo travado pelo autor com seus
interlocutores levanta um temário -- o 'ideário cristão
medieval' de sempre -- que é responsável pela homogeneidade
temática do conjunto.

Baseando-me em VIGNAUX (1981), posso encarar esse ideário,
enquanto representado no discurso, como um repertório de
objetos, entendendo por 'objeto' discursivo todo e qualquer
elemento encarregado de representar, no campo fechado do
discurso, os objetos (noções, conceitos, atores etc.)
pressupostos como existentes no mundo 'real'. Como esse mundo
'real' -- que melhor definiríamos como extralinguístico -- é, no
caso, um mundo idealizado segundo a ótica cristã, os objetos que
o concernem manifestam a mesma dualidade dessa doutrina. Sua

característica semântica básica será então a polaridade: aparecerão sempre como pares de opostos onde a afirmação de um dos pólos implica a negação do outro e vice-versa.

O que caracteriza a operação pela qual os objetos relativos a esse ideário vêm à tona é a seleção operada pelo sujeito da enunciação, a partir do repertório básico, determinado pela imagem que faz de cada interlocutor. Assim, embora a temática seja uma só, seus objetos repartem-se diferentemente pelos circuitos de interlocução, de tal forma que podemos atribuir, a cada um desses circuitos, objetos que, sem lhes serem exclusivos, são-lhes no entanto típicos. O quadro geral desse repertório e sua distribuição toma então a forma geral que indico a seguir.

Na interlocução consigo mesmo, o objeto das lamentações e imprecacões consiste na dualidade de caráter do autor e, mais precisamente, no pólo dessa dualidade dominado pela noção de pecado: a pobreza e a inutilidade da carne, o caos selvagem dos instintos, o "mal que me habita". Como objetos duais, pressupõem seus opostos: o conflito resultante -- 'o choque extremo entre o bem e o mal' -- compõe mais uma vez a imagem do autor enquanto palco desse conflito. Mais que isso, desenham a figura de um fiel solitário e sofredor que nas suas lamentações e auto-imprecacões deseja a salvação. O fato de constituírem objetos de uma tópica geral assumidos pessoalmente pelo sujeito da enunciação cria o implícito de que a cada um desses diferentes 'males' ou 'pecados' correspondem experiências pessoais vividas.

Os objetos privilegiados, na interlocução com Minas Gerais ou com os "católicos coléricos", são exatamente os opostos dos

objetos contestados pelo autor em seus interlocutores. Contra a mediocridade e o espírito "judaico-bancário" dos primeiros, opõe o extremismo da fé assumida sinceramente, a violência e a cólera da palavra do Cristo, a necessidade do mal para o conhecimento do bem; contra a arrogância e a intolerância dos segundos, recorre à Imagem de Cristo e portanto traz à tona da discussão a Caridade, o Amor ao próximo, a Humanidade, o martírio pessoal pela salvação da humanidade, o caráter coletivo e absoluto da Salvação ("Ou nos salvamos todos, ou ninguém se salvará").

Nos fragmentos dirigidos ao leitor o autor concentra-se nas discussões sobre o caráter do verdadeiro cristianismo, e portanto constrói-se aqui a idéia da Fé como condição para a salvação, o Amor de Deus e de Cristo pela criatura humana, a certeza da Graça como manifestação da Misericórdia divina e a importância do martírio como forma de aproximação à imagem do Cristo e portanto ao ideal cristão.

Finalmente, a obsessão pelo pecado, ou melhor, o medo e o fascínio pelo pecado, como mal necessário no itinerário que busca a Salvação, é o que caracteriza a interlocução com Deus.

Considerados em conjunto, e pensando na função retórica que lhes é reservada, posso dizer que:

1. Esses objetos compõem o ideário cristão do autor em dois movimentos diferentes -- negativa e fragmentariamente (na forma de tópicos que compõem progressivamente um 'mosaico'), quando se trata de contestar os 'inimigos'; e afirmativa e mais sistematizada quando se dirigem ao leitor. A este é então

reservado um papel de possível cumplicidade que se expressa na forma de um repertório de objetos que a enunciação se encarrega de tornar co-extensivo ao leitor.

2. Seu conteúdo semântico global (a necessidade do mal e do pecado; a importância central da caridade e da piedade; etc.) desempenha, no plano retórico, a função de legitimar -- como parte necessária de um itinerário humano -- o pecado pessoal do autor, implícito nos fragmentos religiosos dirigidos a si mesmo, e nos conjuntos 'autobiográficos'.

Considerando que na doutrina cristã a palavra é intermediária entre o pensamento e a ação, esta consistindo na **tradução comportamental** da palavra (HUSTON, 1980; p. 35), a performatividade do conjunto religioso, assim como de todo o Diário, torna-se evidente. Finalizando sua análise, quero então retomar o quadro geral das estratégias de relação, que consistem em:

1. Elidir e desautorizar, em nome do ideário cristão medieval, todas as referências a tudo que, do ponto de vista da imagem que o autor tem de seus interlocutores, possa funcionar como instrumento de condenação no circuito de fala nitidamente confessional em que se vê inscrito.

2. Convencer seus interlocutores terrenos da propriedade de sua interpretação da palavra sagrada, garantindo pelo dogmatismo do texto sagrado a verdade e a justiça de suas imprecções (que aparecem então como 'ira sagrada'), legitimando sua recusa à confissão explícita e conquistando a adesão do leitor.

3. Comover o público, através da construção de uma auto-imagem de mártir que cumpre um extenso e penoso itinerário de provações -- uma verdadeira réplica da Paixão -- em busca do merecimento da Graça divina e portanto da Salvação.

4. Pedir a Deus, respaldado nas operações anteriores, sua Salvação.

A encenação, no sentido teatral do termo (VIGNAUX, 1976), desse discurso, confere-lhe, como podemos agora notar, um papel complexo e fundamental: deve funcionar simultaneamente como arma para ferir e abater o inimigo, instrumento para flagelação e promoção do autor, estratégia de argumentação e sedução para obter a adesão e a cumplicidade do leitor (ou seja: da 'opinião corrente'), e, finalmente, instrumento de ultrapassagem.

Não é de estranhar, portanto, a extrema tensão desses textos, que se equilibram entre o risco do uso indevido da palavra e a esperança de ascensão:

"Um de nós, pela graça de Deus, terá de subsistir. Mas acordado".

Chegados a este ponto, em que o discurso de Lúcio Cardoso parece mostrar-se mais e melhor ao 'leitor amigo' que o escuta 'numa mesa de bar', não há como evitar uma oportuna referência a BAKHTIN (1953):

Quanto melhor dominarmos os gêneros discursivos, mais livremente os aproveitamos, maior a plenitude e a clareza de nossa personalidade que se reflete nesse uso (quando necessário), mais plástica e agilmente reproduzimos a irrepetível situação da comunicação verbal; em uma palavra: maior será a perfeição com que realizaremos nossa livre intenção discursiva. (p. 270)

CAPÍTULO 4

O "Manual": o sexo certo de um sujeito incerto

"Afiml, o que se deve perguntar é por que essa preocupação de localizar com certeza a presença do sexual aflige tantas pessoas!"

Naumi Vasconcelos. Os dogmatismos sexuais.

4.1. Os efeitos de sentido e suas condições de produção

Já pelo título -- Tudo que você queria saber sobre o sexo; mas tinha medo de perguntar -- o texto de Reuben começa por despertar a atenção pelo fato de anunciar-se como uma quase caricatura (uma quase paródia) de alguns manuais de sexologia mais recentes ou 'modernos', o que lhe dá um permanente tom ambíguo, entre o discurso 'a sério' e o discurso predominantemente lúdico. Construído sob a forma de um questionário de cliente ou consulente anônimo dirigido ao autor, apresentado como "psiquiatra do Departamento de Psiquiatria da Escola de Medicina da Universidade de Harvard", recorre frequentemente, nas respostas, a depoimentos e narrativas atribuídos a pacientes. Contrariamente ao que se poderia esperar, no entanto, dá frequentemente a impressão de um texto mal composto e fraturado, para o qual certamente contribuíram bastante tanto a tradução (que no entanto é assinada por um suposto especialista) quanto a revisão tipográfica, responsável por erros evidentes e grosseiros (v., por ex., erros na p. 180).

Por outro lado, já a partir do título revela, pela referência ao "medo de perguntar", não só o tabu que cerca o objeto de que se ocupa e a intenção de violá-lo -- explicitada enfaticamente no texto promocional que encima a capa -- como também o pressuposto de que o público ao qual se dirige tem curiosidades específicas, que só o Manual poderia -- e até exaustivamente (Tudo sobre o sexo...) -- esclarecer, instaurando-se assim uma relação dissimétrica entre emissão,

como lugar do saber, e *recepção*, como lugar da dúvida e da desinformação. Trata-se de um discurso impessoal, atemporal e descontextualizado como o discurso de tipo teórico, apesar de assumido em primeira pessoa, por força da apresentação em forma 'dialogada' dos conteúdos do texto. Como tal, parece mesmo, como indiquei na 'Introdução', dirigir-se a todos e a ninguém, sendo proferido em nome da ciência, o que não só legitima mas também tende a realizar, performativamente, suas pretensões à verdade, todas as asserções de conhecimento tendendo portanto para a declaração.

Como a diferença entre o pressuposto de exaustividade e de violação do tabu, que no título aparecem como promessas, e o que finalmente o texto realiza é flagrantemente frustrante, como pretendo mostrar adiante, a situação nos faz lembrar a do *strip-tease*, tal como descrito em BARTHES (1957): a nudez e a sensualidade (o sexo 'selvagem') que esse espetáculo anuncia acabam por converter-se, através dos mil e um procedimentos semiológicos típicos do espetáculo teatral, em algo perfeitamente análogo ao triângulo que, no ato final, permanece guardando a genitália feminina: uma figura geométrica, construção artificial e artificiosa de uma mineral rigidez. Nesse sentido, o trabalho de análise procurou evidenciar os mecanismos discursivos através dos quais uma verdadeira 'operação substituição' se encarregava de confeccionar um novo e estranho objeto para ocupar o lugar da 'verdade finalmente revelada'.

Nos mecanismos mobilizados por essa operação, quando bem sucedida em relação a seu destinatário, é que reside o 'poder de

informação' do Manual, e talvez, no que puder revelar de mais geral e inespecífico, dos manuais de sexologia como um todo.

A chave para a apreensão das principais características do texto de Reuben -- tanto nos seus efeitos de sentido quanto nos mecanismos selecionados para obtê-los -- parece estar na exploração astuciosa mas nem sempre hábil das possibilidades que lhe são oferecidas pelo domínio discursivo em que se inscreve, e portanto, do tema a que se dedica e da disciplina a que se submete.

Trata-se, como já disse, de um manual. Como tal, encontra-se no entroncamento de duas tipologias: o discurso de divulgação/vulgarização científica, onde se trata, essencialmente, de traduzir num discurso segundo, o discurso do especialista; e o discurso pedagógico, também ele um discurso segundo, mas cujos objetivos educacionais vão além da simples transmissão/tradução de informações, e pressupõem um conjunto de instituições mais ou menos formais onde essa transmissão -- a aprendizagem -- se dá.

A propósito, convém lembrar que esse caráter pedagógico pode tornar-se dominante, como acontece nos manuais de iniciação da criança e do adolescente aos 'segredos do amor e do sexo'. A presença seja da escola -- a Educação Sexual, seja da família -- 'Como Falar de Sexo a Seus Filhos', está aí pressuposta. Ainda em decorrência da especificidade do tema, uma terceira tipologia pode fazer-se presente: o discurso da malícia, que, segundo PRETI (1984),

... consistiria em dizer coisas que pudessem ter

um duplo significado: um primeiro, normal, literal, explícito; um segundo, implícito, intencionalmente escondido. A comunicação (...) subentenderia o conhecimento de um código, na verdade, pouco secreto, e que consiste, grosso modo, em sexualizar todos os significados, criando, assim, novos referentes (p. 111).

Como o texto do Manual é já e explicitamente dirigido ao sexo, a malícia ou o segundo sentido será possível aqui pela aproximação feita, através de comparações e analogias (metáforas), entre a apresentação 'científica' dos assuntos e suas versões 'vulgares'. E como, mais uma vez, é do sexo que se trata, oferece-se ao texto a possibilidade de constituir-se em grande sucesso editorial, e portanto de apresentar-se como produto típico da indústria cultural. O apelo publicitário do título, o tratamento gráfico dado à edição e a publicidade de outros títulos de igual apelo do mesmo autor, na contracapa, se encarregam de apresentar o texto como tal.

Tudo se passa, então, no interior do próprio discurso, como um jogo linguístico que brinca com o que HUSTON (1980) chama de "hierarquia de respeitabilidade". De acordo com esta autora, o léxico relativo ao sexo, nas mais diferentes línguas, está organizado em "níveis" ou registros distintos cujos extremos polares são, de um lado, as palavras-tabu do baixo calão, e, de outro, as do eufemismo científico ou religioso:

Se tomamos como exemplo as locuções que fazem

referências ao ato sexual em francês contemporâneo [ou em português], podemos classificá-las como segue:

I. os termos técnicos ou científicos ('conjunção sexual', 'coito', 'copulação');

II. os eufemismos ('fazer amor', 'dormir com');

III. as fórmulas em linguagem figurada ('ir aos ares');

IV. as obscenidades ('trepár');

V. os palavrões ('foder') (p. 71-72).

Recorrendo amplamente aos três primeiros níveis (mas 'tecnologizando' o segundo e o terceiro), o Manual também se vale do quarto nível. Embora evite os termos-tabu próprios desse registro, alude constantemente a eles, não só e mais uma vez através da metáfora tecnológica e mecânica, mas principalmente pelo recurso ao discurso do grotesco, que aparece sobretudo na caracterização -- sempre na forma do discurso direto e da 'experiência pessoal vivida' atribuídas a um suposto cliente -- do perfil e do comportamento dos "perversos" de todos os tipos, das "prostitutas", dos "homossexuais" etc.

Os exemplos a seguir referem-se ao "exibicionismo feminino", o primeiro, e à "prostituição feminina", o segundo:

Mostram os seios, os quadris, as nádegas e um discreto contorno de vulva (que se pode ver através de um calção de banho). Miss Alcachofra de 1966 tem muito em comum com Bubbles LaTour e

seus Balões Mágicos (p. 181).

Elas [as prostitutas] adoram [a felação]. Não porque pensem em sentir qualquer êxtase (nenhuma prostituta trabalha pelo prazer sexual), mas porque é muito mais lucrativo do que qualquer outra coisa. Uma chupada, conforme é conhecida no mercado, é rápida, fácil e limpa. Não é preciso mudar lençóis nem fazer lavagens (com exceção de um bochecho antisséptico)... (p. 199).

Não será difícil concluir, a partir desses exemplos, que mesmo no nível estritamente (socio)linguístico em que afinal se coloca, o *Manual* é, essencialmente, um jogo que consiste em ameaçar, pelo recurso às camadas "inferiores" do léxico e do discurso, romper a fronteira do tabu, sem entretanto sequer chegar a atingi-lo, não só pela ausência do quinto nível, mas também porque os enunciadores que se responsabilizam pelos níveis II a IV diferenciam-se e distanciam-se progressivamente do enunciator do nível I, o "psiquiatra", que tende a ser o representante por excelência do sujeito da enunciação.

Resumindo o que foi dito até aqui: as CP do *Manual* podem ser adequadamente descritas pelo entrecruzamento tipológico e pelo jogo (socio)linguístico referidos. Diferentemente do *Diário*, as circunstâncias ou a situação imediata de enunciação, assim como a identidade pessoal dos interlocutores, ou mesmo a do sujeito da enunciação, desempenham um papel praticamente nulo. Daí a 'autonomia' de que desfruta esse discurso, o relevo

assumido por seus objetos e o 'efeito de verdade' que manifesta, alcançando seus objetos acima de seus sujeitos, do tempo e do espaço.

4.2. A superfície discursiva

Da tentativa de atender simultaneamente e sem uma hierarquia claramente definida ao jogo discursivo inerente a cada uma dessas tipologias, nem sempre perfeitamente compatíveis entre si, resulta, num primeiro nível enunciativo, o conflito entre, de um lado, os dois primeiros tipos de discurso -- que apresentam como enunciadores o divulgador e o psiquiatra/professor, respectivamente -- e que pressupõem uma dissimetria interlocutiva com seus enunciatários; e, de outro lado, os dois últimos tipos de discurso, que são sustentados por enunciadores essencialmente cúmplices de seus interlocutores: o malicioso e o animador cultural. Esse conflito é condição essencial da impressão de texto mal composto, como explicarei melhor adiante, além de ser o responsável pela ambiguidade permanente do texto, expressa pela alternância entre o registro 'alto' dos discursos de divulgação e pedagógico, e os registros ora coloquial ora 'baixo' relacionados à malícia e às exigências ou possibilidades do texto de apelo comercial. Acima desse nível de tensões textuais aparentemente mal resolvidas, estará entretanto o plano enunciativo homogêneo constituído pela permanência de uma mesma relação de oposição e distância entre o

sujeito e o objeto do discurso, garantida pelo fato de os quatro tipos discursivos de que o manual de Reuben participa implicarem sempre um enunciador que nunca fala por si mesmo mas sempre em nome de (é o caso do discurso pedagógico e do discurso de divulgação) ou sem compromisso pessoal com (discurso da malícia e da cultura de massa). É o que permite o à vontade do autor em afirmar, nos "Agradecimentos" que o texto não se refere a nenhuma experiência pessoal vivida, já que seu autor se apresenta como um honesto e pacato pai de família como outro qualquer. Apesar disso, a 'autenticidade' dos relatos e a verdade das informações é 'garantida' pela

... experiência combinada de vários milhares de pacientes que me confiaram a responsabilidade de tratar de seus problemas emocionais (p. 11).

Esta relação particular entre enunciadores, o texto e o objeto discursivo garante a possibilidade de reproduzirem-se, no interior do texto, duas características dominantes do discurso pedagógico, tal como o entende ORLANDI (1978a): a circularidade (tendência às explicações tautológicas e a um jogo de legitimação recíproca entre o discurso e as instituições sociais a que se relaciona) e o desrespeito às leis do discurso tais como formuladas por DUCROT (1972, p. 142-153; 1984a, p. 95-114): como o objetivo último do discurso pedagógico é inculcar, mais que transmitir informações e ensinar, tende a negar tanto o caráter dialógico de todo e qualquer discurso quanto a construção conjunta do saber, apresentando-se então mais uma vez

como um discurso 'autônomo', que precisa recriar artificialmente, em seu interior, o apelo ao receptor. Daí os 'recursos didáticos', a encenação do 'diálogo', a exposição sistemática e facilidade, e, principalmente, as motivações, que procuram suprir a falta de informatividade, de interesse e de utilidade do que é dito. No Manual o recurso à composição 'em questionário' que simula a curiosidade e o interesse do leitor -- pressupondo portanto a utilidade do texto -- bem como a presença do discurso malicioso e dos depoimentos e narrativas atribuídas aos pacientes do autor (onde aliás sempre se insinua o tom malicioso) são evidências do quanto deve seu autor à possibilidade de utilizar o espaço e os recursos da indústria cultural para prover de uma 'motivação' peculiar seu discurso pedagógico.

Mas o recurso à composição 'em questionário' não parece ser consequência exclusiva da motivação didática. Segundo AUTHIER (1982a), o discurso de divulgação científica também caracteriza-se pela tendência a encenar o processo discursivo que o constitui, representando de diferentes formas, no interior do próprio texto, a relação interlocutiva que mantém com o(s) discurso(s) primeiro(s) de que pretende ser o comentário. Como o Manual tem também intenções diretas ou indiretamente pedagógicas, o eixo discurso primeiro--discurso segundo, que orienta essa representação no discurso de divulgação, desloca-se para a relação texto (do Manual)--leitor, fazendo então aparecer o 'diálogo'.

Seja como for, as vantagens retóricas do recurso ao questionário são evidentes.

Segundo APOSTEL (1981), uma pergunta do tipo "pedido de informação", como as que figuram no Manual, traz implícita, como consequência direta de sua força ilocucional, três tipos de pressupostos e um "suposto".

Toda pergunta pressupõe, então:

1. os enunciados cuja verdade é condição necessária para que ela [a pergunta] tenha respostas (p. 25),

uma vez que a realização de todo ato ilocucional pressupõe a efetivação de suas condições de felicidade;

2. todo enunciado cuja verdade seja condição necessária para a existência de uma resposta parcial (fraca) ou totalmente (forte) verdadeira (id.),

pelo mesmo motivo anterior;

3. os enunciados em que aquele que pergunta deve acreditar, para que possa considerar esta questão como meio adequado de atingir o objetivo que persegue (p. 26).

Ao lado de tais pressupostos,

... uma questão **supõe** (e não **pre-supõe**) os

enunciados que são tidos como verdadeiros no espaço de tempo imediatamente precedente à interrogação, na medida em que esses enunciados descrevem eventos ou processos que causam a interrogação (id.).

Sendo assim, a pergunta, e mais ainda a sequência de perguntas e respostas, é não só uma maneira de abrir espaço para o 'novo', ou seja, a informação supostamente desconhecida, como também uma forma de legitimar o 'dado'.

No caso do Manual, deixa-se sob a responsabilidade do 'consultante', e não do 'especialista', a apresentação desses tipos de implícitos, que, na medida em que correspondem a estereótipos do senso comum, não só se apresentam como 'ideológicos', como ainda tendem a funcionar como *topoi*, ou seja, como os valores que, de acordo com DUCROT (1987), orientam a argumentatividade do discurso. A esse respeito, o início do segundo capítulo (p. 17) é exemplar: a pergunta "De que tamanho é o pênis normal?" introduz o pressuposto de que existe um 'pênis normal' definido em termos de dimensões, possibilitando uma resposta que, longe de contestar o pressuposto, o confirma e o legitima: "Essa é a questão do século" (id.).

Nesse 'diálogo' em que a pergunta propõe sempre um tópico e a resposta constitui sempre um comentário, esse processo de legitimação de pressupostos 'ideológicos' é bastante recorrente, o que comprova mais uma vez a tendência à circularidade desse manual. Ao mesmo tempo, as referências explícitas e obsessivas ao(s) discurso(s) primeiro(s) que aqui se traduz(em) -- e que,

segundo AUTHIER (1982a), são a marca registrada dos discursos onde a divulgação científica é a única ou a principal preocupação, assumindo formas típicas como "X disse/diz que...", "Segundo X..." etc. -- podem ser suprimidas, como acontece com as inexistentes referências bibliográficas, ou ainda substituídas por procedimentos de indeterminação ("Muitos peritos acham que...") e de emprego de dêiticos sem referente contextual ou mesmo textual ("Recentemente, os investigadores suspenderam as experiências..."; "Os registros oficiais descrevem-na [a mulher da 'experiência' relatada] como: '... cansada, porém feliz'").

Por outro lado, a manipulação pouco hábil das possibilidades abertas por essa 'autonomia' discursiva cria as fraturas responsáveis pela impressão de um texto mal composto. Veja-se, por exemplo, a resposta dada à questão relativa a se os testículos desempenham ou não algum papel na potência sexual masculina (p. 28): a uma resposta negativa, seguem-se dois parágrafos referentes aos primitivos recursos de que o organismo humano dispunha para a proteção desse órgão, recursos esses dos quais o homem, ao longo da evolução da espécie, foi-se desprovendo. Evidentemente, não foi essa informação o alvo da pergunta, e o diálogo aí simulado peca pela violação das máximas conversacionais da relação e da quantidade, que obrigariam uma resposta de conteúdo respectivamente relevante e informativo na exata medida do requerido pelo interlocutor. Outro caso flagrante de desrespeito inábil à máxima da quantidade -- e inábil porque ultrapassa em muito as exigências da exposição didático/pedagógica -- é o alto grau de redundância presente no

texto. Entre as páginas 23 e 32, por exemplo, a impotência masculina e sua impossibilidade de cura não psiquiátrica são discutidas ao sabor de questões que ou são paráfrases umas das outras ("Existe algum tratamento para a impotência?"; p. 29; "Existe cura para a impotência?"; p. 31) ou são pura e simplesmente repetições (a questão "Têm os testículos algo a ver com a potência?" aparece tanto na página 24 quanto na 28).

Será ainda nesse nível homogêneo definido pela permanência de uma distância entre o sujeito e seu discurso que se construirá, com a ajuda dos mecanismos determinados pelas CP específicas desse manual (as tipologias cruzadas), um objeto discursivo definido com uma rigidez que não admite o meio-termo nem a nuance. Trata-se de um modelo de sexo e de sexualidade, mantido ao longo do texto por duas séries terminológicas distintas (a da ciência: "pênis", "vagina", "ejaculação" etc.; e das analogias mecânicas: "pistão", "cilindro", "descarga elétrica" etc.), que ampliam o campo dos mecanismos de coesão lexical possíveis e aumentam os efeitos de redundância. É fundamentalmente em torno à rigidez dessa representação e em função tanto da autoridade que lhe é conferida pelo discurso 'científico' quanto pelas 'intenções pedagógicas' que se revela o caráter normativo implicado em seu título.

A construção do objeto principia pela seleção temática e pela organização em tópicos e capítulos desses temas: como observa DUVERT (1974), a distribuição seletiva da informação não é neutra nem inocente. Assim, uma rápida consulta à organização em capítulos e à estrutura temática interna de cada um deles, no Manual, basta para comprovar que Reuben seguiu à risca sua

concepção de sexo como "uso racional dos órgãos sexuais" (p. 14). Excetuando-se o primeiro capítulo, cuja função é introdutória, os três seguintes referem-se aos órgãos sexuais masculino (Capítulo 2) e feminino (Capítulo 3) e ao ato sexual (Capítulo 4). É neles, essencialmente, que se dá a construção do objeto, e são, nesse sentido, nucleares, razão pela qual concentrei neles a maior parte da atenção.

Os doze capítulos restantes dedicam-se quer ao que na perspectiva do livro são desvios em relação ao modelo ("Perversões" e "Homossexualidade masculina"), quer às variantes aceitáveis ("Masturbação" e "Prostituição"), quer ainda aos fatores que possam intervir no desempenho sexual, seja para melhorá-lo ou evitar consequências indesejadas ("Afrodisíacos", "Controle da natalidade" e "Aborto"), seja para perturbá-lo ("Impotência", "Frigidez", "Menopausa", "Doenças venéreas" e "O outono do sexo"). Como do ponto de vista do problema que me interessa não são fundamentais e estão subordinados aos primeiros, não foram objeto de análise específica, embora tenham concorrido de maneira decisiva para a definição e orientação do trabalho.

Os capítulos referentes aos órgãos sexuais masculino e feminino preparam o capítulo sobre o ato sexual, não só no sentido de que os temas essenciais são ali elaborados como também porque de alguma forma estão pressupostos neste. Vejamos, portanto, nas suas linhas gerais, como se organizam tematicamente.

Sobre o órgão sexual masculino, cinco itens são abordados: suas dimensões, seu ângulo durante a ereção (uma "maravilhosa

coincidência" com o ângulo da vagina), a ejaculação e a impotência. Ou seja: o que está em questão é, basicamente, a anatomia e a fisiologia do pênis, numa abordagem que faz convergir o senso comum e os seus estereótipos com a perspectiva quantitativa de um certo tipo de sexologia e de paradigma científico. As metáforas empregadas para descrever cada um desses tópicos, todas elas mecânicas, apresentam o pênis como máquina, selecionando entre uma e outra o traço semântico da força e da potência.

No que diz respeito aos órgãos genitais femininos, o capítulo correspondente pode ser visto como estruturado em quatro grandes unidades temáticas que dominam e organizam a informação. Na primeira delas, é o caráter ou a "natureza" deles que está em questão. A genitália feminina é apresentada como um correspondente exato mas invertido da masculina, e isso através tanto da referência à tese segundo a qual o embrião tem "um falo bissexuado" (grifo meu) que se diferirá num pênis ou num clitóris, conforme "o minúsculo ser evoluirá para um esguia dançarina ou um salva-vidas cheio de músculos" (p. 34), quanto através do estabelecimento de correspondências outras, tais como "vagina/verumontanum" e "glândulas de Skene/próstata". Inversão do masculino, os órgãos sexuais femininos são vistos, no entanto, como possivelmente "superiores" e mais "sofisticados" que os masculinos: se comparados aos de animais "relativamente primitivos, como a galinha" -- onde a excreção e a reprodução se fazem pelos mesmos locais -- a mulher teria subido um degrau a mais que o homem, na escala da especialização, já que enquanto no homem micção e reprodução continuam associados,

... a mulher atingiu o máximo. É um modelo de luxo, anatomicamente falando, com absoluta segregação funcional e estrutural: três tarefas, três orifícios (p. 33).

Na segunda unidade, o tema é a virgindade, discutida a partir de uma explicação do que é e para que serve o hímem. O 'tom baixo' é frequente, e a questão é conduzida sob a tónica da impossibilidade de se ter certeza da virgindade de uma mulher, já que o hímem pode estar intacto em mulheres de larga experiência sexual, e rompido, pela masturbação, movimentos bruscos etc., em mulheres virgens: "Tudo depende do tipo de hímem com o qual ela nasceu" (p. 39). A terceira unidade é dedicada à menstruação e à fecundidade feminina, considerada como um risco a ser levado em conta pelo casal se quiser evitar surpresas desagradáveis. A quarta e última unidade refere-se ao funcionamento dos órgãos sexuais femininos durante o ato sexual. Focalizam-se as alterações preparatórias para o ato, a função -- enfatizada na sua importância -- do clitóris, dos lábios vaginais e do útero, a "fisiologia" do orgasmo -- que na mulher teria a particularidade de ser variado (vaginal e clitoral) e múltiplo, tornando-a sempre apta a um novo ato -- e, finalmente, os sinais seguros em que o homem pode se fiar para ter certeza de que a parceira atingiu o clímax.

Considerando os dois capítulos em conjunto, pode-se perceber facilmente que a imagem do órgão sexual como máquina -- e portanto como coisa -- está sempre presente, permitindo então as frequentes passagens para o 'tom baixo', que, nesse sentido,

consiste basicamente de uma reificação do sexo e do indivíduo. A perspectiva é nitidamente masculina, já que os temas são tratados, em ambos os casos, como do interesse exclusivo de homens. Por outro lado, os órgãos sexuais funcionam como verdadeiras metonímias, não só do comportamento sexual como um todo, mas também dos próprios indivíduos. Veja-se, por exemplo, a descrição do clímax, no orgasmo masculino:

Neste ponto oblitera-se a consciência e o homem perde todo o contato com o mundo -- exceto com aqueles centímetros cúbicos de vagina que envolvem o seu pênis (p. 20).

É esse procedimento metonímico que torna possível a naturalização da divisão social do trabalho -- como no caso do embrião que, dotado de um pênis ou de uma vagina será salva-vidas ou bailarina -- e também dos papéis sexuais do homem e da mulher. Assim, as imagens dos órgãos sexuais masculino e feminino implicam uma imagem do homem como força, potência e volume, e da mulher como luxo, insaciedade e fecundidade. Está preparado o campo para o quarto capítulo.

Em "O ato sexual" a imagem do sexo como uma questão de controle racional do desempenho das 'máquinas sexuais' reaparecerá com todo o vigor de uma explicitação sem rodeios (onde a metáfora dominante girará em torno do "pistão" e do "cilindro") e quase obsessiva na sua redundância, tendo em vista o conteúdo dos capítulos anteriores. A atividade sexual é classificada em três grandes tipos: a reprodutora, a que faz do

sexo uma expressão do amor, e a que faz dele instrumento do prazer. Esta última é que é legitimada e promovida pelo autor, porque é a única onde o sexo poderá atender, com a fácil **anuência** de seus praticantes -- verdadeira réplica da reciprocidade contratual e do livre comércio -- as exigências de uma racionalidade que consiste na maximização do desempenho sexual e do prazer. Por isso mesmo, o capítulo é dominado pelo tema das técnicas necessárias para sua obtenção, entendidas essencialmente como técnicas de comunicação externa e interna, ou seja: captação e trânsito, dentro do organismo, das informações nervosas provenientes da estimulação. Por isso mesmo, o modelo por excelência do ato sexual será aquele que implica no máximo de informação processada pelo cérebro -- "o mais importante de todos os órgãos sexuais" (sic.; p. 59) -- e envolvendo portanto todos os sentidos capazes de fornecê-la. Mais do que o clássico 'face-a-face', que o autor no entanto defende contra todas as demais variedades, será este o caso do sexo oral recíproco, "uma etapa do ato sexual onde quase todos os sentidos entram em ação" (p. 62).

Podemos concluir, sem dúvida, que o sexo e a sexualidade são representados aqui como uma questão de desempenho anatômico-fisiológico, de rendimento das 'máquinas' e de 'lucro' no investimento realizado, e que diz respeito aos casais heterossexuais adultos, numa perspectiva fundamentalmente masculina. Dada a posição central desses capítulos, o privilégio temático de que disfrutam é evidente. Considerando ainda o contexto de autoridade desse discurso, o resultado final é um modelo de sexualidade rigidamente codificado, a partir do qual

saúde e doença e certo e errado são estabelecidos. Daí o à vontade com que o "homossexualismo" e as "perversões" são vistos como doenças, e tudo o mais que faça parte do comportamento sexual possa ser visto como uma questão de 'fazer certo' (racionalizar os recursos na obtenção de prazer) e 'fazer errado' (desperdiçar). Nesse sentido, o caráter "psiquiátrico" da abordagem, anunciado nos "Agradecimentos" (p. 11), é, na verdade, convertido em perspectiva de clínica médica pura e simples. Não há abordagem explícita e sistemática de nenhum distúrbio "emocional" ou psicológico propriamente dito (a não ser que se entenda por isso um efeito direto e exclusivo do distúrbio fisiológico), e isso mesmo nos capítulos dedicados a tradicionais categorias psicanalíticas, como as perversões. Desse ponto de vista, não há diferença alguma entre o **Manual** e os textos médicos sobre a sexualidade analisados por DUVERT (1974).

4.3. O discurso normativo e a retórica dogmática

Como discurso normativo o **Manual** é, antes de tudo, um excelente exemplo do tipo de sexologia que BÉJIN (1982a) denomina como do "dever de orgasmo". Sua ênfase sobre o anatômico e o fisiológico, a obsessão com a intensidade do orgasmo e a referência frequente a padrões de medida do desempenho são evidências disso. Da mesma forma, a organização temática interna de cada capítulo, assim como o volume como um

todo, traçam, a partir de uma definição comportamental e laboratorial de saúde sexual, um quadro nosográfico definido por referência direta ao "prazer sem fronteiras" da "racionalização sexual", uma etiologia das disfunções descritas nesse quadro e as terapias e profilaxias adequadas, exatamente como nos manuais referidos indiretamente pela crítica da sexologia behaviourista feita por BÉJIN (1982a).

Em termos mais gerais, essa verdadeira 'retórica do explícito' aparece como um caso particular da retórica dogmática que é possível, a partir de VASCONCELOS (1971), postular como típica das "estruturas de pensamento" através das quais o Ocidente contemporâneo tem concebido a sexualidade, e que, da minha parte, imagino que, descontadas algumas especificidades, talvez sejam características do discurso normativo em geral. Com o intuito de explicitar no que consistiria essa retórica, referirei, ainda que rapidamente, o trabalho de Vasconcelos. Convém, entretanto, esclarecer já de início que a abordagem dos "dogmatismos sexuais" feita pela autora é fenomenológica e existencial. A leitura linguístico-discursiva aqui apresentada é de minha inteira responsabilidade.

Segundo VASCONCELOS (1971), uma hermenêutica dos dogmatismos sexuais -- entendendo-se por dogmatismo o

... procedimento cognoscitivo que aparece em diversos níveis de reflexão, com a característica fundamental de basear-se em pressupostos, não a título de hipóteses, mas a título de princípios explicativos e necessários (p. 5) --

toma como ponto de partida de sua tarefa interpretativa e crítica os "modos de aparição" (as "evidências espontâneas") e os "modos-de-ser" (as "evidências ocultas") desses dogmatismos.

Combinados entre si, e pressupondo-se reciprocamente, esses dois tipos de evidências, ou seja, de apresentações diretas e imediatas do fenômeno ao sujeito, compõem uma só "estrutura significativa", sendo portanto evidências de ordem não comportamental. É nesse sentido que encaro a descrição dessa estrutura por Vasconcelos como uma verdadeira 'análise de discurso' referente a uma retórica específica e de caráter eminentemente autoritário, no sentido que lhe dá ORLANDI (1981b). Não por acaso, os resultados de minha análise do Manual testemunham, apesar dos instrumentos de análise diferentes, as mesmas figuras ou efeitos de sentido (ou evidências espontâneas) e as mesmas CP (evidências ocultas) implicadas nos dogmatismos descritos por Vasconcelos.

As evidências espontâneas dos dogmatismos sexuais seriam, segundo VASCONCELOS (1971), cinco tipos de "gostos", ou, como as considero aqui, cinco tipos de figuras ou movimentos retóricos, para os quais o discurso correspondente tenderia: o solene, o mau gosto, o paradoxo, o contragosto e a simpatia consoladora, cujas características apresentarei sucessivamente a seguir, indicando ao mesmo tempo suas manifestações do Manual.

Definida a palavra **solene** como aquele que

... designa desde a sua etimologia latina, aquilo que é acompanhado de cerimônias, caracterizando alguma coisa que deve ser ratificada, consagrada.

O sentido etimológico, não tendo sofrido alterações substanciais, continua a indicar em nossos dias o caráter daquilo que deve ser objeto de consagração (p. 13),

a tendência para o solene será considerada como evidência de dogmatismo no discurso na medida em que se revelar como uma "estrutura de ratificação" que negue o diálogo e o questionamento, radicando-se em valores estabelecidos. A semelhança entre a atitude solene assim definida e a circularidade que ORLANDI (1978a) atribui ao discurso pedagógico é quase total. Em ambos os casos, o objeto é inviolável e a recusa do diálogo ou "supõe uma unidade de assentimento" (VASCONCELOS, 1971; p. 14) ou destina-se a "inculcar" (ORLANDI, 1978a); ao mesmo tempo, o discurso se faz acompanhar de um cerimonial consagratório (a aula e o pronunciamento científico, por exemplo).

A diferença entre discurso pedagógico e discurso sexológico reduz-se então ao contexto institucional diferente e à especificidade temática da sexologia contraposta à inespecificidade do discurso pedagógico. No **Manual**, que como já vimos combina ambos os tipos de discurso, a atitude solene se manifesta exatamente no ritual da aprendizagem que a 'motivação' didática encena performativamente no interminável 'diálogo' entre o especialista e o consulente-leitor, assim como na hierarquia de respeitabilidade implicada nos diferentes registros de seus enunciadores.

No que parece ser o extremo oposto, a tendência ao mau

gosto, frequentemente, entretanto, convivendo com o gosto pelo solene, é a expressão acabada de “uma pobreza de refinamento emocional, de intuição artística”, de uma verdadeira impossibilidade “de sentir, de captar o belo em seu mundo ambiente de **uma maneira original**, expressiva de sua presença no mundo” (p. 20). Nesse sentido, a complementariedade entre o solene e o mau gosto, ou seja, sua convivência num mesmo sujeito e/ou no seu mesmo discurso, indica “um conflito de interesses e de motivações, numa estrutura de inautenticidade” (p. 19) que impede a pessoalidade da experiência e que tende a revestir as formas de um outro conflito, entre a esfera pública (onde o solene se manifestaria como expressão do “cidadão”) e a esfera do privado (onde o mau gosto se expandiria como a imagem mais “íntima” e “verdadeira” do sujeito). No **Manual**, o gosto pelo mau gosto aparece, mais uma vez, no jogo dos registros linguísticos em torno das palavras-tabu. Sua expressão mais acabada é, sem dúvida, o discurso do grotesco. Não por acaso, esse discurso refere-se quase sempre à genitalidade, que, segundo VASCONCELOS (1971), “é (...) o domínio oficial do feio, no campo da sexualidade” (p. 21). Como quase sempre se trata de um discurso atribuído a um terceiro, o mau gosto corresponde, no **Manual**, ao gosto do outro, sempre reduzido a sua genitalidade. De outro lado, se atentarmos tanto para a função motivadora e cúmplice da malícia e do grotesco quanto para seu enunciador (que faz do sujeito da enunciação “um cidadão como você”) esse mau gosto “do outro”, do qual o grotesco se encarregaria de manter leitor e autor igualmente ‘distantes’, corresponde ao que Vasconcelos denominaria de **contragosto**, ou seja, uma evidência de que o

sujeito (da enunciação) já está verdadeiramente impregnado (pelo "fascínio", "tentação" etc.) por esse mesmo gosto (no caso do **Manual**, um "mau gosto") que tão dogmaticamente combate. Certamente, não há outra explicação para a obsessiva presença, no **Manual**, de um mau gosto atribuído a um ausente.

Talvez seja exatamente essa contradição entre bom e mau gostos, entre o meu gosto e o do outro, que esteja na base da tendência ao **paradoxo**, outra evidência do dogmatismo no discurso relativo à sexualidade.

O paradoxo se dirige ao contra-sentido desta ou daquela afirmação que se julga possuir um sentido já estabelecido. (...) No campo da sexualidade, a atitude paradoxal provoca estranhos impasses, descobrindo no amor, na genitalidade, na paixão, ora forças construtivas, ora forças destrutivas, onde 'aquilo mesmo que eleva é aquilo que avilta' etc. (p. 22).

Assim definido o paradoxo, o discurso paradoxal pode ser visto tanto como um "sintoma" de uma "instabilidade do sujeito [eu diria: do sujeito da enunciação] perante a questão da sexualidade" (p. 22), quanto consequência de sua organização em asserções categóricas que pretendem circunscrever uma sexualidade 'normal' em meio a inúmeros contra-exemplos. São muitos os exemplos de paradoxos, no discurso do **Manual**, aliás co-responsáveis pelo efeito de 'texto mal composto', em função das contradições que instauram. Depois de definir a

homossexualidade masculina em tom aparentemente 'neutro' como "uma condição sob a qual o homem se sente atraído sexual e emocionalmente por outros homens" (p. 133), logo em seguida, na mesma página, caracteriza-a como um comportamento "não natural" e um "problema", na medida em que, dada a perspectiva 'performativa' adotada pelo **Manual**, e "devido às limitações anatômicas e fisiológicas, há uma série de obstáculos a transpor" (p. 133). Mais adiante, entretanto, ao definir, sempre na mesma perspectiva, a feleção recíproca como ato sexual canônico, o **Manual** 'absolve' a homossexualidade masculina, **desde que** seja a feleção que esteja em questão. Ao mesmo tempo, e em nova e paradoxal contradição, restringe a feleção saudável -- e recomendável -- àquela que **antecede** o ato sexual **normal**:

Mas os homossexuais não precisam sentir-se pervertidos por praticarem essas coisas. Se o sexo oral constitui um prelúdio para o ato sexual normal, não há por que considerá-lo errado ou nocivo (p. 171).

Uma última evidência espontânea de dogmatismo sexual no discurso é o que VASCONCELOS (1971) chama de **simpatia consoladora**. Pode ser descrito como um movimento retórico através do qual o sujeito da enunciação realiza ou prescreve, em seu discurso sobre o comportamento desviante e seu sujeito, a 'promoção', pela "simpatia" (somos todos irmãos) e pelo "consolo" (há remédio para o seu mal) daquele mesmo sujeito cujo desvio o discurso normativo se encarrega de denunciar.

Novamente, no **Manual**, são os "perversos", os velhos, os "homossexuais", as "prostitutas" etc., os alvos preferenciais dessa simpatia peculiar, que tende a apresentá-los como "recuperáveis" ou "adaptáveis" por terapias específicas. Nesse sentido, o trecho que ilustrou a figura do paradoxo é igualmente representativo de uma simpatia consoladora implícita. O trecho que transcrevo em seguida constitui um segundo exemplo:

Que são pervertidos sexuais?

Todo aquele que não se interessa pela versão sexual do pênis---vagina é muitas vezes considerado um pervertido e evitado pelos indivíduos normais. Estão incluídos nesse grupo tipos como os exibicionistas, os espreitadores, os sadistas, masoquistas, fetichistas e outros de gostos similares. São encarados como idiotas e maníacos, à procura de uma vítima inocente. Não é nada disso.

Por que não?

Antes de mais nada, pervertido é uma palavra imprópria e pesada. É mais depreciativa do que descritiva. Em vez de perversão, seria melhor dizer variante sexual.

Os variantes sexuais começam como todas as outras pessoas; apenas jamais crescem sexualmente falando. A pessoa média passa de um para outro estágio do desenvolvimento sexual -- o variante

empaca num ponto, jamais saindo dali. Um bom exemplo nos é dado pelos espreitadores... (p. 174).

O preconceito contra os pervertidos, aqui apresentado como responsável pela concepção do perverso como "idiota" e "maníaco", é denunciado ("Não é nada disso") e logo em seguida reformulado e repostado como retardo ("o variante **empaca** num ponto") e infantilidade ("apenas **jamais crescem** sexualmente falando"). O efeito global dessa operação é o de uma "simpatia" e de um "consolo" cuja CP é o próprio preconceito que se diz combater. Como a função básica de todo e qualquer manual de sexologia é enunciar a(s) regra(s), sustentar a norma e o normal contra o desvio e o desviante -- mas isso sempre de uma forma que o desviante nunca apareça como definitivamente excluído, e portanto perdido de uma vez por todas para a norma -- a simpatia consoladora é o seu movimento retórico mais característico.

Se as evidências espontâneas de Vasconcelos referem-se todas a uma verdadeira retórica dogmática, as evidências ocultas (ou CP) dizem respeito, essencialmente, à natureza, às formas (ou tipos de discurso) e às funções sociais da disciplina diretamente responsável pela concepção dogmática da sexualidade: a sexologia, ou, ao menos, um certo tipo de sexologia, que vem se tornando hegemônica (v., a respeito: BÉJIN, 1982a e 1982b; e CHAUI, 1984). O traço mais pertinente das evidências ocultas, no sentido de que todas as outras CP relevantes para a explicação do funcionamento retórico das evidências espontâneas dela decorrem, é a "oposição sujeito--objeto no conhecimento", que

pode ser amplamente detectada no Manual.

Essa oposição, como sabemos, é a que, associada à experimentação (ou a algum método de verificação equivalente), está na base de toda disciplina que se pretenda científica. No caso da sexologia em geral, dada a natureza definitivamente heterogênea (cultural/natural) de seu objeto empírico, está-se diante de dois objetos teóricos distintos: um de natureza cultural, ou seja, simultaneamente psicológica e social, e outro de natureza biológica. No primeiro caso, o contexto epistemológico é o das ciências humanas, as quais, segundo PIAGET (1970),

... encontram-se colocadas na posição particular de dependerem do homem ao mesmo tempo como sujeito e como objeto, o que levanta, escusado será dizer, uma série de questões particulares e difíceis (p. 51),

na medida em que

... o sujeito que observa ou experimenta, em si próprio em outrem, pode ser, em parte, modificado pelos fenômenos observados e, em parte, fonte de modificações quanto ao desenrolar e à natureza destes fenômenos (p. 53).

No segundo caso, a produção do conhecimento se dá no contexto das ciências da natureza, onde a oposição sujeito--

objeto já não coloca os mesmos problemas, o objeto assumindo uma grande independência de seu sujeito. Desse ponto de vista, o que caracteriza o **Manual**, assim como o tipo de sexologia de que é tributário, é a eleição explícita do segundo objeto (o sexo como anatomia e fisiologia), mantendo-se entretanto o segundo como objeto implícito, na medida em que se estabelece entre eles uma relação de causa--efeito. Graças a esse procedimento, não só as questões epistemológicas "particulares e difíceis" de que nos fala Piaget podem ser evitadas, como também a discussão relativa ao significado cultural (ou seja, histórico, moral, existencial, psicanalítico etc.) do dado biológico pode ser elidida sem nenhum embaraço.

A consequência mais imediata e importante desse tipo de CP do discurso sexológico é a proliferação de analogias tais, entre os dois tipos de objetos de naturezas entretanto distintas, que, como observa VASCONCELOS (1971; p. 69-90), a diferenciação e a complementariedade sexuais tornam-se diferenciação e complementariedade pessoais, a dimensão existencial da sexualidade sendo portanto obliterada por uma visão determinista que, nesse nível, só pode ser dogmática.

A esta altura, espero já estar evidente o que pude indicar rapidamente no capítulo anterior: a retórica dogmática é também, e por definição, denegativa, uma vez que, para sustentar o caráter verdadeiro de suas asserções categóricas, deve negar o desvio -- no caso do **Manual**, os diferentes tipos de disfunção -- desvio esse que, por sua vez, é o **não** à norma. Sem dúvida, é esse o motivo pelo qual as figuras descritas por Vasconcelos são tão denegativas quanto são dogmáticos os mecanismos denegativos

referidos por ORLANDI (1983) ao caracterizar o discurso religioso. É esse, também, o motivo pelo qual os objetos discursivos, em ambos os casos, estão submetidos a um tratamento dual (virtude/pecado; saúde/doença) que caracteriza toda a semântica dos textos denegativos/dogmáticos.

Nesse sentido, e na medida em que as duas autoras buscam caracterizar discursos igualmente normativos, posso dizer que a denegação parece ser o movimento retórico ou argumentativo básico do discurso normativo, manifestando-se, no caso da normatividade sexual, nas figuras típicas dos dogmatismos sexuais.

CONCLUSÃO

De volta ao começo

A esta altura, pouco há que concluir. Há, no entanto, algumas 'provas dos nove' a serem efetuadas; algumas insuficiências a serem apontadas; e uma digressão sentimental de última hora.

Antes de passar a elas, quero dizer que essa caminhada tortuosa descreveu, ao que parece, uma trajetória circular, de tal forma que 'concluir' é voltar ao ponto de partida, a uma certa leitura que pretendi explicar. E, como GILSON (1966: p. 12), gostaria ao menos de poder dizer:

A experiência me ensinou que, num livro sobre a linguagem, nenhuma composição linear é possível. Cada parte é um exercício do pensamento para acostumar-se a uma conclusão final -- aliás presente desde o início -- e que, em larga medida, é a expressão de uma resignação à evidência. Eforçamo-nos para falar com uma honesta clareza de coisas obscuras, na única intenção de tratar com alguma precisão os contornos exteriores de sua obscuridade. (...) onde se tratar de linguagem, o filósofo (e também o linguista) é apenas o glosador, o poeta é a realidade.

Noves-fora

Bem feitas as contas, a que posso dizer que cheguei?

Declarei, de início, que meu ponto de partida eram duas experiências pessoais, duas leituras (ou dois tipos de leitura), que punham em jogo, de um lado, um determinado **poder de sedução**; de outro, um **poder de enformação** igualmente bem delimitado.

Para além desses efeitos de sentido, havia ainda a questão das semelhanças e/ou aproximações que, ao lado de diferenças e distâncias evidentes, a mesma leitura estabelecia entre os discursos envolvidos. Analisar esses efeitos de sentido e essas relações discursivas significava, então,

- 1) determinar em que nível poderiam ser homogeneizadas as CP aí envolvidas -- foi com esse objetivo que recorri à analítica foucaultiana do discurso e à teoria do gênero de Bakhtin;
- 2) descrever os mecanismos e funcionamentos discursivos em jogo nas SD em questão -- o recurso, aqui, foi à Linguística do discurso;
- 3) revelar essas SD como estruturas significantes que, nas CP descritas, produziram os efeitos apontados -- essa foi a intenção perseguida pelas análises;
- 4) identificar o nível de análise que permitiria descrever as relações estabelecidas pela leitura entre o Diário e o Manual -- tarefa para a qual reivindico, nesta Conclusão, a pertinência da teoria bakhtiniana do gênero;

5) identificar, na medida dos meus interesses, essas relações.

O balanço que promovo nesta Conclusão, assim espero, indicará até que ponto posso dizer que esses trabalhos foram realizados, quer individualmente, quer na globalidade que o projeto analítico lhes deu.

Sobre a homogeneização das CP

No que diz respeito às possíveis homogeneizações das CP envolvidas, parece-me claro, a esta altura, que estamos diante de um quadro muito mais complexo e matizado do que eu poderia supor no início das investigações.

Sob determinados aspectos, as CP do Diário e do Manual diferem em tudo e por tudo. Em termos imediatos, como apontei ainda na Introdução, correspondem a situações, contextos, gêneros e mesmo línguas (se levarmos em conta a edição original do Manual) completamente diferentes. Em termos mediatos, estão em FD bastante distintas, como também já pude deixar claro nos capítulos anteriores. Na perspectiva em que me situo, isto significa que as ordens discursivas que alimentam essas formações são também diversas. Se não vejamos.

Como bem evidenciaram as análises, o Diário integra-se, sem a menor sombra de dúvida, nos limites de uma FD da sexualidade que, mesmo não descrita por Foucault, está legitimamente configurada no projeto arqueológico. Sua forma-sujeito, como

previa a 'arqueologia da sexualidade', é a de um sujeito de desejo (8) e de saber, às voltas com as 'confissões da carne' e com sua ordem discursiva, destinada a desentranhar dos corpos a sua verdade. Equilibrados entre a autobiografia e a argumentação, seus enunciados recobrem, do ponto de vista de uma semântica discursiva, o saber previsto para a 'sexualidade' e, desse ponto de vista, remetem clara e diretamente à FD correspondente. E o sentido de sua enunciação é duplo e, em boa medida, contraditório: constituir-se precisamente como confitente, e, por isso mesmo, (de acordo com o que indica DELUMEAU, 1990) como sujeito de um desejo -- de uma falta, nos dois sentidos do termo. Desejo esse que, não se confessando, reivindica para seu sujeito um estatuto diferenciado (talvez exatamente um 'não estatuto') no interior da mesma ordem. Num certo sentido, a posição de sujeito perseguida por Lúcio Cardoso é a de um 'obscuro sujeito/objeto de desejo'.

O Manual, por sua vez, situa-se claramente em outros limites discursivos. Seus enunciados, mesmo referindo-se ao sexo e, particularmente, ao orgasmo, não remetem à 'sexualidade'. Põem em jogo um outro saber, voltado obsessivamente para um desempenho, entendido como rendimento funcional (economia) e, portanto, como 'lucro'. Sua enunciação constitui, antes de mais nada, um conjunto de **prescrições** para a obtenção da máxima rentabilidade sexual. A subjetividade nele pressuposta, portanto, não se constitui pelo desejo, mas por certos conhecimentos e por certas práticas. O sujeito pretendido pelo Manual é uma espécie de atleta, disposto a conhecer cientificamente seu próprio corpo para dele obter o melhor

funcionamento e o máximo de prazer. Está em jogo, nele, uma outra forma-sujeito e um outro saber.

A ordem discursiva que se pode pressupor nos traços mais gerais de sua organização interna não é, absolutamente, confessional. Se BÉJIN (1982a) tiver razão, poderemos dizer que, no Manual, assistimos à 'manhã' de um novo dispositivo histórico instalado em torno e a propósito do sexo, diferente ao mesmo tempo do 'dispositivo de alianças' e do 'dispositivo de sexualidade'. Integrando esse dispositivo, uma nova ordem discursiva estaria se esboçando. Por isso mesmo, o Manual talvez participe, sim, de uma FD; mas, certamente, não a da sexualidade.

Como efeito final dessa diferente inscrição, podemos dizer que à falta reconhecida -- e assumida -- pelo Diário, ao segredo e ao mistério que ele reivindica, o Manual contrapõe um excesso e uma tagarelice que não dispensam quer a explicitude quer a redundância. Uma retórica do implícito e do silêncio vem chocar-se, no espaço de uma mesma leitura, contra uma retórica do explícito. Considerando em conjunto todos esses distanciamentos que o Diário e o Manual estabelecem entre si, posso dizer que a aproximação promovida pela minha experiência particular não pode ter sido uma decorrência natural e esperada de uma mesma destinação, de uma mesma 'intencionalidade' (9) inscrita originalmente nos próprios discursos, e que minha leitura teria apenas reconhecido e atualizado.

No entanto, as semelhanças e aproximações insistem, o que sugere algum outro tipo de parentesco a ser revelado pela

análise.

Na trilha desse parentesco, mas sem preocupações hierarquizantes, lembro, em primeiro lugar, o fato de que ambos os materiais trabalham o dialogismo do discurso na forma de uma **interlocução dissimétrica fundadora**: confessor/confitente, no **Diário**; especialista/leigo, no **Manual**. Mais do que isso: ambos os discursos constroem, como parte fundamental de seus mecanismos de coesão e eficácia, **representações internas** de seus interlocutores, num curioso processo de 'espelhamento' do(s) outro(s). Claro está que a forma efetiva dessa representação é diversa; o que não deve obscurecer, entretanto, o fato aqui apontado: a polifonia discursiva, em ambos os casos, aparece predominantemente como **espelhamento** dos interlocutores.

Aprofundando um pouco mais o exame dessa dissimetria -- e lembrando a tipologia proposta por ORLANDI (1981b) -- é possível dizer que o **autoritarismo** está em jogo nos dois casos. Não da mesma forma, sem dúvida: enquanto Lúcio Cardoso debate-se dramaticamente entre legitimar e contestar o caráter autoritário da confissão com que se vê envolvido, o **Manual** elabora 'muito naturalmente' uma 'autoridade' não só reconhecida como 'requisitada' pelo consulente. Seja como for, o **gênero** implicado em cada caso funciona, em ambos, como uma **forma institucionalizada** de instalá-lo.

Como já apontei no Capítulo 4, os objetos discursivos, nos dois materiais, apresentam a característica da **bipolaridade**. De um lado, pecado/virtude; de outro, desperdício/racionalização; e assim por diante, em relação a todos os temas retirados das respectivas tópicas. **Denegação** típica do discurso do fiel e

dogmatismo característico do discurso normativo aproximam-se, assim, na produção de objetos discursivos de mesma forma semântica, muito embora os conteúdos sejam diferentes, e ponham em jogo tópicos discursivos que não se identificam.

Outra semelhança que salta aos olhos é a orientação de ambos os discursos analisados para a 'verdade', uma verdade que se reduplica em correção. Ambos pretendem-se verdadeiros e corretos (ou pelo menos 'legítimos'), quer no caso mais evidente da preocupação em definir o que é o verdadeiro sexo, quer no caso de uma certa intenção em elaborar e revelar no sujeito (ou para o sujeito) a manifestação da verdade do sexo verdadeiro.

Deslocando-se incessantemente da norma para a realidade (entendida num caso como Lei divina, no outro como Natureza) e desta para a norma, num movimento típico da performatividade declarativa, e, finalmente, deslizando desse circuito para o sujeito do discurso e desse retornando ao mesmo circuito, duas verdades parecem estar permanentemente em jogo: uma, 'instalada' no discurso e 'manifestada' na sua conformidade com os fatos; outra, 'escondida' no sujeito e 'revelada' no discurso, a partir de sua conformidade com a conduta. No vai-vém desse jogo discursivo, um saber sobre o sexo e uma forma correspondente de vivê-lo vão se tecendo.

Dissimetria interlocutiva, espelhamento dos interlocutores, autoritarismo institucionalizado na forma dos gêneros envolvidos, bipolaridade semântica dos objetos e instauração de jogos retóricos de engendramento da verdade e da correção parecem ser, portanto, os elementos formais comuns ao

funcionamento de ambos os discursos.

Considerando-se esses elementos em sua globalidade, uma possibilidade de homogeneização das CP evidencia-se. Trata-se do que poderíamos chamar de 'ordem moral'. Certamente, não de uma mesma e historicamente determinada ordem moral, mas de alguns aspectos formais constitutivos de toda e qualquer ordem moral: as formas discursivas necessariamente postas em jogo, ou, em uma palavra, os recursos e mecanismos linguísticos típicos dos gêneros mobilizados.

A ordem moral

Como já pude indicar no momento oportuno, a reflexão que Foucault faz sobre a moral, no contexto da genealogia da sexualidade, está claramente circunscrita a dois momentos ou dispositivos históricos, contíguos mas bastante diferenciáveis entre si. E o objetivo principal da História da sexualidade é obter descrições capazes de dar conta das singularidades das morais em jogo.

No entanto, FOUCAULT (1984a) termina por exceder a descrição, chegando mesmo a esboçar uma concepção geral da moral como "a correlação, numa cultura, entre campos de saber, tipos de normatividade [e portanto de poder] e formas de subjetividade" (p. 10; os grifos são meus). E essa teorização distingue, na ordem da moral, um dispositivo, uma ordem discursiva, um funcionamento discursivo e uma experiência, ou seja, diferentes níveis de funcionamento e organização.

Entretanto, nenhum desses níveis é trabalhado isolada e exaustivamente: antes, vão sendo referidos e explicitados na medida exata dos objetivos específicos da história da sexualidade. E os dois últimos níveis, do funcionamento discursivo e da experiência, são retratados apenas em sua dimensão ética, ou seja, na 'relação de si para si' que produz os sujeitos de uma moral. Por outro lado, cabe lembrar que todos esses níveis, para além da determinação histórica de seus conteúdos, são pensados, também, na sua forma geral. E é exatamente o aspecto formal da questão que me interessa nesse momento.

Segundo DELEUZE (1986), a origem dessa forma que caracteriza a moral, nos seus diferentes níveis, está nas próprias forças em conflito que formam o dispositivo em questão. Aliás, tudo indica que

O princípio geral de Foucault é: toda forma é um composto de relações de forças. Forças estando dadas, perguntar-se-á de início, então, com que forças externas elas entram em relação; em seguida, que forma deriva daí (DELEUZE, 1986; p. 131. Os grifos são meus.).

O rebater-se das forças umas sobre as outras, a criação consequente de dobras entre essas forças, as invaginações assim formadas é que começam por criar dois campos opostos -- o 'fora' e o 'dentro' -- que não só delimitam o dispositivo enquanto tal como ainda, no nível do indivíduo envolvido pelo dispositivo,

fundam a 'interioridade' como uma forma particular de 'consciência de si', como 'identidade pessoal' e como subjetividade, doravante contraposta à 'exterioridade' dos poderes que a delimitaram. DELEUZE (1986; p. 105) vale-se da metáfora do tecido para ilustrar o processo: a interioridade se constituiria como um 'forro', exatamente como no caso do tecido que se dobra com a intenção de dotá-lo de um revestimento interno. Nesse sentido, a dobra é, fundamentalmente, duplicação.

Do ponto de vista do indivíduo, a exterioridade da experiência moral é instaurada pelo código, conjunto de normas de conduta relativamente estabilizadas por uma determinada correlação de forças. Por outro lado, tal como no exemplo deleuziano do tecido, a interioridade assume a forma inicial da duplicação, a subjetividade constituindo-se a partir de identificações e não identificações com a norma, tais como 'reconhecidas' e representadas por uma determinada 'consciência de si'. Por isso mesmo, as dobras que definem uma ordem moral e suas formas particulares devem ser entendidas como as CP (tanto da experiência moral individual quanto das subjetividades).

Seguindo-se à 'primeira' dobra, fundadora do próprio dispositivo, outras quatro se instauram, instalando uma ordem moral com fisionomia própria. Trata-se dos quatro 'vetores' que, uma vez reconhecidos como constitutivos da moral, FOUCAULT (1984c) descreve em sua dimensão ética ou de subjetivação: substância ética, modo de sujeição, forma da elaboração e teleologia. O 'ponto terminal' dessa experiência é uma forma-sujeito, entendida como "uma das possibilidades de organização de uma consciência de si" (p. 137).

Desse ponto de vista, a interioridade define-se, antes de mais nada, como um espaço delimitado pelo poder. Espaço esse em que o indivíduo se vê não só preocupado mas também confrontado com uma determinada alteridade: o saber normativo construído no/pelo funcionamento do dispositivo. Confrontado com esse outro, no contexto da moral, o indivíduo espelha-se nele; o eu vê-se como um duplo. A moral é, então, o lugar em que "o indivíduo interior se encontra codificado, recodificado num saber 'moral' (...)" ; é o lugar, ainda, em que, acima de tudo, o indivíduo "torna-se aquilo que está em jogo no poder" (DELEUZE, 1986: p. 110). Em termos históricos, a 'cultura de si', característica da cidadania grega no período estudado por FOUCAULT (1984b), teria sido o primeiro dispositivo a criar, dobrando as forças políticas inerentes ao 'governo dos outros', um 'governo de si mesmo' que não é outra coisa se não a duplicação 'interna' da correlação relativamente estável dessas mesmas forças. Assim, governar a si mesmo tornava-se, entre os gregos, condição para o governo dos outros.

Parte essencial de um dispositivo desse tipo é a ordem discursiva que lhe é correlata. Afinal, no interior de um dispositivo moral,

Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo, que não se pode falar de tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, finalmente, não pode falar de qualquer coisa. Tabu do objeto, ritual da circunstância, direito privilegiado ou exclusivo do sujeito que fala. (FOUCAULT; 1971,

Nesse sentido, as CP de todo e qualquer discurso moral constituem-se, sempre e necessariamente, de uma ordem discursiva determinada. E o maior ou menor grau de determinação histórica que se puder reconhecer nessa ordem estará diretamente relacionado ao dispositivo de que faça parte. Por outro lado, como ordem discursiva, a moral pode submeter e 'formatar' qualquer tipo de discurso. Terá, certamente, seu elenco de gêneros mais ou menos típicos, todos perecíveis e ao menos parcialmente renascíveis, como sugere o próprio FOUCAULT (1984a): mas poderá, também, 'moralizar' qualquer gênero preexistente.

Mas o lugar da discursividade é tão privilegiado, numa ordem moral, que as quatro dobras que a constituem podem ser entendidas, fundamentalmente, como um tipo de funcionamento discursivo. Nesse sentido, a moral também pode ser concebida como um gênero, tal como o define Bakhtin: um uso relativamente estabilizado da língua, determinado, aqui, pela orientação para os valores constitutivos da moral. E, portanto, com um 'estilo' (tanto individual quanto funcional), uma dinâmica dialógica e de 'alternância de sujeitos', uma 'conclusividade' e uma 'expressividade' diretamente determinados pelo dispositivo ou pela ordem de que participa.

Na perspectiva de uma genealogia da moral, esse funcionamento pode -- e deve -- ser concebido, nos seus principais vetores, como um conjunto de mecanismos e instrumentos discursivos através dos quais elaboram-se códigos

(cânonos de conduta) em nome dos quais os indivíduos são interpelados como sujeitos. Por isso mesmo, para efeito da análise importa distinguir, no funcionamento da moral, três tipos distintos e complementares de gêneros.

Nos gêneros de **normalização**, essencialmente assertivos e/ou declarativos, o que está em jogo é a construção de normas de conduta mais ou menos articuladas na forma de um código: um campo de estabilização de referências e, portanto, de repartição possível entre o falso e o verdadeiro, o correto e o incorreto. Em função desse esforço, a identidade ou não identidade entre o sujeito da enunciação e o sujeito do enunciado é indiferente, daí resultando uma forma-sujeito que é a da universalidade (SIMONIN-GRUMBACH, 1976) e um tipo de texto frequentemente 'teorizante'. Por isso mesmo, nesse tipo de gênero destinador e destinatário não estão marcados, na origem, como dissimétricos.

Os gêneros de **sujeição**, por sua vez, têm um caráter evidentemente prescritivo e diretivo. É através deles que a exortação ou interpelação do indivíduo como sujeito da moral em questão se faz. Por isso mesmo, pressupõem um sujeito do enunciado que não coincide com o da enunciação, ou só coincide parcialmente, o objetivo desses gêneros sendo exatamente a diminuição dessa distância através da identificação com a norma. Destinador e destinatário, aqui, são necessariamente dissimétricos: o primeiro é o interpelador, o segundo o interpelado. Talvez exagerando um pouco, eu diria que esses são gêneros essencialmente 'de leitura', no sentido de que parecem justificar-se única e exclusivamente por sua destinação.

Finalmente, os gêneros de **subjetivação**, equilibram-se entre

o assertivo, o declarativo e o expressivo. É através deles que o sujeito da enunciação converte-se em sujeito de uma determinada moral, aproximando-se, assim, do sujeito do enunciado. São gêneros que percorrem uma trajetória inversa aos de subjetivação e, nesse sentido, podem ser entendidos literalmente como 'escritas de si'. Não parecem buscar qualquer destinatário que não seja o próprio sujeito da enunciação, e frequentemente -- caso dos diários íntimos -- repelem ou restringem drasticamente a leitura (por terceiros), buscando antes a releitura (do próprio escritor).

Nesses três tipos de gêneros, a substância ética da moral em questão, fixando ao mesmo tempo o objeto específico do cuidado ético e a 'parte' do sujeito diretamente concernida, é o valor que parece determinar o jogo de imagens que os sujeitos fazem de si, entre si e do objeto (PÊCHEUX, 1969). O modo de sujeição, estabelecendo tanto o tipo de compromisso moral assumido quanto o valor em nome do qual o sujeito adere, circunscreverá o domínio dos objetos discursivos que de alguma forma serão marcados no discurso como 'morais'. Por isso mesmo, quando o gênero em questão envolve uma dissimetria interlocutiva de base, esses objetos serão nomeados segundo registros polares: um 'alto', 'formal', 'solene' etc., típico dos gêneros de sujeição, interessados em promover tanto os valores que apregoam quanto o sujeito a que se dirigem; outro 'baixo', 'informal', 'coloquial' etc., mais frequente nos discursos de subjetivação, em que o sujeito se vê munido apenas de suas 'pobres e inadequadas' palavras. A elaboração do trabalho ético e a teleologia, finalmente, estão diretamente ligadas à

especificação da performatividade desses discursos, e portanto à determinação de sua força ilocucional como exortações, asceses, informações etc.

Dada a natureza do discurso moral, o que é típico de cada um desses três gêneros, entretanto, não lhe será de forma alguma exclusivo. Dependendo da estratégia adotada, as tendências podem inverter-se. O discurso de sujeição, por exemplo, pode julgar que 'usar a mesma linguagem' do interlocutor 'facilita a compreensão', garantindo, assim, a eficácia; este é o caso dos catecismos e dos 'evangelhos para'. Da mesma maneira, o discurso de subjetivação pode precipitar-se no que imagina ser o discurso de seu interlocutor, buscando a máxima identificação e, através dela, um 'alçamento do sujeito', certamente não previsto pelos gerativistas; as cartas-consultas dirigidas a psicólogos e sexólogos são um bom exemplo. Estabelecem-se assim, no campo do discurso moral, as 'correspondências' lexicais entre um e outro registros, com mecanismos próprios de 'tradução' e parafraseagem, assim como acidentes de percurso como a hipercorreção e a 'baixaria', entendida como o oposto da primeira (4).

Pensando-se isoladamente o campo da discursividade moral, esses gêneros podem ser considerados como 'primários'. Afinal, como é próprio desses gêneros, podem estar na base de todos e quaisquer outros, 'secundários', que se possam descrever como morais ou moralizantes. Por outro lado, não só não se excluem necessariamente, como, em função de estarem submetidos a uma ordem moral, tendem a articular-se entre si, compondo um complexo em que cada tipo pressupõe o outro. A dimensão ética da moral, por exemplo, expressa-se sobretudo nos gêneros de

subjetivação: a 'escrita de si' -- entendida como a forma discursiva por excelência da subjetivação -- e suas modalidades historicamente determinadas (a carta, os hypomnemata, os diários, as notas pessoais, a autobiografia etc.); mas envolve necessariamente os três tipos de gêneros, uma vez que trabalha num universo de objetos previamente estabilizados e codificados pela norma. 'justificando-se', por outro lado, como um gênero 'de resposta'. Da mesma forma, os gêneros normativos e os de sujeição pressupõem o discurso de sujeição e pressupõem-se entre si. Daí a tendência, nos discursos morais, de uma organização em espelhamento, em que os discursos não hegemônicos deixam sua imagem invertida ou, valendo-me de uma outra série metafórica, o seu eco.

O quadro que acabo de traçar, apesar de nada exaustivo, já permite constatar que a análise quer das cenas enunciativas quer dos mecanismos de coesão e eficácia presentes nos dois discursos que constituem meu corpus dão claros testemunhos de seu caráter moral. Tanto que a explicitação desse caráter nos termos da genealogia soará redundante.

As características do funcionamento discursivo do Diário -- sua rede interlocutiva, sua macroestrutura e seus efeitos de sentido sedutores -- identificam-no claramente como discurso de subjetivação, às voltas com a norma e a interpelação religiosas. A interlocução com Deus e com os outros, a própria interlocução consigo mesmo, fundam sua possibilidade ou necessidade em função do espelhamento a que a substância ética é submetida nesse tipo de gênero moral. Além disso, a imagem de mártir que o autor

constrói de si mesmo tem como pressuposto a carne e o desejo, que definem a substância ética da moral cristã.

O modo de assujeitamento da moral cristã estrutura todo o esquema argumentativo de Lúcio Cardoso, constituindo sua grande tópica. É sempre em nome da Lei divina e de sua interpretação pela Igreja Católica pré-conciliar que o sujeito da enunciação desvaloriza o sexo em favor do amor e do sentimento, reivindica um estadista messiânico que redima a Nação, concebe a Beleza como Graça, a escrita como ascese, o cotidiano como provação etc. Como tópica, é essa mesma Lei que fornece as premissas fundadoras dos entimemas que descrevi. E é ainda ela a responsável pela polaridade tanto dos objetos discursivos do Diário, organizada na base pela oposição sagrado/profano, quanto dos registros altos ou baixos, aqui manifestada na oposição explícito/implícito.

O tema obsessivo do pecado e de sua absoluta necessidade no itinerário de busca da salvação, bem como o caráter de ascese que o sujeito da enunciação pretende atribuir a sua própria escrita, são determinados pela elaboração do trabalho ético, que então se faz em duas vias: a 'dissertação sobre' -- que no conjunto de temática religiosa se encarrega de dar valor e relevo ao pecado; e a performatividade -- enfatizada pelo conjunto metalinguístico. Ao que parece, portanto, essa elaboração foi confiada, no Diário, preferencialmente aos conjuntos argumentativos.

A busca da salvação -- teleologia -- é explicitada com frequência no texto. E os instrumentos utilizados para atingi-la são a escrita, como "busca da sagração pelo outro", e "esse raro

e diabólico prazer da confiança" (p. 6). Em outras palavras, a confissão, maquinaria básica do assujeitamento cristão.

O Manual, por sua vez, busca predominantemente a **sujeição**, já que o que o justifica como gênero é, muito mais que a intenção de constituir um conhecimento (na realidade, já constituído), converter o destinatário à sua verdade. Mas, para cumprir esse fim, não pode deixar de efetuar tanto uma **normalização do sexo** (no caso, 'científica') quanto uma **figuração do movimento de subjetivação** que pretende desencadear no leitor. Resumindo, digamos que enquanto 'informação científica', o Manual é algo mais que isso: **enformação**, como apontar já na Introdução, ou simplesmente **normalização**; enquanto movimento para apontar ao curioso interlocutor o verdadeiro e o correto, **sujeição**; enquanto espelhamento do leigo que 'confessa' ao Doutor seu medo e sua vergonha, **subjetivação**.

Sua **substância ética** é, evidentemente, o desempenho; daí a representação do interlocutor como um inseguro obcecado com a funcionalidade do sexo. Seu modo de assujeitamento não poderia ser outro se não a racionalidade e a economia, cujo suporte é 'científico' e 'tecnológico', justificando a representação dos órgãos sexuais como máquinas. A **elaboração do trabalho ético** consistiria na prescrição da racionalização do ato sexual, objetivando assim -- **teleologia** -- a maximização do prazer e a minimização dos recursos empregados.

Em resumo, as semelhanças e diferenças entre os materiais explicam-se bastante bem se lhes atribuirmos, como CP mediatas, um conjunto comum de **formas** ou gêneros éticos (responsáveis pelas semelhanças que os aproximam); e, como CP imediatas,

situações históricas inscritas em ordens morais diversas (o que explica suas diferenças). Seja como for, em ambos os casos temos situações -- tipicamente morais -- de controle social através do discurso (3).

Por fim, vale a pena frisar que é a moral -- enquanto gênero, doravante candidato a gênero primário -- que é capaz de explicar a aproximação entre os dois materiais promovida pela leitura. Coextensivo a ambos, são os funcionamentos e as formas discursivas desse gênero, enquanto tais, os responsáveis pelo efeito em questão. Como formas e funcionamentos que, do ponto de vista da globalidade da ordem moral, são complementares e se pressupõem, os gêneros morais parecem efetivamente ter a propriedade de 'atraírem-se' reciprocamente, mesmo que seus respectivos conteúdos se ignorem: produzem 'classes' de equivalência entre os sujeitos do discurso, os estilos, registros e objetos. Deslismamentos que permutam entre si membros de uma mesma classe provocam necessariamente superposições de elementos histórica e culturalmente diversos, num tipo de funcionamento que lembra muito o que LÉVI-STRAUSS (1957) descreve a propósito do mito e suas variantes. Talvez resida nesse caráter 'mítico' uma parte considerável da 'autonomia' que FOUCAULT (1984a) concedeu aos gêneros morais.

Seja como for, é esse caráter que explica por que não causa espanto a ninguém equivalências como pecado/doença, saúde/virtude etc., tão frequentes em discursos morais como o do padre Cattaneo, que, perguntado a respeito do homossexualismo, na qualidade de legítimo representante da Igreja, faz o seguinte pronunciamento:

O homossexualismo é uma doença. (...) A Igreja condena, isto é, enquanto uma doença, uma coisa fora do natural e que portanto deve ser corrigida. A respeito das responsabilidades, ela não pode culpar assim de culpa grave todos os atos homossexuais. O pecado depende da 'advertência normal' e do consentimento. Essas pessoas não têm a advertência e, portanto, não têm a condição necessária para a culpa grave. (In: MANTEGA, 1979; p. 112. Os grifos são meus.)

Sobre os efeitos de sentido

Retomar os efeitos de sentido é pôr em questão a leitura e suas condições. O 'efeito sedução' do Diário e o 'efeito informação/enformação' do Manual explicaram-se pelos gêneros neles envolvidos.

Posso dizer, então, que a questão levantada já de início está resolvida? A meu ver, só parcialmente. Porque uma resposta centrada nas CP deixa na obscuridade um elemento importante do funcionamento discursivo: as condições da leitura ou 'condições de recepção' (CR).

Em outras palavras, isto significa questionar, neste caso, as CP da análise, tão determinantes de seu estilo. E o que posso perceber é que esse estilo assume claramente a forma de um gênero moral, o de subjetivação; a seu modo, esta dissertação é uma 'escrita de si'. O caráter moral e ético é, portanto,

coextensivo não só às CP do Diário e do Manual, mas também às CR e às CP da própria análise, numa situação que os funcionamentos possíveis da 'escrita de si', em seus caminhos e descaminhos, explicam bastante satisfatoriamente.

Do sujeito ao indivíduo e ao cotidiano

Depois de tantas páginas consagradas à forma-sujeito e ao 'tornar-se sujeito', quero deixar registradas algumas dúvidas e inquietações não resolvidas sobre o indivíduo, ou seja, aquilo que seríamos antes e talvez apesar da máscara das subjetividades. As individualidades, apesar de tudo, me parecem parcialmente irredutíveis a todo e qualquer processo de subjetivação.

Analisado um discurso como o de Lúcio Cardoso, permanece -- e insiste -- uma espécie de resíduo. Num de seus mais instigantes escritos -- 'A vida dos homens infames' --, Foucault analisa breves enunciados jurídicos que 'descrevem' e registram, em sua suposta infâmia, os condenados à morte que, unicamente através desse registro, passaram a desfrutar de uma fama inglória e certamente em algum desacordo com o indivíduo real. Sem que eu saiba dizer exatamente por quê, o Diário me parece fazer de Lúcio um tipo de registro que guarda semelhanças com o outro. Afinal, por mais que nos fale de si, o indivíduo nos escapa: temos apenas as malhas em que se enredou, um enredo truncado, uma 'memória' pouco atenta. Mas temos os silêncios, os dias sem escrever, as repetições, as incoerências, as esquivas,

os exageros, as hesitações, os distanciamentos tomados em relação à norma. Ou seja: tudo aquilo que ou ainda não é o 'sujeito de/a' ou que, de alguma forma, já deixou de sê-lo. O que me leva a acreditar que o indivíduo é exatamente aquilo que resiste ao sujeito.

Quanto àquele que se assina Reuben, posso dizer que, suprimindo-se ao discurso, reduz-se à rubrica REUBEN (s/d). Mas retorna na inesperada dedicatória "À esposa Barbara, cujo amor e compreensão me fizeram feliz além de toda a expectativa", nos agradecimentos, no humor obtuso (como diria Barthes), no tom às vezes doméstico de seu zelo economicista, na ingenuidade. Que se contrapõem quer à simples rubrica, quer à máscara de um consulente sem forma nem consistência empírica exatamente por sua total conformidade à forma-sujeito do discurso sexológico. E aparece também na outra ponta da vergonha e do medo de perguntar; ou seja: na escrita obediente, no medo de (re)formular-se.

Digressão sentimental de última hora

Concluído o que me foi possível concluir, não posso deixar de lembrar o óbvio: nenhuma das questões que persegui se resolve aqui. O espanto e as dificuldades, que não são apenas 'teóricos' ou 'metodológicos', continuam. E o que me foi possível reter e examinar com algum cuidado talvez nem fosse o essencial.

Mas o que sem dúvida alguma não continua, e aqui se resolve, é o que me fez querer realizar este trabalho como

dissertação de mestrado -- este, exatamente, e nenhum outro.

Lúcio Cardoso, a pergunta eternamente suspensa pela Verdade, o solene fantasma da Norma, a escrita paciente de si... Tudo isso tem um tempo, adolescente e perdido para sempre, para que a palavra, 'ferramenta imperfeita', sim, mas sempre disponível, pudesse ao menos designá-lo; tem um lugar muito concreto, mas hoje já avesso a toda e qualquer geografia; e envolve cúmplices, para sempre queridos: Sônia, Edson, Joaquim, Olívia.

Estes, ainda muito reais e presentes, em sua irrealidade essencial. Milagre que só mesmo uma saborosa cumplicidade pode explicar.

NOTAS

NOTAS_DA_PRIMEIRA_PARTE

1. No prefácio de **As palavras e as coisas** Foucault define ordem nos seguintes termos:

A ordem é ao mesmo tempo aquilo que se oferece nas coisas como sua lei interior, a rede secreta segundo a qual elas se olham de algum modo umas às outras e aquilo que só existe através do crivo de um olhar, de uma atenção, de uma linguagem; e é somente nas casas brancas desse quadriculado que ela se manifesta em profundidade como já presente, esperando em silêncio o momento de ser enunciada (1966, p. 9-10).

Uma "ordem empírica" deve portanto ser entendida como o princípio (ou rede de princípios) de percepção, inteligibilidade e expressão (discursiva) de um determinado objeto da experiência.

2. Estou tomando como 'correntes', em AD, as diferentes 'tendências' que convivem em seu campo, as "diferentes análises de discurso" que MAINGUENEAU (1987, p. 9-25) procura recensear.

3. Numa apresentação geral da situação atual da AD, em seus "novos percursos", MALDIDIER (1986, p. 5) caracteriza-a exatamente por essa falta:

É por uma fase de experimentação que a AD passa -- necessariamente -- nos dias de hoje. Como se, nas fronteiras de diversas disciplinas, notadamente a história, a sociologia, a filosofia [e, acrescento eu, certamente também a linguística], ela se pulverizasse em domínios específicos. Como se a unidade do objeto discursivo, pensada nos anos 1970-1975, se multiplicasse em objetos particulares, integrando completamente objetos novos, objetos esses que supõem gestos de descrição também novos (Os grifos são meus).

4. Ver, a respeito dos modelos linguísticos, APRESJAN (1966, p. 57-73), que tomei como referência fundamental para o conceito de 'teoria' linguística.

5. Sobre esse caráter da analítica foucaultiana, ver DREYFUS & RABINOW (1982, p. 48).

6. No contexto de uma 'analítica', termos como 'modelo', 'objeto teórico', 'objeto empírico' etc., só podem ser utilizados de forma aproximativa e mais ou menos metafórica, para permitir comparações com o funcionamento de uma teoria.

7. Estou empregando o termo 'estilo' com o sentido que GRANGER (1968) lhe dá, ou seja, como "... modalidade de integração do individual num processo concreto que é trabalho e que se apresenta necessariamente em todas as formas da prática" (p. 17). Como a análise de um discurso é essencialmente uma prática,

ainda que teórica, ou ao menos teorizante, o estilo é a sua necessária individualização, com a conseqüente particularização de um objeto que, em muitos de seus aspectos, permanece comum aos demais de uma mesma área de investigação.

8. Lembrando a etimologia latina da palavra 'interesse' -- "estar entre, no meio, participar", segundo o Aurélio -- como fez Isabelle Stengers, em interessante palestra na PUC-SP a respeito da natureza da atividade científica, eu diria que os 'fatos discursivos' de que a AD possa se ocupar serão tão mais interessantes quanto mais se situarem no entrecruzamento das preocupações e curiosidades das mais diferentes disciplinas. A situação estatutariamente 'entre' da AD, por outro lado, explica o interesse frequente que nem sempre ela é capaz de satisfazer.

9. Não será demais lembrar que, ocupando-se em muitos e importantes momentos de discursos diretamente classificáveis como "científicos" (a psiquiatria, a economia clássica, a medicina etc.), Foucault entretanto nunca se restringiu a eles, frequentemente, inclusive, privilegiando discursos menos nobres, como regimentos de corporações, regulamentos, *lettres de cachet* etc.

10. Ao que parece, o estabelecimento do *corpus* não deve ser fruto da pura intuição. Foucault refere-se com frequência ao método da história serial econômica, que dispõe seus dados na forma de séries homogêneas (de preços, taxas e tarifas, dados populacionais e de movimento de mercadorias etc.) cujo

comportamento é em seguida estudado. Os pontos em que as séries divergem, alterando bruscamente seu comportamento, são então os pontos de ruptura, de mudança de uma 'época' a outra. O arqueólogo, é o que sugere FOUCAULT (1969a, p. 9-27), procederia de forma semelhante diante dos discursos que se lhe apresentam como dados. As mudanças no regime discursivo, certamente mais intuitivas que as da economia, assinalariam então limites entre possíveis FD.

11. É exatamente essa constatação de que o contexto econômico-social não age sozinho nem determina modificações diretamente na SD, mas sim nas regras ou sistemas de formação, que sustenta a tese arqueológica de que o discurso "não reflete" ou "não expressa" o contexto que, entretanto, está na sua origem.

12. Em *Arqueologia do saber*, Foucault parece recusar-se a identificar a semânticidade do enunciado com a performatividade dos filósofos analíticos (Cf. p. 103-105). DREYFUS & RABINOW (1981, p. 73) referem-se, entretanto, a uma carta em que, respondendo diretamente às objeções de Searle quanto à tese da irredutibilidade do enunciado ao ato de fala, Foucault reconhece: "Eu estava errado em dizer que os enunciados não eram atos de fala; mas dizendo isto, pretendia sublinhar o fato de que os considero sob um ângulo diferente do seu" (Os grifos são meus.). Por outro lado, questionado a respeito da natureza de seus projetos analíticos, em debate com intelectuais na PUC do Rio de Janeiro, FOUCAULT (1974, p. 114) esclarece:

Trata-se (...) de uma espécie de análise do discurso como estratégia, um pouco à maneira do que fazem os anglo-saxões, em particular, Wittgenstein, Austin, Strawson, Searle. O que me parece um pouco limitado na análise de Searle, Strawson etc., é que as análises da estratégia de um discurso que se realizam em volta de uma xícara de chá, num salão de Oxford, só dizem respeito a jogos estratégicos que são interessantes, mas que me parecem profundamente limitados. O problema seria saber se não poderíamos estudar a estratégia do discurso num contexto histórico mais real ou no interior de práticas que são de um tipo diferente das conversas de salão. Por exemplo, na história das práticas judiciárias me parece que se pode reencontrar, pode-se aplicar a hipótese, pode-se projetar uma análise estratégica do discurso no interior de processos históricos reais e importantes (Os grifos são meus.).

Portanto, a diferença possível entre o enunciado foucaultiano e o ato de fala dos analíticos não pode estar na performatividade e/ou no caráter "estratégico", que, ao contrário, os aproxima. A diversidade situa-se no contexto teórico, ou seja, no fato de Foucault, em função de seu compromisso com o corpus, ser levado a pensar o enunciado como uma espécie de 'macro ato de fala' (van DIJK, 1978), com um 'conteúdo proposicional' -- ou 'correlato' -- determinados pela FD e, por isso mesmo, por um contexto histórico preciso.

13. Nesse sentido, mesmo levando em conta as semelhanças já apontadas entre o ato de fala e o enunciado, estamos diante de unidades realmente irredutíveis não só às reconhecidas tradicionalmente pela história das idéias ou pela teoria do conhecimento, como também às "propostas pela Linguística do discurso, com a exceção provável e parcial do 'enunciado', seja o de Ducrot, seja o de BAKHTIN (1953).

14. Cf., a respeito, o sentido de 'enunciado' nas partes II e III de *Arqueologia do saber*.

15. Não por acaso, DELEUZE (1986, p. 11) chega mesmo a sugerir que o enunciado arqueológico prefiguraria uma verdadeira "lógica atonal". Evidentemente, não está nos meus propósitos, neste trabalho, explorar diretamente nem esta nem a outra possibilidades, muito embora me beneficie do campo epistemológico por elas aberto.

16. Desse ponto de vista, as críticas que MERQUIOR (1985, p. 212) dirige a Foucault -- de reintroduzir em seu projeto uma "subjetividade plena" que inicialmente combatera ferozmente -- parecem infundadas.

17. Esses dispositivos específicos seriam objeto de investigações particulares, cada um deles, de acordo com o programa apresentado em *A vontade se saber*, devendo merecer um dos volumes do total de seis então prometido.

18. Assumindo tal pressuposto, devo dizer que me coloco, aqui, ao lado da interpretação que não só o próprio FOUCAULT (1984b, p. 74-85) dá de suas alterações em relação ao projeto original, como também alguns comentadores, como LEBRUN (1985a e b) e RIBEIRO (1985), contrariamente ao que outros possam pensar, como parece ser o caso de MERQUIOR (1985).

19. Embora concorde com POSSENTI (1988) em que "... certos discursos podem ser analisados exclusivamente por uma teoria linguística" (p. 31), não acredito que a teoria dita 'auxiliar', quando necessária, deva ser efetivamente encarada como auxiliar. Exatamente porque seu valor está em referir-se "... a um determinado tipo de objeto de uma certa maneira" (p. 30), acaba por assumir um valor fundador e, portanto, nuclear, como já pude assinalar a propósito de meu próprio trabalho. Levando a questão um pouco adiante, chego mesmo a considerar que, no âmbito da AD -- que evidentemente não se confunde com o da Linguística do discurso, como venho lembrando -- o que é fixo e nuclear na interdisciplinaridade que a funda é uma "teoria da formação social", como em PÊCHEUX (1969 e 1975), por exemplo. A Linguística é complementar, e, em certos casos extremos, pode mesmo ser reduzida a um pressuposto, como descrição possível de um nível do discurso que não se julga relevante trabalhar explicitamente. É o caso, me parece, das análises discursivas de BOURDIEU (1982, p. 162-239) e de GOFFMAN (1981), assim como, sem dúvida, das previstas e/ou empreendidas pela analítica foucaultiana.

20. Ao responder a uma pergunta direta de Jacques-Alain Miller a respeito da distinção entre instituições linguísticas e não linguísticas, no interior do dispositivo de sexualidade, FOUCAULT (1982, p. 247) diz textualmente o que apenas dá a entender em outros momentos de suas reflexões: "... não creio que seja muito importante fazer esta distinção, a partir do momento em que meu problema não é linguístico" (Os grifos são meus).

21. Convém esclarecer, a esta altura, que estou me valendo desse rótulo impreciso -- 'Linguística do discurso' -- para designar um campo teórico bastante diversificado e heterogêneo, onde convivem, e às vezes se entrecruzam, teorias "da enunciação" (BENVENISTE, 1966 e 1974; BAKHTIN, 1929 e 1953; BARTHES, 1953; JAKOBSON, 1957), "dos atos de fala" (AUSTIN, 1962; SEARLE, 1969, 1979 e 1983), "da argumentação" (DUCROT, 1983; PERELMAN, 1958 e 1970), "da conversação" (GRICE, 1967; DUCROT, 1984) e "do texto" (BARTHES, 1953 e 1973; van DIJK, 1978...), cada uma delas com sua história particular e suas próprias características e compromissos epistemológicos. Evidentemente, os autores e obras citados, assim como as diferentes disciplinas em que se inscrevem -- Filosofia da Linguagem, Pragmática, Linguística, Teoria Literária etc. -- estão longe de esgotar o campo, constituindo apenas as referências a que recorro com mais frequência. Não será demais lembrar, ainda, que, ao mobilizar esse campo teórico com o objetivo de estabelecer seja uma medida comum para a comparação entre discursos diferentes seja um conjunto de parâmetros e instrumentos para o mapeamento da SD,

estou-lhe atribuindo uma unidade teórico-metodológica mais ou menos artificial e arbitrária, fruto mais evidente que é, na verdade, das escolhas a que fui levado tanto pelas características do corpus da pesquisa quanto pelos níveis de homogeneização das CP do discurso de sexualidade propostos por Foucault. O que está em questão nesse capítulo, portanto, é uma leitura interessada e dirigida da Linguística do discurso.

22. O enunciado tem também um princípio estruturador interno que, evidentemente, só poderá ser chamado de 'estrutura sintática' ou 'forma lógica' metaforicamente, uma vez que aquilo que um conjunto determinado de funções enunciativas circunscreve como enunciado não terá necessariamente uma estrutura sintática e/ou lógica no sentido tradicional dos termos. Nesse sentido, o célebre exemplo de enunciado apresentado pela *Arqueologia...* -- AZERT -- parece mais uma vez enfaticamente revelador.

23. é nesse sentido que, segundo DELEUZE (1986), a arqueologia torna possível uma nova Linguística e uma nova Lógica.

24. O termo que Foucault emprega para referir-se ao correlato é exatamente este (v. 1969a, p. 112). Seu sentido, entretanto, não deve ser entendido como idêntico ao da Linguística, como ainda há pouco tive oportunidade de frisar (p. 7 do Capítulo 1), mas sim como conjunto de "leis de possibilidade" de existência de objetos discursivos. O que sem dúvida faz do tema ou tópico discursivo da Linguística um ponto de partida possível para que

o analista remonte ao tema arqueológico.

25. Nessa perspectiva, a unidade linguístico-gramatical é, portanto, derivada, estabelecendo-se a posteriori. A inversão metodológica, se pensarmos no procedimento da Linguística imanente, é total.

26. Respectivamente: 'Structure de la langue et structure de la société' e 'Sémiologie de la langue'.

27. A coincidência na escolha do termo -- correlato -- com que de formas diferentes ambos os autores trabalham a relação discurso--saber--poder pode mesmo funcionar, neste contexto, como uma pista segura de que foram levados a imaginar o 'grau zero' do discurso de forma muito semelhante.

28. A definição de "estilos" -- "... a seleção dos recursos lexicais, fraseológicos e gramaticais da língua" [grifo meu] -- parece, portanto, não incluir o que, logo em seguida, o autor chama de "composição" ou "estruturação" do enunciado (v. p. 248).

29. Bakhtin está se referindo aos 'fatos gramaticais' da Linguística imanente, mas não há a menor dúvida de que a mesma observação vale para os recortes discursivos que me interessam.

30. A aparente inversão -- Bakhtin fala em "atitude do enunciado", e não do sujeito -- não parece casual. O autor

estaria, a meu ver, aprofundando uma concepção que aparece sempre em sua teoria do gênero: a materialidade linguística é marcada pragmática ou discursivamente, nunca se apresentando, portanto, como pura forma, mas sempre como **forma-função**.

31. Lembrando a discussão aberta por PÉCHEUX (1983), podemos dizer que o gênero, como fato de linguagem, nos permite dizer que o discurso é ao mesmo tempo acontecimento e estrutura.)

NOTAS DA SEGUNDA PARTE

1. O prestígio literário da editora José Olympio, a coedição com o INL, a cuidadosa documentação iconográfica, a bibliografia completa do autor, os excertos de opiniões elogiosas da crítica, a nota bibliográfica, o poema de Drummond etc., são alguns dos procedimentos editoriais que concretizam um verdadeiro epitáfio das 'Letras Nacionais' ao escritor.

2. Ver, a respeito, o comentário que os editores da revista Ficcão prepararam para apresentar o 'Depoimento' de Lúcio Cardoso.

3. O comentário é a propósito da campanha do brigadeiro Eduardo Gomes, candidato udenista à presidência da República, em 1949. Coerente com seu anti-getulismo militante, Lúcio apóia a candidatura, mas lamenta a distância que separaria o perfil do candidato da figura do governante despótico que preconiza para o País.

4. Trata-se de alusões no sentido que DUCROT (1984b) dá ao termo: o leitor é levado, por alguma 'marca' no enunciado -- no caso, a elipse -- a perguntar-se sobre as intenções e motivos da enunciação, tomando a resposta a tais perguntas como sendo o sentido da enunciação.

5. "Esta criatura", "este caso que agora é o meu" e, finalmente,

"X", é, na verdade, muito pouco descrito no texto. Sua presença dá ensejo a variadas manifestações de deslumbramento; sua ausência provoca evocações saudosas e emocionadas. O leitor infere tratar-se de alguém significativamente mais jovem ("ainda tão nítida no seu mundo de infância") e, como tal, "frágil" e "inocente". Sua caracterização como "pobre" é feita de forma tanto indireta (como na referência a gastos de "X" assumidos pelo autor, na p. 175) quanto direta (como na descrição do "escuro porão em que ["X"] mora", na p. 187). Em todas as referências, a dissimetria da relação é evocada, justificando, indiretamente, a previsão de sofrimentos futuros, o descrédito e a desesperança que aos olhos do autor marcam desde o início esse envolvimento.

6. Sobre o dogmatismo e suas figuras retóricas típicas, tais como concebidas e descritas por VASCONCELOS (1971), confira a resenha elaborada no Capítulo 4.

7. Dizer que o sujeito de uma FD relativa à sexualidade propriamente dita é um 'sujeito de desejo' levanta uma série de questões delicadas e complexas, impossíveis sequer de encaminhar, nos limites deste trabalho. Se fôr possível sustentar uma afirmação como essa, teremos de concluir que, para a arqueologia e a genealogia -- como FOUCAULT (1984c, p. 137) parece de alguma forma assumir -- só há sujeito, no sentido psicanalítico do termo, nos domínios da 'sexualidade' definida historicamente. O que significaria entender esse sujeito como um acontecimento, destinado, portanto, a desaparecer, tanto quanto,

segundo o mesmo FOUCAULT (1966) já assinalara, o 'homem' que as Ciências Humanas ao mesmo tempo inventaram e tomaram como objeto de conhecimento.

Num artigo relativamente recente (RANGEL, 1991), explorei um pouco melhor algumas das consequências da inscrição do Diário na FD da sexualidade, investigando, particularmente, o lugar e o caráter da subjetividade cardosiana em relação à questão do desejo. Meu objetivo, nesse artigo, é o de demonstrar que, desse ponto de vista, Lúcio pode ser 'descrito' como um sujeito constituído pelo conflito entre a perversão e a obsessão, no sentido psicanalítico dos termos.

8. Na concepção foucaultiana de FD, como procurei deixar claro no Capítulo 1, não há o menor espaço para a intencionalidade, no sentido psicológico do termo. Portanto, estou me referindo, aqui, a algo como o enunciatário construído no/pelo discurso.

9. Segundo LÓTMAN (1970), esse controle -- ou, nos termos da genealogia, a manutenção da moral -- é feito a partir das formas semióticas diversas assumidas por dois valores ou sentimentos básicos: a vergonha, reguladora da comunidade ('... Você não se envergonha de não agir/ser como nós?'), e o medo, destinado a criar a disposição necessária para o enfrentamento das ameaças ('... Você não vai lutar contra os nossos inimigos?'). Lembrando que o funcionamento moral opera uma divisão entre a interioridade de um 'nós' (sujeitos a/de um código) e a exterioridade 'deles' (que não reconhecem o mesmo código e, portanto, representam ameaça), podemos dizer que os gêneros da

normatização, da sujeição e da subjetivação, na sexualidade, são formas do medo e da vergonha; o que significa dizer, também, formas definidoras da coragem e da honradez. Na maneira de cada indivíduo responder às interpelações a que o dispositivo moral o expõe, teremos não só um trabalho de elaboração de si mas, ainda, a manifestação de um estilo de vida pessoal, de um exercício particular da 'estética da existência'. Por trilhas deferentes (as da História), e no âmbito mais específico da construção das subjetividades, essa é também a conclusão de DELUMEAU (1983), quando, ao analisar as formas de organização e controle dos indivíduos típicas da sociedade ocidental cristã, atribui à culpabilização o papel de estratégia básica.

10. Que a sociolinguística tenha um termo técnico, hipercorreção, para flagrar e designar o esforço de autopromoção, mas não conte com nenhum para referir seu oposto, parece dizer algo a respeito de sua auto-imagem e de seus próprios desejos de promoção.

BIBLIOGRAFIA

Obs.: Os títulos constantes desta relação foram consultados ora na língua e edição originais, ora em traduções e/ou outras edições, conforme as possibilidades oferecidas pelas circunstâncias. Para impedir que essa contigência obscurecesse o significado e o valor argumentativo e até mesmo teórico das datas de elaboração e aparecimento de cada texto, especialmente no caso dos autores mais consultados e estudados, optei por uma adaptação do sistema autor-data: nas citações, no corpo do texto, utilizo sempre a data da edição original; nas referências desta lista, acrescento, como último dado da impressão, a data da edição efetivamente consultada. Constam desta relação textos que, embora não tenham sido referidos diretamente, desempenharam papel relevante para esta dissertação.

- ALTHUSSER, Louis. 1969. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro, Graal, 1983. (Biblioteca de Ciências Sociais, 25).
- ANSCOMBRE, Jean Claude & DUCROT, Oswald. 1983. *L'Argumentation dans la langue*. Bruxelas, Mardaga. (Philosophie et Langage).
- APOSTEL, Leo. 1981. 'De l'interrogation en tant qu'action'. *Langue Française*. Paris, Larousse. (52): 23-43.
- APRESJAN, Ju. D. 1966. *Idéias e métodos da linguística estrutural contemporânea*. São Paulo, Cultrix, 1980.
- AUSTIN, John Langshaw. 1962. *Quand dire, c'est faire*. Paris, Seuil, 1970. (L'Ordre Philosophique).
- AUTHIER, Jacqueline. 1982a. 'La mise en scene de la communication dans des discours de vulgarisation scientifique'. *Langue Française*. Paris, Larousse. (53): 34-47.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. 1982b. 'Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours'. *DRLAU*. Paris, Centre de Recherches de l'Université de Paris VIII. (26): 91-151.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. 1984. 'Hétérogénéité(s) énonciative(s)'. *Langages*. Paris, Larousse. (73): 98-111.
- AYALA, Walmir. 1986. 'Lúcio Cardoso'. In: COUTINHO, Afrânio & COUTINHO, Eduardo de Faria. *A literatura no Brasil*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, José Olympio; Niterói, EDUFF. v. 5, p. 445-457.
- BAKHTIN, Mikhail. (Volochinov). 1929. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2. ed. São Paulo, Hucitec, 1981. (Linguagem).
- BAKHTIN (BAJTÍN), Mikhail. 1953. 'El problema de los géneros discursivos'. In: ----- . *Estética de la creación verbal*. 3. ed. México, Siglo Veintiuno, 1989. p. 248-293.

- BARTHES, Roland. 1953. 'O grau zero da escritura'. In: _____ .
 Novos ensaios críticos; seguidos de O grau zero da
 escritura. 2. ed. São Paulo, Cultrix, 1974.
- BARTHES, Roland. 1957. Mitologias. 4. ed. São Paulo, Difel,
 1980.
- BARTHES, Roland. 1968. 'L'effet de réel'. Reimpresso em: _____
 . Essais critiques IV: le bruissement de la langue. Paris,
 Seuil, 1984. p. 167-174.
- BARTHES, Roland. 1970. 'La rhétorique ancienne'. Communications.
 Paris, Seuil. (16): 172-223.
- BARTHES, Roland. 1973. O prazer do texto. São Paulo,
 Perspectiva, 1977. (Elos, 2).
- BARTHES, Roland. 1975. Roland Barthes por Roland Barthes. São
 Paulo, Cultrix, 1977.
- BARTHES, Roland. 1977. Fragmentos de um discurso amoroso. Rio de
 Janeiro, Francisco Alves, 1981.
- BARTHES, Roland. 1979. 'Délibération: sur le journal intime'.
 Reimpresso em: _____ . Essais critiques IV; Le bruissement
 de la langue. Paris, Seuil, 1984. p. 399-413.
- BENVENISTE, Émile. 1966. Problemas de linguística geral. São
 Paulo, Nacional/EDUSP, 1976. (Biblioteca Universitária;
 Série 5a: Letras e Linguística, 8).
- BENVENISTE, Émile. 1974. Problemas de linguistique générale II.
 Paris, Gallimard. (Bibliothèque des Sciences Humaines).
- BÉJIN, André. 1982a. 'Crépuscule des psychanalystes, matin des
 sexologues'. Communications. Paris, Seuil. (35): 159-177.
- BÉJIN, André. 1982b. 'Le pouvoir des sexologues et la démocratie
 sexuelle'. Communications. Paris, Seuil. (35): 178-192.
- BERNÁRDEZ, Enrique. 1982. Introducción à la linguística del
 texto. Madrid, Espasa--Calpe.
- BOURDIEU, Pierre. 1982. Ce que parler veut dire. Paris, Fayard.
- BRONCKART, Jean Paul. 1987. 'Interactions, discours,
 significations'. Langue Française. Paris, Larousse.
 (74):29-50.
- CANETTI, Elias. 'Diálogo com o interlocutor cruel'. In: _____ .
 A consciência das palavras. São Paulo, Companhia das Letras,
 1990.
- CARDOSO, Lúcio. 1970. Diário completo. Rio de Janeiro, José
 Olympio/INL.

- CARDOSO, Lúcio. 1976. 'Depoimento'. Ficção. Rio de Janeiro, Ficção. (2):71-72.
- CARELLI, Mario. 1988. *Corcel de fogo: vida e obra de Lúcio Cardoso*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. 1981. 'O discurso competente'. In: ___ . *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna. (Coleção Contemporânea).
- CHAUÍ, Marilena de Souza. 1984. *Repressão sexual; essa nossa (des)conhecida*. São Paulo, Brasiliense.
- COURTINE, Jean Jacques. 1981. 'Quelques problemes théoriques et méthodologiques en analyse du discours, à propos du discours communiste adressé aux chrétiens'. *Langages*. Paris, Larousse. (62):9-128.
- COURTINE, Jean Jacques. 1982. 'Définitions théoriques et construction de procédures en analyse du discours'. *Philosophiques*. Paris. 9(2):239-264.
- COURTINE, Jean Jacques. 1986. 'La toque de Clémentis; remarques sur la mémoire et l'oubli dans l'énonciation du discours politique'. *Le Discours Psychanalytique*.
- DELEUZE, Gilles. 1986. *Foucault*. Paris, Minuit. (Collection "Critique").
- DELUMEAU, Jean. 1978. *La peur en Occident*. Paris, Fayard.
- DELUMEAU, Jean. 1983. *Le péché et la peur; la culpabilization en Occident*. Paris, Fayard.
- DELUMEAU, Jean. 1990. *A confissão e o perdão*. São Paulo, Cia. das Letras. 1991.
- DIJK, Teun A. van. 1978. *Estructuras y funciones del discurso*. 4. ed. México, Siglo Veintiuno, 1987.
- DREYFUS, Herbert & RABINOW, Paul. 1982. *Michel Foucault: un parcours philosophique*. Paris, Gallimard, 1984. (Bibliothèque des Sciences Humaines).
- DUCROT, Oswald. 1972. *Princípios de semântica linguística; dizer e não dizer*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- DUCROT, Oswald et alii. 1980. *Les mots du discours*. Paris, Minuit. (Le Sens Commun).
- DUCROT, Oswald. 1984a. *Le dire et le dit*. Paris, Minuit. (Propositions).
- DUCROT, Oswald. 1984b. 'Enunciação'. 'Pressuposição'. 'Alusão'. 'Referente'. 'Actos linguísticos'. 'Dizível/indizível'. In: ROMANO, Ruggiero. org. *Enciclopédia EINAUDI*. Lisboa,

Imprensa Nacional - Casa da Moeda, v. 2, p. 368-476.

- DUCROT, Oswald. 1987. 'Argumentação e "topoi" argumentativos'. In: GUIMARÃES, Eduardo, org. *História e sentido na linguagem*. Campinas, Pontes, 1989. (Linguagem: Crítica).
- DUVERT, Tony. 1974. *Le bon sexe illustré*. Paris, Minuit.
- FARACO, Carlos Alberto. 1988. 'Bakhtin: a invasão silenciosa e a má leitura'. In: _____ (et alii). *Uma introdução a Bakhtin*. Curitiba, Hatier.
- FOUCAULT, Michel. 1966. *As palavras e as coisas*. 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1981. (Ensino Superior).
- FOUCAULT, Michel. 1968a. 'Sobre a arqueologia das ciências'. In: VÁRIOS. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, Vozes, 1971. (Epistemologia e Pensamento Contemporâneo, 1).
- FOUCAULT, Michel. 1968b. 'Resposta a uma questão'. *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. (28): 57-81.
- FOUCAULT, Michel. 1969a. *Arqueologia do saber*. Petrópolis, Vozes, 1972. (Epistemologia e Pensamento Contemporâneo, 3).
- FOUCAULT, Michel. 1969b. 'Ou'est-ce qu'un auteur?'. Reimpresso em: *Littoral, Revue de Psychanalyse*. Paris, Erès. (9): 3-32, 1983. Núm. esp.: "La discursivité".
- FOUCAULT, Michel. 1971a. 'Entrevista com Michel Foucault'. *Comunicação*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro. (3): 17-42.
- FOUCAULT, Michel. 1971b. *L'ordre du discours*. Paris, Gallimard.
- FOUCAULT, Michel. 1974. *A verdade e as formas jurídicas*. 4. ed. Rio de Janeiro, PUC, 1979. (Série Letras e Artes, 06/74. Caderno 16).
- FOUCAULT, Michel. 1975. *Vigiar e punir; nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1977.
- FOUCAULT, Michel. 1976. *História da sexualidade I; a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. (Biblioteca de Estudos Humanos. Série Saber e Sociedade, 2).
- FOUCAULT, Michel. 1977. 'A vida dos homens infames'. In: _____ . *O que é um autor*. Lisboa, Vega, 1992. (Passagens, 6).
- FOUCAULT, Michel. 1978. 'O verdadeiro sexo'. In: BARBIN, Herculine. *O diário de um hermafrodita*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1982. (Coleção Presença).
- FOUCAULT, Michel. 1981. *Un diálogo sobre el poder*. Madrid, Alianza. (Humanidades).
- FOUCAULT, Michel. 1982. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de

- Janeiro, Graal. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 7).
- FOUCAULT, Michel. 1983a. 'L'écriture de soi'. *Corps écrit*. (5): 3-23.
- FOUCAULT, Michel. 1983b. 'Sobre a genealogia da ética: uma visão do trabalho em andamento'. In: _____. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus, 1984.
- FOUCAULT, Michel. 1983c. 'Tecnologías del Yo'. In: _____. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona, Paidós/I.C.E.-U.A.B., 1990. (Pensamiento Contemporáneo, 7).
- FOUCAULT, Michel. 1984a. *História da sexualidade II; o uso dos prazeres*. Rio de Janeiro, Graal, 1984. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 15).
- FOUCAULT, Michel. 1984b. *História da sexualidade III; o cuidado de si*. Rio de Janeiro, Graal, 1985. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 16).
- FOUCAULT, Michel. 1984c. *O dossier: últimas entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus.
- FOUCAULT, Michel & SENNET, Richard. 1981. 'Sexualidad y soledad'. In: VÁRIOS. *Foucault y la ética*. Buenos Aires, Biblos, 1982.
- FUCHS, Catherine. 1983. 'Variations discursives'. *Langages*. Paris, Larousse. (70): 15-34.
- GIANNOTTI, José Arthur. 1979. 'Histórias sem razão (Sobre Michel Foucault)'. Reimpresso em: _____. *Filosofia miúda; e demais aventuras*. São Paulo, Brasiliense, 1985.
- GOFFMAN, Erving. 1981. *Façons de parler*. Paris, Minuit, 1987. (Le Sens Commun).
- GREGORI, Maria Filomena. 1989. 'Cenas e queixas; mulheres e relações violentas'. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, CEBRAP. (23):163-175.
- GREIMAS, Algirdas Julien. 1966. *Semântica estrutural; pesquisa de método*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- GRICE, H. Paul. 1967. 'Lógica e conversação'. In: DASCAL, Marcelo. org. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas, Ed. do Autor, 1982. v.4. p. 81-103.
- GUIMARÃES, Eduardo Junqueira. 1981. 'Estratégias de relação e estruturação do texto'. In: VÁRIOS. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas, IEL/UNICAMP.
- HAROCHE, Claudine. 1984a. *Faire dire, vouloir dire*. Lille, Presses Universitaires de Lille.

- HAROCHE, Claudine. 1984b. 'De l' effacement a l' émergence du sujet: les paradoxes de la littéralité dans le discours (éléments pour une histoire de l' individualisme)'. Paris, Laboratoire de Psychologie Sociale (CNRS), mimeo.
- HUSTON, Nancy. 1980. Dire et Interdire. Paris, Payot.
- ILARI, Rodolfo. 1984. 'Locuções negativas polares: reflexões sobre um tema de todo mundo'. Série estudos. Uberaba, FIU. (10): 83-97.
- JAKOBSON, Roman. 1957. 'Les embrayeurs, les catégories verbales et le verbe russe'. In: ----- . Essais de linguistique générale. Paris, Minuit, 1963.
- KONDER REIS, Marcos. 1970. 'Um diário de fogo'. Revista do Livro. 13(41):76-84. Rio de Janeiro, MEC/INL, 1970.
- LEBRUN, Gérard. 1985a. 'Transgredir a finitude'. In: RIBEIRO, Renato Janine. org. Recordar Foucault; os textos do colóquio Foucault. São Paulo, Brasiliense.
- LEBRUN, Gérard. 1985b. 'Foucault: o poder é primitivo'; (entrevista de Lebrun a Renato Janine Ribeiro'). Folha de S. Paulo. São Paulo, Folha da Manhã, 14 de abril. Folhetim, p. 4-7.
- LEITE, Dante Moreira. 1964. 'Ficção, biografia e autobiografia'. In: ----- . O amor romântico e outros temas. São Paulo, Conselho Estadual de Cultura/Comissão de Literatura.
- LEJEUNE, Philippe. 1973. 'Le pacte autobiographique'. In: Le pacte autobiographique. Paris, Seuil, 1975
- LEJEUNE, Philippe. 1973. 'Le pacte autobiographique (Bis)'. In: Le pacte autobiographique. Paris, Seuil, 1975
- LÉVI-STRAUSS, Claude. 1955. 'A estrutura do mito'. In: ----- . Antropologia estrutural. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1975. (Biblioteca Tempo Universitário, 7).
- LÓTMAN, Iuri M. 1970. 'Semiótica dos conceitos de "vergonha" e "medo"'. In: VÁRIOS. Ensaio de semiótica soviética. Lisboa, Livros Horizonte, 1981. p. 237-240. (Horizonte Universitário).
- MACHADO, Roberto. 1982a. 'Introdução: por uma genealogia do poder'. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 3. ed. Rio de Janeiro, Graal.
- MACHADO, Roberto. 1982b. Ciência e poder: a trajetória da arqueologia de Foucault. Rio de Janeiro, Graal. (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências, 11).
- MAINGUENEAU, Dominique. 1976. Introduction aux méthodes de l' analyse des discours. Paris, Hachette.

- MAINGUENEAU, Dominique. 1981. *Approche de l' énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette.
- MAINGUENEAU, Dominique. 1987. *Novas tendências em análise do discurso*. Campinas, Pontes/Ed. da Unicamp, 1989. (Linguagem; Crítica).
- MALDIDIER, Denise. 1986. 'à Michel Pêcheux'. *Langages*. Paris, Larousse. (81):5-8.
- MANTEGA, Guido. 1979. org. *Sexo e poder*. São Paulo, Brasiliense.
- MERCHIOR, José Guilherme. 1985. *Michel Foucault; ou o nihilismo de cátedra*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1985. (Logos).
- MIRANDA, José A. Bragança & CASCAIS, António Fernando. 'A lição de Foucault'. In: FOUCAULT, Michel. *O que é um autor?* Lisboa, Vega, 1992. (Passagens, 6).
- MOREY, Miguel. 1981. 'Introducción'. In: FOUCAULT, Michel. *Un diálogo sobre el poder y otras conversaciones*. Madrid, Alianza. (Materiales).
- MOREY, Miguel. 1990. 'Introducción: la cuestión del método'. In: FOUCAULT, Michel. *Tecnologías del yo y otros textos afines*. Barcelona, Paidós/Un. Autónoma de Barcelona. (Pensamiento Contemporáneo, 7).
- MUCHAIL, Salma Tannus. 1980. 'Foucault: uma introdução'. *Trans/Form/Ação*. São Paulo, UNESP. (3): 127-140.
- MUCHAIL, Salma Tannus. 1984. 'A filosofia como crítica da cultura'. In: FAVARETTO, C. F.; BOGUS, L. M. M.; VÉRAS, M. P. B. orgs. *Epistemologia das ciências sociais*. São Paulo, EDUC, 1985. p. 187-203. (Cadernos PUC, 19).
- MUCHAIL, Salma Tannus. 1985. 'O lugar das instituições na sociedade disciplinar'. In: RIBEIRO, Renato Janine. org. *Recordar Foucault; os textos do colóquio Foucault*. São Paulo, Brasiliense.
- MUCHAIL, Salma Tannus. 1988. 'Da arqueologia à genealogia: acerca do(s) propósito(s) de Michel Foucault'. In: FIGUEIREDO, Luís Cláudio Mendonça et alii. *Epistemologia, metodologia: ciências humanas em debate*. São Paulo, EDUC. (Cadernos PUC, 32).
- NAGEL, Ernest. 1962. *La estructura de la ciencia*. Buenos Aires, Paidós, 1968.
- ORLANDI, Eni. 1978a. 'O discurso pedagógico: a circularidade'. In: _____. 1983. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1978b. 'Os protagonistas do/no discurso'. *Série Estudos*. Uberaba, FISTA. (4):30-41.

- ORLANDI, Eni. 1978c. 'O linguístico e o social'. *Série Estudos*. Uberaba, FISTA. (4):75-80.
- ORLANDI, Eni. 1979. 'A sociolinguística, a teoria da enunciação e a análise do discurso (convenção e linguagem)'. In: _____ . 1983. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1981a. 'Funcionamento e discurso'. In: _____ . 1983. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1981b. 'Tipologia de discurso e regras conversacionais'. In: _____ . 1983. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1982. 'Sobre tipologia do discurso'. In: _____ . 1983. *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1983. 'O discurso religioso'. In: _____ . *A linguagem e seu funcionamento; as formas do discurso*. São Paulo, Brasiliense.
- ORLANDI, Eni. 1984. 'Segmentar ou recortar'. *Série Estudos*. Uberaba, FIU. (10): 9-26.
- ORLANDI, Eni. 1985. 'Ilusões na (da) linguagem'. In: VÁRIOS. *Foucault vivo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- ORLANDI, Eni. 1986a. 'A análise do discurso: algumas observações'. *D.E.L.T.A.* São Paulo, EDUC. 2(1): 105-126.
- ORLANDI, Eni. 1992. *As formas do silêncio*. Campinas, Ed. da Unicamp. (Repertórios).
- OSAKABE, Haquira. 1979a. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kairós. (Traços).
- OSAKABE, Haquira. 1979b. 'Sobre a noção de discurso'. *Série Estudos*. Uberaba, FISTA. (6): 20-35.
- OSAKABE, Haquira. 1977. 'Provas de argumentação'. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo, Fund. Carlos Chagas. (23): 51-60.
- PÊCHEUX, Michel. 1969. *Analyse automatique du discours*. Paris, Dunod.
- PÊCHEUX, Michel. 1975. *Semântica do discurso; uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas, Ed. da Unicamp. 1988. (Repertórios).
- PÊCHEUX, Michel & FUCHS, Catherine. 1975. 'Mises au point et perspectives à propos de l'analyse automatique du discours'. *Langages*. Paris, Larousse. (37): 7-80.

- PERELMAN, Chaim. 1970. *Le champ de l' argumentation*. Bruxelles, P.U.B. (Travaux de la Faculté de Philosophie et Lettres, 43).
- PERELMAN, Chaim & OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. 1958. *Traité de l' argumentation; la nouvelle rhétorique*. 3. ed. Bruxelles, édition de l'Université de Bruxelles, 1970.
- PIAGET, Jean. 1970. *A situação das ciências do homem no sistema das ciências*. 3. ed. Lisboa, Bertrand, 1976. (Ciências Sociais e Humanas, 1).
- POSSENTI, Sirio. 1979. 'Discurso: objeto da linguística'. *Série Estudos*. Uberaba, FISTA. (6): 9-19.
- POSSENTI, Sirio. 1981. 'Discurso e texto: imagem e/de constituição'. In: VÁRIOS. *Sobre a estruturação do discurso*. Campinas, IEL/UNICAMP.
- POSSENTI, Sirio. 1988. *Discurso, estilo e subjetividade*. São Paulo, Martins Fontes. (Texto e Linguagem).
- PRETI, Dino. 1984. *A linguagem proibida*. São Paulo, T. A. Queiroz/EDUSP. (Biblioteca de Ciências Humanas. Série 1a. Estudos Brasileiros. v.6).
- RANGEL, Egon de Oliveira. 1990. 'Em torno do discurso e da perversão'. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. (19):159-172. Campinas, IEL/UNICAMP.
- RÉCANATI, François. 1979. *La transparence et l'énonciation*. Paris, Seuil. (L'Ordre Philosophique).
- REUBEN, David R. 1969. *Tudo que você queria saber sobre sexo; mas tinha medo de perguntar*. 10. ed. Rio de Janeiro, Record, s/d.
- RIBEIRO, Renato Janine. 1985. 'O discurso diferente'. In: _____ . org. *Recordar Foucault*. São Paulo, Brasiliense.
- ROBIN, Régine. 1973. *História e linguística*. São Paulo, Cultrix, 1977.
- SANTOS, Hamilton dos. 1987. *Lúcio Cardoso*. São Paulo, Brasiliense. (Encanto Radical, 79).
- SEARLE, John R. 1967. 'Teoria da comunicação humana e a filosofia da linguagem'. In: DANCE, Frank E. X. org. *Teoria da comunicação humana*. São Paulo, Cultrix, 1973.
- SEARLE, John R. 1969. *Os actos de fala*. Coimbra, Almedina, 1981. (Novalmedina, 12).
- SEARLE, John R. 1979. *Sens et expressions; études des actes du langage*. Paris, Minuit, 1982. (Le Sens Commun).

- SEARLE, John R. 1983. *L' intentionalité; éssai de philosophie des états mentaux*. Paris, Minuit, 1985. (Propositions).
- SEARLE, John R. 1984. *Mente, cérebro e ciência*. Lisboa, Ed. 70, 1987. (Biblioteca de Filosofia Contemporânea, 1).
- SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. 1976. 'Para uma tipologia dos discursos'. In: JAKOBSON, Roman, et alii. *Língua, discurso, sociedade*. São Paulo, Global, 1983. (Global Universitária. Série Linguagem, Comunicação e Sociedade, 4).
- SOUZA, Antonio Candido de Mello e. 1976. 'Poesia e ficção na autobiografia'. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática, 1987. (Temas, 1).
- STALNAKER, Robert C. 1972. 'Pragmática'. In: DASCAL, Marcelo, org. *Fundamentos metodológicos da linguística*. Campinas, Ed. do Autor, 1982. v. 4, p. 59-80.
- TODOROV, Tzvetan. 1978. *Os gêneros do discurso*. São Paulo, Martins Fontes, 1980. (Ensino Superior).
- VANCE, Eugene. 1973. 'Le moi comme langage: Saint Augustin et l' autobiographie'. *Poétique*. (16):163-177. Paris, Seuil.
- VASCONCELOS, Naumi. 1971. *Os dogmatismos sexuais*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- VEYNE, Paul. 1976. *L' inventaire des différences*. Paris, Seuil.
- VEYNE, Paul. 1976. 1978. 'Foucault revoluciona a história'. *Cadernos da UnB*. Brasília, Ed. da Un. de Brasília, 1982.
- VEYNE, Paul. 1986. 'Le dernier Foucault et sa morale'. *Critique*. Paris, Minuit. 42 (471-472): 933-941.
- VIGNAUX, G. 1973. 'Le discours argumenté écrit'. *Communications*. Paris, Seuil. (20): 101-159.
- VIGNAUX, G. 1976. *L' argumentation*. Genebra, Droz.
- VIGNAUX, G. 1981. 'Énoncer, argumenter: opérations du discours, logiques du discours'. *Langue Française*. Paris, Larousse. (50): 91-116.
- WAHL, François. 1980. 'Le discours de la perversion'. In: MACCIOCCHI, Maria Antonietta, org. *Pasolini*. Paris, Bertrand Grasset.
- WEINRICH, Harald. 1964. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid, Gredos, 1968. (Biblioteca Románica Hispánica; Estudios y Ensaos, 115).
- WITTGENSTEIN, Ludwig. 1954. *Investigações filosóficas*. 2. ed. São Paulo, Abril Cultural, 1979. (Os Pensadores).

WOLFF, Francis. 1984. 'A genealogia da moral segundo Michel Foucault'. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, Folha da Manhã, 26 de agosto. Folhetim, p. 8-10.